

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

VANESSA DINIZ DA SILVA

“TUDO JUNTO E MISTURADO”:
SOBRE A BIOPOLÍTICA E SALVACIONISMO DE ONGS NO
CONTEXTO DO COMPLEXO DA MARÉ

NITERÓI

2016

VANESSA DINIZ DA SILVA

TUDO JUNTO E MISTURADO
BIOPOLÍTICA E SALVACIONISMO DE ONGS NO CONTEXTO DO COMPLEXO
DA MARÉ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cecília Maria Bouças Coimbra

NITERÓI

2016

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Cecília Maria Bouças Coimbra
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Professora Doutora Kátia Faria Aguiar
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Professora Doutora Maria Helena Rodrigues Navas Zamora
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Professora Doutora Vera Malaguti Batista
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Vanessa Diniz da.

Tudo junto e misturado: sobre a biopolítica e o salvacionismo de ONGs no contexto do Complexo da Maré / Vanessa Diniz da Silva. – 2016.

130 f. ; il.

Orientadora: Cecília Maria Bouças Coimbra.

Dissertação (Mestrado acadêmico em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2016.

Bibliografia: f. 125-130.

1. Biopoder. 2. Salvacionismo. 3. Militarização. 4. Organização não-governamental. 5. Complexo da Maré (Rio de Janeiro, RJ).

I. Coimbra, Cecília Maria Bouças. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CORAÇÃO DO MAR

Coração do mar
É terra que ninguém conhece
Permanece ao largo
E contém o próprio mundo
Como hospedeiro

Tem por nome "Se eu tivesse um amor"
(...)

Tem por bandeira um pedaço de sangue
Onde flui a correnteza do canal do manguê
Tem por sentinelas equipagens, estrelas,
taifeiros, madrugadas e escolas de samba

É um navio humano quente, negreiro do manguê
É um navio humano quente, guerreiro do manguê.

(Elza Soares, *Mulher do fim do mundo*, 2016).

À minha amada tia Sandra Helena Bernandes (*In memoriam*).

“Milhões de vasos sem nenhuma flor”...

Dedico este trabalho aos “indignos de viver” do projeto
que estão sob a mira dos aparelhos do Estado.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é manifestar gratidão, reconhecimento e recompensar uma gentileza a alguém. É um gesto humano de admitir no existir do outro que não estamos sós. Que nos tornamos mais potentes juntos. Neste, eu expressei o afeto, os sentimentos, as delícias que se entrelaçaram nos meandros destes caminhos... Foi assim que o cuidado partilhado nestes encontros, intenções e falas, para além da “ponte”, acalentou meu coração em alguns momentos difíceis, e, de muita “dor”, ao longo desses 24 meses. Adoecer e, ao mesmo tempo, perder um ente querido foi algo que me paralisou. Foram os gestos de carinho que ajudaram a *recomeçar* e me por a andar. Com reverência e gratidão me remeto àqueles que estiveram comigo nessa vivência enriquecedora, não sendo possível nomear todos neste momento:

Aos seres de luz e aos meus ancestrais que lutaram, contribuindo para que meu “corpo negro”, e extravasado de melanina, pudesse romper com as barreiras sócio-históricas, afirmando a potência da vida no espaço acadêmico da pós-graduação;

Aos meus pais, Antônio Diniz e Joana Maria, que sempre estão comigo e ao meu irmão e irmã, Glauber e Luana, por “colorirem” minha vida com meus sobrinhos: Miguel, Ana Beatriz e Lourenzo que, juntamente, com meus afilhados Maria Eduarda e João Gabriel, me inspiram a persistir firme e docemente nesta caminhada. Somos uma família linda!

À Cecília, tão querida, que me acompanhou com leveza os períodos mais delicados deste percurso, acolhendo minhas angústias e me ajudando na elaboração dessa dissertação;

À professora Claudia Osório, coordenadora do Departamento de Pós Graduação Psicologia do Departamento de Psicologia da UFF, que me apoiou nas minhas inquietações ao buscar outros possíveis, novos rumos que produzissem “bons encontros” na feitura desta pesquisa;

À Vanessa Andrade, querida amiga, com quem compartilho meu *axé*, além das lutas diárias, pensamentos e experiências enriquecedoras que deram sustância a esse trabalho;

Ao grupo de orientação, Lívia, Áurea, Zé Rodrigues, Catarine, Alê, Paula, Thiago e Julia Gambetta, que potencializou esse processo de criação, partilhando livros, artigos, alegrias e tensões de forma generosa;

Às amigas(os) que estiveram comigo, cuidando e me fortalecendo Mary, Cris Rocha, Nathália Pacheco, Adriane Henderson, Felipe Magalhães, Lola, Juliana Tibau e tantos outros que estão tatuados na alma!

À minha analista Eliana Bentes pelo apoio nos momentos de angústia e decisivos para a conclusão desta etapa.

Aos professores da banca, Kátia Aguiar, Vera Malagui que apontaram para os caminhos aqui percorridos e, em especial, a M^a Helena Zamora que tem compartilhado com generosidade - desde o pré-vestibular comunitário - experiências de militância que, como estes “bons encontros”, me animam a permanecer nesta cidade. Gratidão!

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise sobre o funcionamento de uma Organização Não Governamental (ONG), localizada no Complexo da Maré, que oferece “assistência social” a jovens egressos do tráfico. O objetivo principal é problematizar a lógica salvacionista e a produção de mecanismos “de punição”, repletos de moralismos e normas, direcionados a governar as condutas desses jovens. Para isto, dialogamos com Foucault (2008), a partir das suas contribuições, sendo fundamental compreender de que forma se dá a produção de subjetividades governadas e governáveis no interior deste estabelecimento. Outros interlocutores são importantes nesse debate, tais como: Peter Pal Perlbart, Felix Gattari, Gilles Deleuze, Acácio Augusto e alguns conceitos advindos da Análise Institucional francesa, em especial o de instituição, dentre outros. Para isto, utilizamos a metodologia da pesquisa-intervenção, analisando recortes do meu Diário de Campo, bem como, os instrumentos de punição na produção da chamada conversão social, ou seja, o processo que “transforma” indivíduos “perigosos” em “cidadãos/pobres dignos”. A “escrevivência” deste trabalho só foi possível, porque acreditei que minhas inquietações, ao longo do processo de escrita, me apontariam caminhos a experimentar e interrogar...

PALAVRAS-CHAVES: biopoder, salvacionismo, militarização, ONGs, Complexo da Maré.

ABSTRACT

This study presents an analysis of the operation of a Non Governmental Organization (NGO), located in the Complexo da Maré, which offers "social assistance" to young former drug dealers. The main objective is to discuss the salvationist logic and the production of "punishment" mechanisms, full of moral standards, targeted to govern the behavior of these young people. To achieve this goal it is fundamental to understand how this production of subjectivities, governed and governable inside this establishment, actually works. For this, we intensively dialogue with Foucault (2008). Other authors are important in this debate, such as Peter Pal Perlbart, Felix Gattari, Gilles Deleuze, Acacio Augusto and some concepts originated from the French Institutional Analysis, especially the institution, among others. We use the methodology of intervention research, analyzing clippings of my field diary, as well as the instruments of punishment in the making of the so-called social conversion, ie, the process that "turns" "dangerous" individuals into "citizens / poor worthy. " The experience of writing this work was only possible because I believed that my concerns would give the guidelines to question and interrogate.

KEYWORDS: biopower, salvationism, militarization, NGOs, Complexo da Maré.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
O NAVIO MERCANTE	9
EU MARUJA: NA DIREÇÃO DA VIDA DOS QUE RESISTEM	155
CAPÍTULO I.....	211
A “CONVERSÃO SOCIAL” COMO PRÁTICA DE SALVAÇÃO.....	211
1.1 Algumas instituições presentes no projeto: alguns de seus escapes	244
1.2 Por uma perspectiva ético-política das práticas psi	344
1.3 A prática de mentoria e o (neo) pentecostalismo: a quem salva o poder pastoral?.....	444
1.4 Separando o trigo do joio: sobre a economia de punição	511
1.5 A “formadura”: de vacilão à cidadão.....	59
CAPÍTULO II.....	622
A MARÉ COMPLEXO E MODOS DE RESISTIR	622
2.1 Idas e vindas: “a velha nova polícia” no Complexo da Maré	644
2.2 Quase todos pretos de tão pobres.....	722
2.3 A Maré Vive: produzindo linhas flexíveis e de fuga	800
2.4 Do “zelo” postal ao devir revolucionário	900
2.5 Batendo de frente	1022
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10909
ANEXO I.....	1133
ANEXO II	1144
ANEXO III	11515
ANEXO IV	11616
ANEXO V	11818
ANEXO VI.....	11919
BIBLIOGRAFIA	120

INTRODUÇÃO

O NAVIO MERCANTE

“Os olhos desconfiados, cansados e perdidos daqueles corpos negros e fracos anunciavam um encontro. Não se queria olhar nos olhos, mas procurava-se pousá-los em algum canto. Tal como escravizados, aqueles senhores de outras terras, curvavam seus corpos desarmados e enfraquecidos do cansaço da longa jornada da noite anterior. Eles trabalhavam em um serviço “puxado” que lhes custava a vida.

Naquela tarde, naquela sala azul como o mar, uma massa negra, quase morta, quase viva, se apresentou. O calor e a tensão que nos castigava colaborava para o nervosismo e inquietação de alguns de nós. O capitão, muito ansioso, tinha consigo os marujos de sua confiança altamente conhecedores daquela região. Os gestos e a pele branca reluziam naquela sala. Não havia dúvidas sobre quem eram os marujos e quem era o capitão.

O desafio estava posto: algo “inovador” aconteceria naquele mar. Porém, a notícia não poderia ser anunciada aos quatro ventos! Era algo na encolha, em surdina. O capitão havia conseguido muitos colaboradores para essa “missão”, todos de além mar. Por isso, ele precisava ser astucioso para que o barco não afundasse ou atracasse!

Os marujos, da região, usaram seus conhecimentos para convocar aqueles corpos juvenis para fazer parte da tripulação do capitão. Eles eram “crias” dali. Estavam cristalizados pelo medo e queriam garantias para sobreviver. Mas, o capitão era estrangeiro do seu próprio convite... não seguia as coordenadas da maré. No fundo, nós não sabíamos se queríamos nos distanciar da terra firme...aquilo tudo era muito obscuro! Os que queriam seguir permaneciam na sala e embarcavam na viagem outrora conhecida, nos movimentos e quebrada da maré. Entretanto, mal sabia o capitão que entre o barco e o mar existe a potência do balanço da maré!

Além do capitão, uma frota navega contra a maré... e nem sempre é usada a bússola que indica como contornar o barco e, contorcer os discursos, disparados contra a “perigosa” maré. A bem da verdade, muitos navios “piratas” navegam naquela capitania para assegurar que aquele mar é “morto”!

Diário de campo, novembro de 2015.

O texto acima apresenta a inauguração de um projeto social piloto criado por uma das Organizações Não Governamentais (ONGs) existentes no Complexo da Maré. Não por acaso, o projeto foi criado, em maio de 2013, quando em virtude dos megaeventos se anunciava na mídia a proximidade da implantação da Unidade de Polícia de Pacificadora¹(UPP) naquele território. As UPPs, que tiveram como um dos idealizadores o secretário de Segurança Pública

¹A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que diz promover a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. [...] As UPPs nos são apresentadas como uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e “levar a inclusão social a parcela mais carente da população”. Publicado na página institucional da UPP/RJ. Visto em janeiro de 2015.

José Mariano Beltrame, “são a atual estratégia usada para que os favelados não sejam mais fonte de gastos, mas sim de ganhos pelas ONGs, pela mídia, pelas empresas, pelo governo e por eles mesmos, à medida que se convertam em cidadãos empreendedores de si ajustados à lógica neoliberal” (ANDRADE, 2013). Ressaltamos que a atuação das forças de segurança, sobretudo, da Polícia Militar (PM), expressa nitidamente os paradoxos desse modelo autoproclamado “pacificador”, mas cujo funcionamento remonta à ditadura civil-militar.

Na ocasião, foram selecionados, inicialmente, 21 jovens de facções rivais que tinham o interesse em sair da rede do tráfico de drogas de favelas do referido Complexo. Foi forjada uma proposta “salvacionista” de oferecer aos jovens o “progresso de vida”, a cidadania – “dar o direito” de ter direitos. Em contrapartida, os jovens adquiriam uma “dívida infinita”, a qual seria paga por meio da “obediência e docilização de seus corpos” (FOUCAULT, 1998). Contudo ao final de três anos de duração o projeto contemplou um total de 53 jovens, dentro os quais 27 retornaram ao tráfico.

O objetivo central do projeto foi elaborar uma tecnologia para o campo das chamadas políticas públicas para ser implantada via governamental, no território nacional e internacional². A partir da lógica do “menor custo benefício”, a ONG adquiriu o financiamento para desenvolver, avaliar e monitorar sua proposta. A justificativa principal foi que o valor a ser empregado no “custo do projeto” seria menor em relação ao “custo de prisão”, elucidando que os gastos direcionados ao sistema carcerário são maiores que os de um projeto social desta ordem. Além disso, a ONG teria como responsabilidade a prevenção da reincidência desses jovens ao sistema penitenciário. Em seu projeto inicial, apresentado aos financiadores, a instituição tinha parceria com outra ONG bastante divulgada na mídia³, tendo-a como “braço direito” para a inserção dos jovens em empregos formais.

A parceria com esta ONG teve pouca duração devido aos escândalos sobre a permanência de um de seus diretores e o desenvolvimento do seu trabalho em uma das favelas do Rio de Janeiro. O projeto foi financiado por uma companhia europeia transnacional privada. O interesse da referida empresa em um projeto como este ainda é um mistério.

² O referido projeto está em processo de “venda” para o setor de segurança de outro país.

³ Esta ONG apresenta a “missão de promover a inclusão e a justiça social por meio da arte”, “cultura afro-brasileira”, “educação” e “recuperação” de jovens envolvidos no tráfico. A organização aponta para a lógica da “transformação social”, dizendo-se aumentar a autoestima dos jovens moradores de favelas, além de “gerar renda”, “afastando-os” da influência do tráfico.

A montagem e a engrenagem de “projetos sociais” como estes evidenciam o que Pelbart (2002) chamou de um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade, o capital e a vida; ou seja, uma penetração do capital na vida, salientando que o direito de acesso às redes (para além do ciberespaço) de vida de um modo geral foi transposto do âmbito social para o comercial (PELBART, 2002). Nesta perspectiva, o autor nos ajuda a entender que cada jovem, transformado em produto, possui um valor a ser comercializado e contribui para o faturamento das ONGs. A perversidade desse esquema contribui para que o acesso desses jovens “indignos de vida” (ZACCONE, 2015) às redes de sentido, aos territórios subjetivos, aos múltiplos modos de estar no mundo seja cada vez mais mediado por pedágios comerciais através dessas ONGs. Não pretendemos trilhar um caminho de discussões pautada em maniqueísmos ou bipolaridades, interessa-nos questionar a produção de certos modos de pensar e agir extremamente seletivos e punitivos.

O conjunto de serviços de assistência oferecidos incluía: a oferta de uma bolsa correspondente a mais ou menos um salário mínimo, em torno de R\$700,00, durante três meses, enquanto o jovem era “preparado” para ingressar no mercado de trabalho e R\$400,00 nos meses subsequentes; cesta básica mensal; apoio da equipe técnica, a qual era composta por: uma advogada, uma assistente social e uma psicóloga. Além dessas profissionais, o projeto disponibilizava um educador social que dava “aulas de cidadania” e um profissional responsável pela área de recursos humanos que captava vagas de empregos para os jovens. Os demais profissionais envolvidos eram chamados de “mentores ou tutores”. O projeto disponibilizava quatro mentores: duas mulheres e dois homens, com a função de monitoramento, “coach”, ou seja, aconselhamento e orientação dos jovens. A ação dos mentores era denominada mentoria ou tutoria.

Por se tratar de uma prática de monitoramento dos jovens nas atividades do cotidiano no projeto, pode-se afirmar que a mentoria, forjada pela organização, é um “mecanismo de vigilância e controle de condutas” produzido em nome da proteção e da prevenção. O principal objetivo da mentoria era garantir e dar subsídios para que o jovem se “afastasse” do “caminho errado”, o tráfico (FOUCAULT, 1998). Isso significa dizer que por mais bem intencionada que tenha sido a organização e tantas outras, foram reproduzidas e potencializadas práticas que enfraquecem e proíbem o discurso do sujeito e suas singularidades (ASTH, 2014). O objetivo neste trabalho é problematizar a circulação destes jogos de poder e suas dicotomias “caminho do bem x caminho do mal”, analisando os

diferentes modos de (re) existência em relação ao *modus operandi* de pacificação apresentados pelas ONGs.

É importante ressaltar que a época em que o projeto social foi implantado foi muito profícua para a ONG, pois além da possível chegada da UPP, as favelas do Complexo da Maré sofriam os impactos das ocupações de diferentes unidades da Polícia⁴ Militar do Estado do Rio (PMERJ), principalmente, do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e seu equipamento de “guerra” – o caveirão⁵. Contudo, foi no dia 24 de junho de 2013 que a ocupação militar se iniciou após uma manifestação pela redução da passagem de ônibus, realizada em Bonsucesso, bairro próximo ao Complexo. Destacamos que no ano de 2013 foram realizadas inúmeras manifestações contra o aumento das passagens, em todo o país, dentre outras reivindicações contra o governo federal e o governo estadual Sérgio Cabral.

Diferente de outras favelas cariocas, a Maré é o único Complexo que possui dentro do seu território uma sede de um Batalhão, o 22º Batalhão da Polícia Militar (BPM). Essa localização facilita a atuação militarizada e truculenta nas favelas do Complexo, produzindo um permanente estado de exceção⁶ para os moradores da localidade. Na semana da manifestação, em junho de 2013, o BOPE e o 22º BPM protagonizaram a chamada “chacina⁷ do Complexo da Maré” justificada pelo combate a um arrastão ocorrido na Avenida Brasil, via expressa de acesso à zona sul e região central da cidade, próxima ao Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim. Cogita-se que a operação foi realizada em resposta à morte do sargento do BOPE, Ednelson Jerônimo dos Santos Silva, em virtude de um “confronto” com o “crime organizado” (Jornal AND, ano XII, nº113, 2º quinzena de julho de 2013).

⁴A Constituição Federal (1988) no Art. 144- Assegura a segurança como serviços de relevância pública, através dos seguintes órgãos policiais de segurança pública: as polícias civis e as polícias civis científicas; as polícias militares e os corpos de bombeiros militares. Cabem a esses serviços: prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

⁵Caveirão também era chamado de “Pacificador” em lembrança a Duque de Caxias, assim conhecido por ter reprimido muitos movimentos sociais ocorridos no Império. Aliás, a mais alta comenda do Exército- cujo patrono é Caxias- é a Medalha do Pacificador, distribuída fartamente a civis e militares de confiança do regime ditatorial. Publicado no O Globo em 28 de junho de 2012.

⁶Conforme Agambem (2003) o estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que a aplicação da norma mostra sua separação e em que uma pura força de lei realiza (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa.

⁷Chacina ocorrida em junho de 2013, após operação truculenta da polícia que acarretou o saldo de 10 mortos, casas invadidas e clima de medo e terror na favela. Disponível em: <http://apublica.org/2013/07/mare-de-terror-rio-de-janeiro-favela-da-mare/>. Visto em novembro de 2015.

Era impossível calar-se frente aquela ação brutal! As escolas, os postos de saúde e demais estabelecimentos⁸ fecharam sem previsão para reabertura. Só circulavam os tiros de fuzis e as granadas. A favela virou um breu com os becos enlameados de sangue, pedaços de corpos e um cheiro forte de morte. A energia elétrica da Nova Holanda e do Parque União foi cortada por quase uma semana. Os corpos eram entulhados em um furgão por homens encapuzados que não deixavam rastros. Os moradores romperam com o silêncio rotineiro e necessário à sua sobrevivência e denunciaram na mídia casos de violência, abuso de poder e extorsão por parte da polícia.

Assim, as ONGs que atuam no território - Rede de Desenvolvimento da Maré, ou Redes da Maré, e o Observatório de Favelas - organizaram uma passeata com a participação de comerciantes locais, moradores e ativistas dos direitos humanos que reuniu em torno de 500 pessoas, solicitando a retirada das forças policiais da favela naquela noite. Na época circulou na mídia a denúncia: *“a polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”*, elaborada pela ONG Redes da Maré.



Figura 1 Foto de Tomaz Silva/Abr. Protesto de julho de 2013, ocorrido na Avenida Brasil, contra a ação do BOPE que resultou na morte de 10 pessoas. Divulgado na página do Núcleo Piratininga.

⁸Conforme as contribuições de Rodrigues e Souza (1991), há uma distinção entre estabelecimento (ou organizações) e instituições. Estabelecimentos são instituições com existência material e/ou jurídica: escolas, hospitais, empresas, associações, entre outros, enquanto que instituições seriam dispositivos instalados no interior dos estabelecimentos, e não mais os próprios estabelecimentos (p.33). As equipes de trabalho, os grupos operativos, os grupos de discussão, entre outros, seriam instituições. De acordo com as autoras, as instituições estão em todo lugar, pois possuem dimensões, momentos e forças, não estamos nelas ou a tratamos, mas somos atravessados por elas (RODRIGUES & SOUZA, 1991). A ONG, onde se desenvolveu a pesquisa, será considerada como estabelecimento ou organização. Ao longo da discussão serão apontadas algumas instituições que atravessam e estão presentes no referido estabelecimento.

Podemos associar essa “denúncia” à lógica trazida pelo secretário de segurança José Mariano Beltrame em uma entrevista sobre o funcionamento das UPPs: “um tiro dado em Copacabana é uma coisa, um tiro dado na Coréia, no Complexo do Alemão é outra coisa”⁹, afirmando que acusações de violência contra a polícia ajudam o tráfico. Ao analisar a articulação realizada por essas ONGs, os comerciantes locais, os ativistas e os moradores em prol de uma “passeata” contra a repressão policial, pode-se apontar para uma mistura entre interesses econômicos das ONGs e as lutas políticas que culminam por evocar os discursos que afirmam que os problemas das favelas são causados pelo tráfico e pela ausência de Estado, produzindo subjetividades ávidas pela pacificação. De acordo com o Relatório¹⁰ da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDH), da ALERJ, publicado em dezembro de 2013:

“Em 02 de maio, o BOPE e o Batalhão de Choque, para combater o tráfico da favela, realizaram uma operação marcada com forte grau de violência com inúmeras denúncias de invasões de casas e destruição de pertences, o que revelou uma enorme insegurança para toda a favela. Na ocasião um fotógrafo e um professor da rede municipal de ensino sofreram com o abuso de autoridade policial, tendo recebido inúmeras ameaças em função das denúncias realizadas. Para salvaguardar a integridade física, um dos denunciantes foi obrigado a deixar o território”.

Contudo, as violações e arbitrariedades cometidas durante essas ações policiais iluminaram outras questões, tais como o questionamento acerca dessas operações já que o território não receberia as UPPs; em geral, essas ações truculentas ocorrem frequentemente, evidenciando o processo de militarização da Maré. O Relatório do CDDH assinala, ainda:

“Já em 24 de junho, após manifestação em Bonsucesso e imprevistos violentos na Av. Brasil, o BOPE iniciou uma operação policial na Maré. Com a lamentável morte do sargento do BOPE Ednelson Jerônimo dos Santos Silva, o conflito durou a noite inteira e se arrastou ao longo da manhã do dia 25, finalizando com um trágico saldo de 10 mortos.

⁹ Entrevista do referido secretário de segurança, publicada em 2007, pelo jornal Estadão Geral. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,beltrame-tiro-na-zona-sul-e-uma-coisa-na-favela-e-outra,69520>. Visto em dezembro de 2015.

¹⁰ Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e de cidadania ALERJ. Disponível em: <http://ddh.org.br/wp-content/uploads/2014/01/relatorio2013cddh.pdf>. Visto em dezembro de 2015.

Diante de todos os pronunciamentos dos órgãos oficiais e questionamentos da sociedade civil, restou a seguinte dúvida sobre a chacina ocorrida no Complexo da Maré: qual foi o objetivo de uma operação como esta: vingar a morte do policial? Onde se pretendeu chegar com esta operação?¹¹”.

O Estado não identificou os autores da chacina, tampouco interrompeu o processo de militarização pelo qual passam os moradores da favela. Tal ocupação evidenciou o lado mais perverso deste novo argumento utilizado pelos órgãos governamentais para darem continuidade às suas práticas históricas, a força desmedida, contra moradores na gestão das favelas, de suas populações e da resistência popular. Seria o caso, também, de questionar se as ações de violência estatal obedeceriam, sobretudo, a critérios e ações racistas que visam à eliminação dos indesejáveis, conforme os padrões eleitos por toda uma racionalidade biopolítica que analiso neste trabalho.

EU MARUJA: NA DIREÇÃO DA VIDA DOS QUE RESISTEM

“Naquela tarde também entrei no barco. Não conhecia muito aquelas bandas de lá e pouco sabia sobre os movimentos da maré...mas, podia facilmente me misturar, me diluir entre os “corpos tripulantes”. Aproximei-me de suas queixas, suas feridas, procurando pousar meus olhos juntos com os deles, na mesma direção. Sei o que é remar na popa. Sei o que é ter um corpo marcado pra morrer, mas não sabia sobre aqueles corpos marcados...Desejei escutar mais sobre aquela maré e os senhores de outras terras. Alguns também queriam saber sobre mim, quase um “de que lado você tá? Lado B ou lado A?” Outros reconheciam a loucura como minha companheira e às vezes se aproximavam, às vezes fugiam...mas, algo de mim ia junto na fuga ou na prisão.

O barco não trazia nada de novo para aqueles negros. As remadas já eram muito conhecidas. Mas, “entre nós” era possível sentir o balanço da maré, ouvir o seu estrondo nas rochas. Ouvimos o que dizia o mar revoltado, sentíamos a maresia e as partículas salgadas que se misturavam no sal dos nossos corpos. Ficar por um remar insistente, sem ser, sem ir, sem estar.

Diário de campo, junho de 2013.

Narro aqui um fragmento rememorado do diário de campo sobre a direção do meu trabalho no projeto social que atuei durante dois anos, entre maio de 2013 a dezembro de

¹¹Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e de cidadania ALERJ. Disponível em: <http://ddh.org.br/wp-content/uploads/2014/01/relatorio2013cddh.pdf>. Visto em novembro de 2015.

2015. Muito tenho a falar, mas me comprometo com o essencial: revirar-me nas palavras e não no vômito das palavras! Como diz Manoel de Barros (2010): “E sobre a palavra, ela? Mexo com palavra como quem mexe com pimenta até vir sangue no órgão” (p. 180).

Busquei a academia para pensar de forma coletiva minhas inquietações e ardências, acerca desses projetos ditos salvacionistas que surgem, principalmente, em territórios de favelas. Não foi fácil escrever, sobretudo, pelo fato dessa escrita ser “viva”, como diria Conceição Evaristo (2009) trata-se de uma “escrevivência”, a qual é entendida como experiências vividas e sentidas sempre coletivas e compartilhadas também coletivamente por aqueles que ocupam o lugar de opressão.

“(…) O que a minha memória escreveu em mim e sobre mim, mesmo que a paisagem externa tenha sofrido uma profunda transformação, as lembranças mesmo que esfiapadas, sobrevivem. E na tentativa de recompor esse tecido esgaçado ao longo do tempo, escrevo” (EVARISTO, 2009, p.4).

Foi um desafio ter que suportar os atravessamentos presentes no campo. Embora, haja uma tendência muito forte no campo das ciências humanas, não tenho a intenção de que esta produção vá pelo caminho de denunciamentos sobre os funcionamentos de ONGs no chamado campo dos direitos humanos. De antemão, afirmo que não acredito neste tipo de discurso, tampouco, que ele tenha alguma validade para o campo de análise. Essa discussão pretende ir além do funcionamento salvacionista que se objetiva analisar e desconstruir, pois esse tipo de prática nos oferece como possibilidade propostas conservadoras, as quais destituem as singularidades das histórias dos jovens que comercializam drogas definidas como ilícitas, transformando-os em meros produtos da mazela social.

Nesse sentido, as narrativas produzidas a partir da lógica salvacionista versam sobre a existência desses jovens e nos levam a crer que tudo o que estes sujeitos viveram os leva para “o mundo do crime”. Conforme Foucault (2001, p.24), essa lógica reitera o quanto o indivíduo já se parecia com seu crime antes de tê-lo cometido. Ou seja, esperam-se desses corpos os desvios como anormalidades que estabelecem as demarcações de incapazes ou inaptos, tornando-os “inimigos” a serem combatidos ou salvos. Nesse percurso, recuso a

neutralidade que nos engessa, realizando análises de implicação em meio aos desafios que se impõem a esta escrita.

O contínuo lutar pela ordem e a paz a serem conquistadas pela via da punição dos chamados desordeiros e/ou pela pacificação dessas subjetividades instaura uma engrenagem histórica em torno da criminalização da pobreza e do povo negro. Assim, percebi em meu campo de prática que o pretexto da ONG onde trabalhava - da segurança pública e da defesa de direitos – legitima essas práticas, que a princípio seriam divergentes entre si, acoplando à assistência social o discurso/prática policial. Fui em busca do mestrado na linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social, assumindo a responsabilidade de poder pensar coletivamente e falar sobre esta experiência. Diria que não escolhi o tema, ele se impôs como condição de (re) existência para mim. Trata-se da necessidade que eu tenho de afirmar a presença viva das vidas que resistem à lógica salvacionista também forjada por esta ONG, e tantas outras, localizadas no Complexo da Maré e em muitos outros territórios.

Utilizarei como método a pesquisa-intervenção¹², empreendendo a análise do diário de campo, e, dos “instrumentos de punição” produzidos no período de vigência do projeto social. A escolha desta metodologia consiste em romper com qualquer neutralidade e objetividade do pesquisador, desconstruindo dicotomias do tipo sujeito e objeto, teoria e prática e transformando a pesquisa em um exercício ético de produção de si. De acordo com Passos e Benevides (2000), a recusa da neutralidade do analista/pesquisador procura romper com as barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido (p.73). Acredito que “sujeito e objeto” são produções imanentes ao processo de pesquisa, pois toda problemática que nos atravessa produz efeitos sobre nós. Este movimento pressupõe um modo de inventar o mundo e de nos reinventar. Desta forma, a escolha da análise de implicação tem como proposta desestabilizar as divisões entre as especialidades, analisando e subvertendo as relações de poder produzindo outra realidade. Isto faz com que a pesquisa se transforme em um exercício ético e de produção de possíveis invenções, problematizando as redes de poder e os jogos de interesses, no qual me encontro.

Quero me ater às relações de poder e as virtualidades produzidas por algumas ONGs na atualidade, pensando que a resistência e as lutas sociais não se localizam em um fora, em uma transcendência que aguarda o funcionamento ideal do Estado “garantidor” dos “Direitos

¹²A pesquisa-intervenção surgiu a partir da década de 1960/70 na França através da corrente da Análise Institucional Socioanalítica (René Lourau, Georges Lapassade, Rémi Hess), ganhando adeptos no Brasil a partir da década de 1980. Sobre o tema consultar Passos e Alvarez (2009) e Passos e Benevides (2000).

Humanos”, ou, quiçá que estes direitos servirão a todos. A partir de Foucault (2005), penso que a luta se faz no cotidiano das práticas, nas resistências locais - descontínuas e singulares - que não deixam de colocar em xeque os pressupostos totalizantes (p.10). Nesse sentido, lutar e resistir torna-se um desdobrar sobre si mesmo e sobre nossas práticas, compreendendo que revirar memórias, narrativas e experiências em busca de outros possíveis nos fazem chegar a mais problematizações, interrogações que conclusões.

O ato de pesquisar é, portanto, entendido aqui como um inquietar-me que permite sentir a angústia vinda à flor da pele e não sendo por ela paralisada. Fortalece-se nesse processo de produção de conhecimento um modo de pensar e de existir que se abre a outras possibilidades. Conforme o autores Passos e Alvarez (2009), “tanto a pesquisa ela mesma quanto o campo pesquisado estão sempre num processo incessante de co-produção e co-emergência”. Os autores salientam que para habitar o território existencial “é preciso um processo de aprendizagem mais como experiência de engajamento do que como etapas prescritíveis de uma metodologia de pesquisa. É uma experiência que só se dá a medida que se realiza sem pré-condições” (p.147). Destaca-se aqui os chamados analisadores¹³ que mostram as forças em re-existência, em luta no Complexo da Maré, viabilizando a problematização das redes de poder e da produção de “verdades” nas instituições ditas salvacionistas.

Esta dissertação aborda predominantemente uma das formas contemporâneas de dispositivo biopolítico e de controle das condutas. Mais especificamente, trata-se de uma análise do funcionamento de projetos sociais no que se refere a ações de “assistência sociais” direcionadas a jovens egressos do tráfico, por parte de ONGs, atuantes no Complexo da Maré. O objetivo principal é problematizar e debater a metodologia e os mecanismos de controle utilizados e que mostram, de um modo geral, outros funcionamentos de “movimentos sociais” na atualidade.

Destacarei os assujeitamentos produzidos nestes estabelecimentos, colocando em análise as relações de poder presentes nestes processos e algumas instituições que ali estão presentes. Este trabalho também aponta as atrocidades cometidas no referido território pelo estado de exceção em nome da chamada “produção de paz”, iluminando as ações da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro no território com a proposta de

¹³ De acordo com as autoras Rodrigues e Souza (1991), analisador diz respeito a: acontecimento, indivíduo, prática ou dispositivo que revela, em seu próprio funcionamento, o impensado de uma estrutura social - tanto a não conformidade com o instituído como a natureza deste mesmo instituído (p. 39).

instauração da chamada política de pacificação. Faremos um diálogo a partir de Michael Foucault principalmente, sobre a biopolítica e as práticas de contra-conduta. Interlocutores como Peter Pál Pelbart (2002; 2003), dentre outros também estão presentes nesta feita. Além desses autores, considere como parte vital desta escrita os encontros cheios de afetos, olhares e vivências, diários de campos, que me teceram e produziram um exercício contínuo de (re) existência e experimentação. Este texto também se deu graças à presença e aos encontros com os jovens do Complexo da Maré que “insistem” em existir com tal potência que modificou minha escrita.

A escolha deste tema surgiu por meio de muitas inquietações e questionamentos no meu campo de prática, frente às propostas criadas no campo dos chamados direitos humanos em nome da produção de “cidadania e diminuição da violência” no Complexo da Maré. Deparei-me com uma série de questões institucionais no que diz respeito à elaboração de instrumentos de controle das condutas dos jovens com o propósito da “conversão” do jovem da posição de “bandido” para “trabalhador/cidadão”, gerando cifras para a instituição. No que se refere ao “tratamento” do uso de drogas por parte dos jovens, a instituição elaborou instrumentos de repressão e exclusão em um movimento perverso e contínuo, produzindo dentro do projeto a própria lógica da segregação e marginalização que se pretendia desconstruir.

Entendo que a proibição do uso de entorpecentes foi um solo propício para a germinação de ações e intervenções proibicionistas e repressivas que já eram oriundas desde o momento em que “se cogitou que esses jovens não faziam uso de drogas”. Atrás dessa cortina “puritana” institucional há um circuito complexo de produção de subjetividades sobre as “periculosidades” dos jovens assistidos. Com isso, identifiquei um processo ininterrupto de binarismos, de domesticação dos corpos e aplicação do poder soberano no qual eu também estava inserida.

Ao utilizar a pesquisa intervenção, penso analisar as ações da segurança pública, envolvidas na implantação da UPP, no Complexo da Maré e o desenvolvimento de ações voltadas para jovens egressos do tráfico, no período de junho de 2013 a dezembro de 2015.

Faço da minha escrita um veículo de invenção de possíveis modos de existir e estar no mundo, de produção de rachaduras e trincas nos discursos que forjam a UPP. No mestrado, os encontros das orientações, das aulas e na Cantareira têm me movimentado e sacudido com a mesma velocidade que me apontam novas possíveis direções.

No primeiro capítulo, **A “conversão social” como prática de salvação**, apresento ao leitor a análise de minhas implicações no referido “projeto social” em que trabalhei, discutindo a lógica salvacionista e o chamado campo dos direitos humanos vigente nestas Organizações Não Governamentais que atuam no Complexo da Maré e em tantas outras favelas cariocas e as tramas que engessam as práticas dos profissionais que atuam na área. Problematizarei os documentos produzidos pela ONG elaborados para punir os “fora da lei” e, concomitantemente, naturalizarmos o lugar do psicólogo enquanto “detentor” de uma “verdade absoluta” sobre aqueles indivíduos.

O segundo capítulo, **A Maré Complexo: e os modos de resistir na cidade** apresento as histórias do lugar a partir da perspectiva de território apresentada por Milton Santos (1994), discutindo a produção de instrumentos punitivos nesses estabelecimentos sobre a justificativa de prevenção e proteção. Aponto para a análise dos mecanismos adotados por esta biopolítica na interface entre o funcionamento da ONG, pautando a discussão da judicialização da vida, a gestão da lei e da ordem na cidade no contexto do Complexo da Maré. Aponto, ainda, para o extermínio dos jovens negros e a indignação e luta de mães negras e faveladas que, por vezes, tornam-se simbolicamente “mortas-vivas”, quando são silenciadas pelos aparelhos do Estado. Contudo, são elas que testemunham as atrocidades nas vidas desses jovens e não se calam diante dos fatos ocorridos no cotidiano do Complexo da Maré. Muitos outros modos de resistência não ali afirmados e fomentados.

Nas **considerações finais** retorno às análises de minhas implicações e a articulação entre “assistência”, “direitos humanos” e governo das condutas. Reafirmo as possibilidades de se permanecer nesses estabelecimentos alerta às práticas que, muitas vezes, nós próprios ajudamos a fortalecer.

CAPÍTULO I

A “CONVERSÃO SOCIAL” COMO PRÁTICA DE SALVAÇÃO

Em junho de 2013, após dois meses de andamento do projeto, fui contratada como psicóloga clínica em regime da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Contudo, essa contratação colocou em cheque a chamada consolidação das leis, pois eu estava inserida em um misto de fragilidades e precariedade de trabalho vivenciado também por muitos colegas da categoria que atuam nessas ONGs. Julgo importante colocar em análise os processos contratuais nestes estabelecimentos que, geralmente, oferecem um salário que está acima do que é ofertado pela Secretaria de Municipal de Saúde desta cidade, por exemplo. Assinei um contrato com duração de 18 meses, ou seja, com a validade no mesmo período de permanência para os jovens no projeto. A renovação da contratação era algo incerto, embora o projeto já tivesse uma verba disponível para os próximos dois anos. O que me fez pensar que, neste cenário, o planejamento anterior era de que o trabalho do psicólogo fosse algo pontual e/ou paliativo, sendo o primeiro serviço a ser excluído se fosse necessário cortar gastos. Alternativa que é bem comum não só no setor privado.

A proposta de trabalho nessas condições de incertezas, geralmente, é de “não mexer muito” nas questões daqueles jovens! Mas, como costume afirmar, eu me misturava facilmente com aqueles jovens. Era a partir daquela mistura que eu conhecia e me reconhecia! De eminente não haveria como trabalhar, ficando apenas nas bordas daquela situação problema.

Em dezembro de 2014, período para o término e/ou renovação do contrato, nada foi me dito e fui mantida no estabelecimento, configurando um contrato efetivo. Isso significa que independente dos rumos do projeto, com término previsto para o final de 2015, eu seria funcionária efetiva do estabelecimento. Nenhum daqueles que foram contratados se deu conta disso, e, eu tampouco. Considero importante colocar esse tema em análise por conta das precariedades que são produzidas nesse modo de funcionar à deriva que nós psicólogos que atuamos, neste caso, em ONGs ou Organizações Sociais (OSs), ao qual estamos submetidos.

É preciso estar atento, pois mesmo para garantir o “pão nosso de cada dia” não podemos consentir com aquilo que nos é intolerável! Não podemos ser, ou fazer, pontes para

a criação de mecanismos punitivos ou, de ferramentas, de uma biopolítica de governo das pessoas.

O término da contratação não poderia ter sido mais cansativo e “enfraquecedor”. No final de 2015, fui informada que haveria um possível financiador para o projeto que sustentaria a permanência de toda a equipe e possibilitaria a entrada de mais jovens no projeto, já que alguns estavam na fila aguardando uma “oportunidade” de entrar. Embora já exaurida pelos balanços da vida e um pouco enfraquecida pelos tempos tempestuosos que vivemos, fazia parte da minha sobrevivência permanecer naquele projeto no sentido de finalizar meu processo de escrita e mudar de apartamento. Mas não confiei naquelas possibilidades, pois nos últimos meses tive descontos do salário significativos por erros e equívocos cometidos pelo departamento administrativo, responsável pelos pagamentos dos funcionários. Embora tenha sido corrigido posteriormente, e devolvida a parte descontada, entendi aquilo como um sinal de que a coisa não iria terminar bem. Entre nós, todo o processo de finalização contratual é cansativo, mas não precisa ser violento! Para permanecer na ONG foi feita a proposta de redução salarial e de carga horária em comum acordo, pois eles não disponibilizavam de verbas para manter uma profissional com a importância salarial que eu recebia. Precisavam diminuir o salário, mas não o volume de trabalho! Essa era a condição para seguir no barco, a qual é considerada inconstitucional. Preferi cair fora e pular do barco!

Naquele período, a proposta inicial concernente às minhas atribuições era a realização de atendimentos individuais e em grupo, entrevistas de avaliação psicológica, visitas domiciliares, orientação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho. Entendo como direção de um trabalho clínico o acolhimento das singularidades e das histórias de vida de cada jovem. Contudo, fui operando de acordo com o “modo pacificar” apresentado pela ONG, ou seja, assumi as funções sem a realização de uma análise prévia. Interrogar sobre “o que é feito e que efeito” isso provoca, ampara minha prática. Daí meu sofrimento e angústia em analisar um funcionamento do qual fiz parte, na medida em que não percebia as tramas e as engrenagens que moviam aquele projeto.

A clínica é indissociável da política e, por isso, é necessário questionar a serviço de que, ou, de quem estamos. Como nos indaga Deleuze (1992): a que estamos “sendo levados a servir?” (p. 226). Embora, aquele trabalho fosse a garantia do meu sustento, a condição da minha permanência no projeto passou pela possibilidade de resistir a esses processos de assujeitamentos que são produzidos diariamente nessas instituições e que operam em prol da

“cidadania e da segurança.” Sou mulher negra, identificada pelo Estado como população matável¹⁴. Também fui “menina de projeto social”, produzida sob o registro do apaziguamento. No processo de permanência na ONG, busquei questionar os vários sentidos cristalizados, colocando em análise as práticas de criminalização dos jovens com o intuito de construir com eles desvios possíveis e linhas de fuga. Recusei algumas atribuições, quando identifiquei que elas forjavam a capitalização das subjetividades daqueles jovens.

De fato, não há projetos que acolham jovens egressos do tráfico ou do sistema penitenciário, pois o governo é totalmente ausente para esse tipo de proposta porque esses são os ditos descartáveis, os matáveis (ZACCONE, 2015). Quando eles têm baixa escolaridade é muito difícil conseguir sobreviver fora da criminalidade e estes projetos acabam facilitando esta que talvez seja a condição indispensável para atender a imposição capitalista de uma renda mínima que garanta a contenção dos corpos, ou melhor, um adiamento de suas mortes previamente profetizadas. O que está para além dessa proposta é o financiamento milionário de empresas internacionais, principalmente, de bancos, para a realização desses projetos e a utilização dos chamados ex-criminosos, assegurando os considerados bons índices de violência. Neste cenário surge o argumento de alguns sociólogos que incentivam iniciativas de ONGs que objetivam aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas de atração, manutenção e saída de jovens do tráfico de drogas. Contudo, a questão gira em torno do recrudescimento de estratégias de contenção dos ditos portadores de violência nos territórios de favela.

Foucault (2008) salienta que a disciplina normaliza – “analisa, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos e as operações, decompondo em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los, de outro” (p.74-75). Ou seja, a normalização disciplinar estabelece procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente, produzindo demarcações de modos de vida e binarismos – do normal e anormal, inaptos, incapazes e outros. A primeira condição que criei para permanecer nesse projeto foi a de produzir outros fluxos junto daqueles jovens entre recusas e fugas.

¹⁴ Os dados do Relatório “Você matou meu Filho!” produzido pela Anistia Internacional, apontam para o alto índice de extermínio da juventude negra no país por parte do Estado. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Visto em agosto de 2015.

Fui endereçada a atender dois grupos distintos, com o total de 21 jovens, que pertenciam a facções¹⁵ rivais, respectivamente, Terceiro Comando (TC), na Baixa de Sapateiro e, Comando Vermelho (CV), na Nova Holanda. A faixa etária destes jovens neste primeiro grupo era entre 17 e 30 anos, sendo três mulheres. Eles permaneceram durante três meses participando do “ciclo básico” – título dado a um conjunto de atividades em sala de aula que os “preparariam” para o mercado de trabalho. Isto significa dizer que no quarto mês, de acordo com a instituição, esses jovens deveriam estar “preparados” para serem inseridos no mercado de trabalho. O planejamento do ciclo básico priorizou ocupar o horário integral dos jovens para que os mesmos não ficassem com o tempo ocioso – como o dito popular “cabeça vazia, oficina do diabo”. Com base na dicotomização “dinheiro certo” e “dinheiro fácil” - caminho do bem e mundo do crime - foram oferecidas as seguintes aulas: cidadania, empregabilidade, ensino fundamental, reforço, informática e sociologia. Essa construção teve como escopo um mapeamento “moral” da favela e sua juventude, reforçando fronteiras simbólicas do lugar da favela e do asfalto em relação a cidadania¹⁶. Deste modo, formula-se um modo de ser “jovem cidadão”, o qual está fadado a produzir-se dentro das regras demarcadas pelo projeto. Propõe-se pensar a instituição cidadania no âmbito da produção de subjetividades a partir do paradigma de uma suposta “matriz cidadã que apresenta a dicotomia – cidadania consentida *versus* cidadania conquistada”, problematizando o pressuposto de “dar cidadania” a alguém tão comum nestas ONGs. O exercício desta discussão será realizado a partir do confronto dos diferentes tipos de forças envolvidas nesse fenômeno, propondo ultrapassar essas dicotomias (FONSECA, 1997).

1.1 Algumas instituições presentes no projeto: alguns de seus escapes

Durante as atividades obrigatórias, pelo menos, um mentor deveria permanecer em sala de aula para garantir o dito “bom comportamento” - aqui considerada como uma instituição - do jovem para a segurança do professor e/ou profissional. A instituição “bom comportamento” incluía uma série de regras, tais como: falar um de cada vez, não se atrasar,

¹⁵Referimo-nos a duas facções específicas: a primeira, o Comando Vermelho (CV) que foi criado em 1979, na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande - RJ, e o Terceiro Comando (TC) surgido no Complexo da Maré como Terceiro Comando Puro, em 2002. Para mais informações consultar “Comando Vermelho: a história do crime organizado” (AMORIM, 1993).

¹⁶Esta noção será desenvolvida posteriormente a partir da leitura da Dissertação de mestrado de Denise Fonseca Farias intitulada “Os avessos da cidadania: um exercício analítico” (1997).

não chegar à sala de aula “drogada”, não mascar chiclete em sala de aula, não falar palavrão, falar baixo, não brigar, não comer em sala de aula, não usar roupas ditas curtas e decotadas.

Observa-se nesse conjunto de instrumentos o exercício do poder penal na atualização da ONG para operacionalizar sua assistência por meio da produção de subjetividades criminalizáveis. Visto que aqueles identificados como “difíceis” eram reprimidos pelas medidas de exceção expedidas por meio de documentos intitulados: “Advertência disciplinar¹⁷”, “Declaração de suspensão¹⁸” e/ou “Declaração de desligamento¹⁹”. Estas punições, aqui consideradas também como instituições, retiravam dos jovens a bolsa-auxílio e, em algumas situações, o acesso aos estudos disponibilizados pelo estabelecimento.

Foi elaborado um documento intitulado “Direitos e deveres no projeto²⁰” que, de acordo com a descrição, tratava-se de um contrato que “esclareceria aos jovens as condições para o bom trabalho e desempenho entre as partes”; ou seja, entre aluno e equipe. A partir daí, produziam-se/fortaleciam-se subjetividades pacificadas, pois o referido documento, aqui considerado como instituição, definia as normas que disciplinavam aqueles corpos. No documento havia uma listagem de normas a serem cumpridas e algumas metodologias a serem executadas por parte do projeto. Foucault (2004) afirma que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua somente pela consciência ou pela ideologia, mas também no corpo e com o copo” (p.210). É por meio da vigilância e do controle das condutas, dos corpos favelados e marginalizados, que ocorre a atuação de uma lógica policial acoplada à assistência encarnada na ONG.

O contrato era redigido pela advogada do projeto em comum acordo com a equipe e sob o crivo do diretor/fundador da ONG. Vale ressaltar que as aplicações dessas punições eram seletivas, no sentido de que o cargo que o jovem havia ocupado no tráfico influenciava no “peso” e/ou escolha da medida punitiva.

O funcionamento dessas instituições neste estabelecimento nos convoca a fazer uma análise sobre a instituição “direitos humanos”, tema tão falado nos dias de hoje. Percebemos que sob a justificativa desses direitos se apresentam valores morais e religiosos que dilaceraram a singularidade de cada jovem participante do projeto. Faz se necessário lembrar

¹⁷ O referido documento está disponibilizado ao leitor, ao final, no Anexo I.

¹⁸ Anexo II.

¹⁹ Anexo III.

²⁰ Anexo IV.

que esses direitos estão apoiados em “certas concepções de direitos em direção às quais é preciso lançar um olhar crítico, pois emergiram, historicamente, a partir de práticas sociais que se sustentaram a partir da invenção de objetos, subjetividades e saberes” (REIS, 2015, p.74). Portanto, a noção de direitos humanos consiste na objetivação de uma prática. A defesa dos direitos humanos tem sido historicamente voltada para as elites, oferecendo a ilusão de que todos são contemplados sob o lema da igualdade, liberdade e fraternidade. Contudo, os jogos de poder sempre evidenciam quem sempre esteve fora desses direitos: os marginalizados pela sociedade. Ou seja, se define quais humanos esses direitos poderão contemplar.

De acordo com Reis (2015) a noção do humano, bem como, daquilo que passou a não ser considerado como um, emerge a partir da construção do que seria inumano, o anormal, o socialmente perigoso (p.74). Para a autora, tudo passou a girar em torno do Direito, seja pela aplicação da lei punitiva; em defesa dos direitos privados, assinalando que nossa cultura punitiva é sustentada por essa ideia de anormalidade que precisa ser julgada, punida e corrigida. Assim, reivindica-se garantias de segurança, mais policiamentos ostensivos, vigilância ou maximização de poderes penais (REIS, 2015, p.75).

O dia da assinatura do contrato era apresentado ao jovem como um evento muito importante. Eis aqui outra instituição importante presente naquele estabelecimento: a instituição “contrato”. Participavam, inicialmente, deste processo os mentores, a advogada, o coordenador e o diretor. Por meio da condução do diretor da ONG, o projeto era apresentado como uma “segunda chance”, uma “oportunidade” de ter uma vida com um trabalho formal – de carteira assinada, de se afastarem do “risco” de perder suas vidas. Com o passar do tempo, a assistente social e a psicóloga foram inseridas neste momento para divulgarem seus “serviços”. A maior parte da equipe participava do evento, mas apenas o diretor e os jovens assinavam este documento como forma de efetivar a “palavra de homem”, “o compromisso”, “o manter a palavra”. Um fato interessante, e que aponta para a resistência de alguns, é que ao final do projeto dos 53 participantes, um total de 18 não assinou o contrato e utilizou dos “benefícios”.

Os desdobramentos deste contrato não poderiam ser diferentes: as punições eram dadas em diferentes situações, dependendo do mentor ou do coordenador, mas a palavra final era do diretor da ONG. Assim, um jovem poderia receber uma advertência disciplinar por ter

conversado com um colega que estava no tráfico e outro ser imediatamente desligado pela justificativa de envolvimento. Demarca-se aqui um processo de produção de políticas contemporâneas de assistência e penalização destinadas historicamente a essa população classificados como “ex-criminosos”. A advertência foi forjada como um “aviso” ao jovem sobre o descumprimento das regras “acordadas” e assinadas entre as partes, “informando” que a repetição do ato acarretaria no “desligamento” do mesmo do projeto. Para Augusto (2013) o fascismo cotidiano se incrusta nas dobras dos corpos e nas coisas miúdas da vida como uma conduta policial; explicita-se em jovens de corpos docilizados que se disponibilizam a participações e controles, até o limite do insuportável (p.13).

Os referidos jovens não distinguiam nenhuma das medidas que lhes eram aplicadas e tampouco eram informados antecipadamente que haviam sido submetidos a determinada “punição”. Algumas delas, obviamente, extrapolavam o contrato tentando impedir a produção de linhas de fugas por parte dos jovens ditos difíceis. Para Foucault (2002) o governo por individualização tem sua gênese ligada à organização do poder do tipo pastoral e à prática religiosa de direção de consciência desenvolvida pelos cristianismo. É um poder que cuida de todos e, ao mesmo tempo, de cada um, ou seja, de uma multiplicidade.

Esta questão nos leva ao que Foucault (2008) nos apresentou como população: um sujeito político, um novo sujeito coletivo, absolutamente, alheio ao pensamento jurídico e político. De acordo com o autor, a população aparece tanto como objeto, ou seja, aquilo sobre o que, para o que, são dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito, como também como sujeito, já que é a ela que se pede para se comportar deste ou daquele jeito. Cada indivíduo funciona dentro da noção de população como um membro, como um elemento do que se quer administrar da melhor forma possível. O que se percebe nestas ONGs é exatamente o fortalecimento da lógica salvacionista no que se refere à manutenção e regulação desses indivíduos em série. Em contraposição, o autor trabalha o conceito de povo:

“Aquele que se comporta em relação à gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se pudesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema” (FOUCAULT, 2008, p.57).

De acordo com as considerações foucaultianas, todo indivíduo que aceita as leis do seu país assina um contrato social, o aceita e o revalida a cada instante em seu próprio

comportamento, enquanto aquele que, ao contrário, viola leis, rasga o contrato social, e torna-se estrangeiro em seu próprio país e cai sob as leis penais que vão puni-lo, exilá-lo, de certo modo matá-lo (FOUCAULT, 2008, p.58). Para o autor, o povo é aquele que resiste à regulação da população. Na regulamentação da *biopolítica*, a morte biológica não é necessária, mas sim a morte de modos de vidas pelo qual o capitalismo se moleculariza.

Inicialmente, todas as medidas deveriam ser assinadas pelos jovens em concordância com a punição e com a possibilidade de “estar alinhado” ao foco principal da ONG: o desenvolvimento pessoal, com a proposta de prevenir e diminuir a violência, no território. A “declaração de suspensão” – outra instituição criada em função da instituição “bom comportamento” - foi elaborada para os casos de jovens que apresentavam “uso abusivo” de drogas “ilícitas”, com a justificativa de que eles estariam em “envolvimento com o tráfico” por meio da relação “comprador/vendedor”, “traficante/usuário”. Essa medida acarretaria no “corte” da bolsa auxílio e a não participação nas aulas de cidadania e “aceleração escolar”. Cogitou-se também em suspender jovens que agrediam suas companheiras, de acordo com eles, a fiel (esposa) ou amante. Porém, os mentores não “conseguiram manter” a dita vigilância. Na perspectiva de projetos dessa natureza, o âmbito familiar torna-se objeto de investigação e de intervenção da assistência social em seus espaços mais recônditos. O objetivo era que o jovem e sua família fossem submetidos a um regime de vigilância que rompesse com a noção de “dentro e fora” e/ou “privado e público”. A família deveria tornar-se “informante” e parceira da “assistência” – aqui entendida com mais uma instituição ali presente - caso ele retornasse ao tráfico e/ou se envolvesse em situações não permitidas pelo projeto, tais como: assaltos, violência doméstica, maus tratos com os filhos, entre outros.

As “punições” filtravam um determinado “modo de ser criminoso”, excluindo aqueles que dariam “mais trabalho” por conta da dificuldade e/ou impossibilidade de “inserção” no chamado mercado de “trabalho formal”, quer fosse por “atraso” nas atividades relacionadas à sala de aula ou pela “aparência/comportamento” não aceitável. Alguns desses jovens possuíam problemas de saúde bucal significativos, outros tinham balas alojadas no corpo ou cicatrizes, tatuagens, entre outros aspectos produzidos como indesejáveis a partir da lógica do neoliberalismo, que mantém determinados indivíduos excluídos de seu sistema.

A instituição “declaração de desligamento” consistia em um comunicado de desligamento do jovem a partir daquela data, tendo em vista o não cumprimento do termo de

“compromisso” estipulado pelo estabelecimento. Este documento era assinado pelo jovem e o diretor da ONG. As “punições” foram criadas a partir do contrato, ou melhor, da prática pastoral dos “Direitos e deveres” e se transformaram em fio condutor da “assistência”, tendo em vista a manutenção da bolsa-auxílio como garantia de um “bom comportamento”. Esses mecanismos, e tantos outros, são forjados por ONGs em nome da “assistência” oferecida a esses jovens. E uma vez que a assistência é transformada em instituição, a partir da qual as relações passam a ser compreendidas como naturais e necessárias, justifica-se que por meio dela se impediria a vinculação desses jovens às atividades criminosas com a finalidade de alcançar mais cifras junto aos financiadores. Por esse motivo, nestes procedimentos, importa “tornar flexíveis” essas punições, quando necessário, para melhor manejar o objeto *população*. Para Foucault (2008) “a disciplina é essencialmente centrípeta, ou seja, funciona na medida em que isola um espaço, determina um segmento. Ela concentra, centra e encerra”. O autor afirma que o primeiro gesto da disciplina é circunscrever um espaço no qual o poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites (p. 58-59).

Meu trabalho foi inserido e codificado neste circuito. Embora tenha problematizado junto à equipe a importância de um espaço chamado de terapêutico não estar inserido em uma grade de horário obrigatória, tampouco em um funcionamento previamente definido por terceiros, pouco se avançou na discussão. Em resumo, fiz a aposta de verificar com os jovens como eles entendiam a oferta desses serviços propostos pela ONG e a saída do tráfico. Também problematizei o modo de funcionamento por trás das “grades”, no sentido de discutir as possibilidades e as impossibilidades dos nossos encontros serem obrigatórios. Por outro lado, afirmei junto a equipe a questão do sigilo²¹ profissional defendido pelo Conselho Regional de Psicologia, evidenciando que eu poderia ser penalizada caso o descumprisse. O diálogo aconteceu na direção de discutir “a boa conduta”, tão cara à ONG, evidenciando que uma psicóloga também cumpre seus deveres descritos em um código profissional de ética. Desta forma, os mentores não poderiam acompanhar a “roda de conversa” com os jovens. Contudo, por vezes, alguns técnicos batiam na porta, interrompiam ou olhavam pela fresta da porta para ver o que acontecia nos encontros, que eram semanais. Os jovens propuseram algumas saídas para esse processo de vigilância, pensando outros possíveis para além da sala: o aumento da minha carga horária; trancar as portas; mudar sempre de sala e outras formas de

²¹De acordo com o Conselho Regional de Psicologia – artº9 do Código de Ética: É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/codigo/fr_codigo_etica_new.aspx. Acessado em janeiro de 2014.

“escapar às grades” serviram para descaracterizar a obrigatoriedade dos nossos encontros. Eles trouxeram amigos próximos, inclusive os que estavam no tráfico, as jovens traziam seus filhos, alguns traziam vizinhos para nossas rodas de conversa, desterritorializando as regras e os códigos de conduta previamente engessados (DELEUZE, 1992). Ao final, os técnicos já não sabiam identificar quando começavam ou terminavam os encontros.

Os temas destes encontros eram os mais variados possíveis, mas quando me falavam sobre a história da Maré algo acontecia naqueles corpos, produzindo processos, outros modos de pensar, agir, habitar um território ocupado por tantas vertentes distintas e ao mesmo tempo em que se constituíam como a instituição “morador”. A instituição “morador da Maré”, dentro dos estabelecimentos, compõe uma série de relações de poder que contém saberes sobre a história daquele território. Não é por acaso que essas pessoas mediam a entrada ou saída de serviços públicos e/ou privados no território de favela. A noção de território utilizada neste trabalho está apoiada naquilo que Milton Santos (1996) definiu como sendo “um conjunto de lugares, onde cada lugar está sempre modificando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas”. Assim, localização é diferente de lugar, pois a mesma é considerada pelo autor como um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar. Para o autor é preciso compreender a cidade como um espaço privilegiado de construção da memória coletiva (p. 21-23). Portanto, era preciso ouvir aqueles saberes para compreender o aperfeiçoamento de seus mecanismos, de vigilância e de correção, para manter um tipo de criminalidade dentro dos limites no interior daquele estabelecimento (FOUCAULT, 2008, p. 9).

No trabalho em grupo com os jovens, tivemos a ideia de produzir um trajeto que nomeamos como “eu – Maré – cidade”, construindo pontos da cidade que poderíamos visitar por meio de passeios “culturais”. O objetivo era não só conhecer esses locais, mas romper com aquilo que os jovens problematizam como o “impedimento de fronteiras”, ou seja, a impossibilidade de circulação dos mesmos na Maré e em outras localizações da cidade do Rio de Janeiro. Este impedimento foi forjado historicamente por conta das atuações de facções rivais no território, porém sustenta um processo de exclusão por meio de dispositivos de segurança que incide no controle do povo através do meio (FOUCAULT, 2008). Se levantarmos a constituição histórica das camadas populares deste país, vemos que há uma herança escravocrata nesses agenciamentos da circulação de alguns em algumas localizações como tecnologia de segurança. Isso significa dizer que no Brasil colonial, para um jovem

negro circular pela cidade sem a companhia de dono era necessário que o mesmo estivesse munido de um alvará, o qual delimitava e justificava sua circulação naquele território. Para Foucault (2008) a segurança é certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina (p.14).

Aposto numa atualização desses dispositivos. Entretanto, eles servem também como um “escudo” que desvia os “esculachos” da polícia contra o povo da periferia. É importante assinalar que através desse registro, um jovem negro consegue transitar nos locais, ora porque tem em suas mãos uma Bíblia, ora por vestir uma camisa de projeto. Vale problematizar que no início do projeto os jovens solicitaram um crachá e uma camisa que comprovasse sua vinculação no estabelecimento, pois diariamente eram interpelados pelos militares das forças armadas que atuavam no território naquele período. Eles falavam de um medo, de um estranhamento oriundo de uma nova experimentação daquilo que não significava mais a Maré como um lugar seguro. Tratava-se de outras formas de habitar a favela naquele período, ou seja, um processo de desterritorialização.

O crachá e a camisa foram negados, embora tenham sido prometidos. A justificativa era que a encomenda não havia sido entregue. O que estava em jogo na relação de poder (dar ou não a camisa) era o “controle das virtualidades”, pois era necessária a aplicação de uma série de procedimentos, de toda uma série de vigilância, controles, olhares da monitoria para prevenir aqueles que poderiam praticar algum ato infracionário e, que porventura, pudessem “prejudicar” o nome do estabelecimento por conta de uma vinculação “perigosa” (FOUCAULT, 2008). A camisa seria entregue ao jovem em um evento, “Rito de Passagem”, que aconteceria durante dos dias fora da cidade do Rio de Janeiro, após o terceiro mês de permanência do jovem no projeto. Este evento era entendido como uma espécie de batizado para chamada “nova vida”, um “caminho do bem” e fora do crime.

A lógica atuante era de que só seriam “recompensados” com a camisa aqueles que tivessem tido um “bom comportamento”. Pelo menos três jovens escolheram sair do projeto nesse período, afirmando que era “furada”, ou seja, não confiável. Durante o período anterior aos três meses, por insistência e reivindicação dos jovens, foi elaborada uma declaração pela coordenação do referido projeto que afirmava a vinculação do jovem ao projeto. Este documento havia um prazo de validade, conforme o período escolar de um semestre, para prevenir que o jovem não retornasse ao tráfico.

Assim, foi criado pelos jovens um modo de funcionamento, por meio do qual apresentavam a referida “declaração de aluno” a cada vez que eram revistados pela polícia e/ou militar. Esse gingar, essa linha de fuga, produziu de certa forma a diminuição dos impactos advindos da vivência de situações de violência na favela, a qual eles estavam expostos quando ocorriam as operações policiais. Contudo, ainda assim, relatavam situações de humilhação, por meio da qual esses policiais os expunham a cenas vexatórias rasgando, vistoriando os materiais escolares, jogando-os na lama, ridicularizando a letra dos jovens, dentre outras. É importante ressaltar que este cenário possibilitou a interrogação de alguns técnicos da equipe, portanto um estranhamento desse modo de funcionar, mas em uma lógica maniqueísta de “certo ou errado”, “fazer bem ou fazer mal”, e/ou, pessoalizada (“eu não mando, eu obedeço”), o que não avançava pouco na invenção de outra modulação que vislumbrasse outras possibilidades de registros. A discussão era finalizada quando a coordenação reduzia aquele projeto em um projeto piloto, afirmando que erros poderiam ser cometidos. A questão era quem e que tipo de erro poderia se cometer?

O grupo residente da Nova Holanda, embora desejosos, não podiam conhecer outra sede do Projeto, por exemplo, por conta da área que era impossibilitada de atravessar. Caso contrário corria-se o risco de morte. Contaram-se as histórias que ouviram de seus pais e avós, trazendo as fotos que tinham em casa. Os passeios aos “pontos turísticos” foram analisados sobre a perspectiva da experiência de ser morador da Maré, onde existem muitas localizações distintas dentro daquele contexto. É possível transitar por entre os becos habitados por moradores com poder aquisitivo e, seguida, passar por vielas com um segmento mais pauperizado e miserável. Na rua principal, Teixeira Ribeiro, por exemplo, se concentra o maior número de comerciantes e ambulantes, apontando o cenário da economia local e as disputas hegemônicas salvacionistas - entre tráfico, ONGs e igrejas neopentecostais. Por esse motivo, no encontro com aqueles jovens se dava um processo de criação sobre a circulação daqueles corpos negros e favelados pela cidade por meio das escolhas dos “pontos turísticos”, ou “passeios culturais”. Uma vez que a circulação desses jovens ocorria, ela se entrelaçava as experiências e vivências cada um no Complexo da Maré, onde os feixes de forças produziam a cidade como ameaças para a vida daqueles jovens, o que já era experimentado naquele território. Para aqueles jovens, sair da Maré para conhecer “pontos turísticos” era tão ameaçador quanto circular pelos “pontos de venda” de droga no interior da favela.

Esses eventos seriam realizados com a imposição da presença da instituição mentoria para assegurar “o bom comportamento” dos jovens naqueles locais. Os mentores e os jovens eram chamados de “crias” da favela, pois nasceram e foram criados na Maré. Isto contribuiu para a instauração de um “saber poder” acerca daquele território e daqueles sujeitos que os permitiam falar em nome deles e produzir verdade sobre eles. Para ser um mentor era necessário ter algum tipo de representatividade na favela, podendo ser religioso, moral ou político.

Contudo, como “crias” da Maré aqueles mentores também possuíam poucas experiências de circulação pela cidade quer fosse pela questão financeira, quer fosse pela produção de impossibilidade de habitar outras localizações para além daquele território entendido como seguro. Milton Santos (1994) ressalta que a noção de território está ligada à ideia de domínio, de gestão de determinada área, ou seja, de relações de poder. Por isso ele abarca informações, trocas, poderes hegemônicos e também uma linguagem, produzindo sentidos e linguagem. Para o autor, o território possui uma lógica própria, pois toda a sociedade humana ao se produzir, produz território. Por esse motivo era preciso ter muita delicadeza para entender as singularidades e particularidades apresentadas por esses mentores que se constituíam naquele território ao criar sentidos que circulavam ali.

Muitos daqueles mentores já trabalhavam naquele território há muitos anos, às vezes na mesma rua, mudando apenas de estabelecimentos. Eles também não conheciam os pontos turísticos que os jovens falavam, só para citar alguns, o Cristo Redentor, o Corcovado, o zoológico, o Museu da República, Water Planet, além da vivência de ir ao cinema, ao teatro, à pizzaria, à churrascaria, à praia, entre outros. Pretendo apresentar fragmentos clínico-políticos, evidenciando o “meu lugar” numa função analisadora, apostando que ao discutir a política também estou falando de uma perspectiva ético-político da prática psi.

A prática da instituição mentoria me causava muito incômodo, pois trazia um quê de “capitão do mato”, pois estava a serviço de um protocolo de procedimentos que capturava aquelas subjetividades. O conhecimento daquelas pessoas sobre o território e suas transformações eram despotencializadas, pois colaboravam para sua própria marginalização enquanto povo de favela. Havia uma desqualificação da identidade daquele lugar, dos vínculos e das trocas existentes (SANTOS,1994). Alguns jovens pediam a presença dos mentores como forma de demonstrar sua docilização. Questionava-me a todo o momento: seria possível provocar fissuras nessas engrenagens? Consideramos tal prática como um

mecanismo importante de *biopoder* entendido pela coordenação do projeto como o “coração” daquele tipo de assistência. Entretanto, a instituição mentoria foi muito difusa durante todo o projeto, de acordo com o técnico que exercia aquela “relação de poder” (FOUCAULT, 2004a).

A maioria dos mentores já trabalhava na ONG, há quase uma década, antes do referido projeto. Isto viabilizava o acesso aos jovens no tráfico sem ter maiores problemas com a “rede” do crime local.

Cada jovem tinha um mentor de referência, responsável pelo seu “monitoramento”. O objetivo criado em torno dessa figura está diretamente ligado à lógica salvacionista, por meio de um processo de mudança de atitude. A mentoria foi responsável por aplicar e conduzir os procedimentos de controle sobre aqueles corpos. De acordo com Foucault (2008) “a disciplina não deixa escapar nada”, ou seja, seu princípio é de que até as coisas mais íntimas não devem ser deixadas entregues a si mesmas. “À menor infração a disciplina deve ser corrigida com tanto maior cuidado quanto menor for” (p.59).

1.2 Por uma perspectiva ético-política das práticas psi

A título de informação, os mentores tinham como função abordar os jovens nas bocas de fumo, pois no Complexo da Maré é permitido o desligamento do movimento, se o envolvido não possuir pendências junto a facção de origem. Foi feita apenas um comunicado na Associação de Moradores sobre o objetivo do projeto e o período de realização. Esta abordagem era denominada como “recrutamento” e consistia em conversas dos mentores, geralmente, em duplas, com os jovens, divulgando o projeto e seus “benefícios” como uma “oportunidade” de “saírem” das situações de confrontos oriundas de incursões policiais em preparação para a chegada da UPP no Complexo da Maré. Faz-se necessário aprofundar a discussão acerca da entrada dos jovens no projeto, discutindo as demandas institucionais forjadas e apresentadas ao campo da psicologia, tais como: identificar patologias e anormalidades, para assegurar a realização de um “bom andamento” da “assistência” a este segmento.

O comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas tem sido produzido como uma questão social relevante, porém bastante discutível, bem como, o desenvolvimento de ações e políticas para a assistência aos segmentos que consomem tais drogas.

De acordo com a ONG, a realização do dispositivo “recrutamento” era na prática a porta de entrada do jovem no projeto. Não por acaso, pois os mentores previam a função e o tempo na atividade exercida daqueles que abordavam, codificando o “prestígio/preço” de cada um na favela. Quanto maior fosse o cargo ocupado no tráfico, maior seria o prestígio do jovem e também do mentor de referência junto ao diretor da ONG. É importante assinalar que os demais funcionários desse estabelecimento que tinham familiares envolvidos no tráfico abordavam mentores e outros técnicos, solicitando uma vaga no projeto. A solicitação, geralmente, era negada.

No que se refere a relação do mentor com a favela, a maioria já havia trabalhado anteriormente com o tema da juventude e com trabalhos ditos comunitários, o que de acordo com eles, facilitava a circulação nos diferentes territórios. Eles diziam saber identificar o “clima da favela”, isto significa dizer que eles informavam quando era possível, ou não, a ONG abrir, por conta das tensões locais que anunciavam os confrontos entre policiais e/ou facções. Contudo, era a primeira vez que esses agentes trabalhavam com aquele segmento. Por isso, alguns mentores tiveram que abrir mão de seus trabalhos paralelos aos da ONG para estarem inseridos no projeto. Por exemplo, um dos mentores que fazia parte de um grupo de pagode conhecido na região teve que pedir dispensa dos shows e/ou festas promovidos pelo “dono do morro”, a pedido do diretor da ONG, pois deveria manter-se distante de qualquer tipo de relação.

Em História da Sexualidade I, *Direito de morte e poder sobre a vida*, Foucault (2003) salienta a mudança no exercício do poder soberano a partir do momento em que ele tomou a vida como foco principal de ação. A relação tradicional que o poder soberano havia estabelecido desde a Antiguidade, em relação à vida dos súditos, de modo que a vida era apenas o efeito resultante de uma concessão do poder constituído e “fazer morrer” não constituía um problema político porque se acreditava que os súditos mortos pelo Estado passavam de uma soberania terrena a outra divina. O crime era entendido através de um caráter moral e religioso e sua punição pelo suplício, gradativamente, vai sendo abandonada, pois não atingia mais o resultado esperado. Assim, emergem as técnicas disciplinares de correção e formação através do esquadramento do espaço e monitoramento do tempo. Elas foram aplicadas nos estabelecimentos para promover a docilização dos corpos para maior proveito econômico dos mesmos: é o surgimento da *anatopolítica*. Entretanto, entre o final

do século XVIII e o início do século XIX, com fins de governar²² não somente os indivíduos através de certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto de viventes que constituem a população: instaura-se a *biopolítica*, cuja lógica é “fazer viver, deixar morrer” (FOUCAULT, 2003; GADELHA, 2009).

Interessa-nos discutir o conceito da *biopolítica*²³ atualizado na operacionalização do referido projeto, pois após o recrutamento foi recomendado pelo diretor da ONG, que os jovens passassem por uma espécie de triagem com a assistente social e a advogada. O objetivo forjado era que essas profissionais identificassem as “pendências” dos jovens – tais como: ausência de documentos e também mapear a situação jurídica dos mesmos. Dependendo da “gravidade” da situação sócio jurídica, o jovem não seria inserido no projeto. Em suma, estas triagens eram “peneiradas”, pois a maioria dos jovens já havia passado pelo sistema penitenciário e, em geral, estavam com suas situações jurídicas pendentes por conta do envolvimento com o tráfico de drogas, o que dificultaria o “andamento” da empregabilidade. Atualmente, a maioria das empresas pedem antecedentes criminais como requisito para contratação.

Ao campo da psicologia direcionaram a realização de entrevistas para “investigar” os quadros clínicos de cada jovem, pois alguns tinham balas alojadas nos seus corpos há anos, e, necessitavam de acompanhamento na rede pública de saúde. De fato esses jovens dificilmente acessavam os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao que eles chamavam de impedimento de fronteira, ou seja, impossibilidade de circular em territórios de facções rivais onde os postos de saúde estão localizados. O direito à saúde desses jovens foi algo que deu mais combustível para minha militância naquela ONG. Interessei-me em olhar para as marcas, além das cicatrizes daqueles corpos. Como aquelas vidas, que haviam recebido projéteis de armas de fogo, resistiam e tornarem-se hospedeiras daquilo que simbolizava a morte? Quais sentidos foram produzidos em torno das “balas com CEP ou achadas”, como

²²Conforme Gadelha (2009), o governo aqui pode ser entendido como sendo “tipos de racionalidade que envolve conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (p. 120).

²³ Nos séculos XVII e XVIII aparecem as técnicas e dispositivos centrados no corpo, disciplinando e classificando os corpos individuais através da vigilância e distribuição espacial. Para enquadrá-los numa visão jurídica, do contrato social definido como “poder soberano”, o qual tem o objetivo de “proteger a vida”. Na segunda metade do século XVIII, Foucault aponta para o surgimento de outra tecnologia que não substituiu o “poder soberano”, mas o incorpora e amplia. Porém, esta incide sobre as multiplicidades dos corpos individuais, os quais devem ser “vigiados, treinados, hierarquizados, utilizados e, também, punidos”, ou seja, trata-se de um conjunto de processos de controle que se denomina como “biopolítica” (FOUCAULT, 2008; 2000).

eles diziam? Quais potências existiam naqueles corpos que insistiam em viver e resistir ao poder soberano?

Cada profissional havia de apresentar um relatório e um planejamento do que acontecia para que os mentores acompanhassem. A mim foi pedida a realização de “dinâmicas de grupos” para proporcionar o “desenvolvimento pessoal” e entrevistas psicológicas para identificar jovens usuários de drogas, neste caso, antes de entrarem no projeto. Burlei tal solicitação, pois se tratava claramente do funcionamento da lei como norma, por onde uma série de “saberes”, ou seja, especialismos, (jurídico, social, criminológico, psicológico) corroboram para a regulação dos “degenerados”, vistos como anormais (AUGUSTO, 2013, p.95).

Algo que recusei foi atender à demanda institucional de mapear os ditos perfis dos “viciados”, “dos doentes mentais”, “dos retardados”, “dos violentos”, “dos delinquentes”, pois de acordo com a ONG, estes dificultariam o processo de encaminhamento para o chamado mercado de trabalho. As recusas, desvios, foram apresentadas sob a forma de questionamentos que fiz à equipe acerca da “normalidade ou patologia” que buscávamos naqueles jovens negros e favelados. Ou ainda, se existiria uma proposta ideal de trabalho que de fato poderia “mudar” a trama da desigualdade social (já que esta era o baluarte da ONG). Segundo Foucault (2001) a construção do anormal, do perigoso é ponto chave para o exercício do poder de normalização vigente nesses estabelecimentos, realizando um corte entre o que deve viver e o pode ser entregue à morte (FOUCAULT, 2001).

Foi a partir desse processo de “burlamento” e recusa que fui tecendo minha permanência naquele local e identificando as instituições atuantes. Os encontros com os jovens começavam antes do horário determinado, por meio de conversas pelos corredores, tomando um café na copa, na sala de informática e cada vez mais esses espaços tornavam-se imprevisíveis e produziam linhas de fuga. A equipe rebatia, afirmando que a participação da psicóloga no processo de recrutamento preveniria futuras “frustrações” dos jovens e dos profissionais, já que o projeto não disponibilizava de um suporte de “alta complexidade” para receber aqueles “tipos de jovens”.

Outro fenômeno apontado ao campo da psicologia foi à exigência de trabalhar em torno das situações de “vulnerabilidades” ²⁴ com o objetivo de que a profissional desenvolvesse estratégias de prevenção de um possível retorno desses jovens ao tráfico. É neste sentido de ameaça e urgência que se construiu na sociedade a noção de vulnerabilidade das populações e dos territórios sobre os quais a lógica intervencionista opera, permitindo que ela se instale na busca da restauração da ordem ameaçada, autorizando, portanto, medidas de exceção (AUGUSTO, 2013).

Conforme as contribuições de Foucault (1999), o soberano no contemporâneo é aquele que demarca uma separação entre a vida a ser protegida e a vida abandonada. A biopolítica através dos biopoderes locais - que se ocupa da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, entre outros - na medida em que estes são produzidos nos jogos políticos se transforma em um poder que visa preservar a vida (FOUCAULT, 1999). Assim, interessa ao poder estatal purificar, preservar e intensificar a vida do corpo social e isso se dá através do racismo de Estado que estabelece os que devem morrer para que os demais possam viver melhor. No momento em que a vida se constitui no alvo principal do poder, é quando mais se operam as variadas formas de extermínio.

“De uma parte, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: quanto mais às espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 1999, p.305).

O racismo de Estado foi se atualizando, revestindo-se de discursos em defesa da segurança da sociedade, da prevenção da violência, da “mudança de vida”, possibilitando a instauração do estado de exceção, que faz da suspensão dos direitos a regra. Esta vida foi denominada por Agamben (2010) como sendo “vida nua”. Aquele que é lançado nesta

²⁴ Segundo Augusto (2013), o “conceito de vulnerabilidade é usado nos planos de segurança pública como maneira de designar pessoas e lugares passíveis de sofrer ou praticar violência, para efetivação de intervenção de planos e projetos assistenciais voltados para a prevenção geral” (p.74). Aqui a vulnerabilidade será considerada mais uma instituição presente e naturalizada pelo projeto no estabelecimento.

condição é chamado *homo sacer*, cuja vida é entregue ao bando e banida da comunidade política, tendo seus direitos suspensos e facilmente eliminados sem que isto se configure um crime. Pode-se afirmar que junto à ordem institucional, operante nestas ONGs, o sofrimento desses jovens é decodificado como patologias, muitas vezes, por parte do campo “psi” que, por sua vez, teria a tarefa de produzir as condições de “vidas nuas”, por meio da feitura de “entrevistas psicológicas”, “dinâmicas de grupo”, diagnósticos de doenças e laudos.

A reprodução acrítica de termos tais como traficante, bandido, criminoso, tráfico de drogas, narcotráfico, “guerra” do tráfico, crime “organizado”, dentre outros, atravessa/constitui de forma naturalizada as atuações dos profissionais em muitos estabelecimentos. Tais práticas se fortalecem e se justificam a partir do que Nilo Batista (2010) chama de *senso comum criminológico*, processo de subjetivação competentemente construído por determinados setores da política, da mídia e por nossas próprias práticas cotidianas. Em suma, pode-se perceber que o senso comum criminológico tem se constituído cada vez mais como fio condutor da política da segurança chamada pública e do exercício de trabalhadores de ONGs, principalmente, por esses mentores mantenedores das memórias do lugar.

Nada mais eficiente, portanto, para qualquer exercício de poder que se pretenda a uma dominação eliminar qualquer possibilidade de força instituinte, qualquer resistência ou probabilidade de rebeldia daqueles jovens. Ora, todo exercício de controle precisa, de algum modo, operar estratégias de fragilização daquilo que se pretende controlar.

As estratégias de individualização apresentadas nesses estabelecimentos estariam, portanto, relacionadas ao enfraquecimento dos funcionamentos coletivos e às ações políticas envolvidas nesses territórios, que visam eliminar as multiplicidades e produzir vidas obedientes. Supõe-se que os processos de individualização são condição sem a qual não se pode produzir algo como a obediência. Sem perceber, vamos caindo em armadilhas impostas pelo pensamento dominante, naturalizando o movimento que Loic Wacquant (2001) denomina como “criminalização das consequências da miséria”, a qual possui duas características principais: a gestão policlesca dos conflitos e a judicialização da vida. No livro *“Justiça e espírito de vingança”*, Erika Figueiredo Reis (2015) propõe uma discussão acerca da genealogia de uma política judicializante, apresentando pequenos fascismos praticados cotidianamente pelos muitos aparelhos do Estado e de como eles se tornaram desejáveis e facilmente reproduzíveis. A autora salienta que os saberes psi nasceram e se

fortaleceram por meio de práticas jurídicas e, na sociedade contemporânea, ambos a Psicologia e o Direito, continuam a servir um ao outro para conquistarem maiores espaços de poder e formas de gestão e condução de condutas (p. 24 -25).

“A participação direta do psicólogo na elaboração de leis; o incentivo à criação de mecanismos punitivos, sob a justificativa de proteção; a repetição acrítica da defesa dos “direitos do cidadão”, a partir de discursos que reativam cinismos pseudodemocráticos; seu envolvimento com os novos paradigmas empresariais, que hoje sustentam as práticas jurídicas – e sabemos o quanto o mundo dos negócios, amparado pela justiça, comunica-se com subterrâneos dos sistemas de opressão, penalização e domínio das camadas mais pobres da população. (...) Como o psicólogo tem contribuído para a individualização das responsabilidades, quando ignora ativamente a genealogia, os interesse sociopolíticos e os sistemas categorizantes que produziram os crimes e os castigos, as práticas e os saberes socialmente respeitados, são, para nós, pontos críticos que desestabilizam nosso trabalho, tiram-nos o sossego, e que, por isso, precisam ser continuamente pensados problematizados” (REIS, 2015, p.26).

Segundo as contribuições de Reis (2015), a sociedade foi tomada por uma perspectiva judicializada e judicializante, uma terrível vontade de verdade, e um desejo sem igual de eliminar as diferenças, consertar e enquadrar a multiplicidade e a exuberância da vida, como muitos de nós psicólogos. Atualmente, percebemos a difusão de uma visão em que as medidas de “assistência social” estão cada vez mais pautadas em uma lógica policialesca que aniquilam a autonomia dos indivíduos por meio da produção de “índices de vulnerabilidade”. Trata-se de práticas instituídas no bojo de um crescente movimento do já referido “senso comum criminológico”. Faz-se necessário realizar uma análise de nossas implicações, pois temos reproduzido acriticamente alguns desses conceitos que incidem em nossa perspectiva prática. Neste sentido, tais funcionamentos de projetos de ONGs fortemente amparados no controle e na repressão, sob a vestimenta do social, também produzem “populações vulneráveis e delinquentes”. Como pensar a construção de práticas da ética do cuidado? Como fortalecer nesses espaços práticas de cuidado que estejam na direção da liberdade e não do controle? Isto é possível?

Apoio-me nas contribuições de Peter Pál Perlbart, em *Vida capital* (2003), que apresenta uma situação paradoxal, onde se confundem as linhas de dominação e de libertação,

de controle e de escape, de comando e de resistência – de vida e de morte. De acordo com o autor, nunca o capital penetrou tão fundo e tão longe no corpo e na alma das pessoas, nos seus genes e na sua inteligência, no seu psiquismo e no seu imaginário, no núcleo de sua “vitalidade” (p.15). Nessa lógica, a vida serve de ponto de apoio último para novas lutas e reivindicações coletivas. O autor apresenta um questionamento importante, que me ajudou a pensar minha prática neste contexto tão perverso: “que possibilidades restam de criar laços, de tecer um território existencial e subjetivo na contramão da serialização e das re-territorializações propostas a cada minuto pela economia material e imaterial atual? (p.22)”.

Questiono-me, sobretudo, sobre os desafios que se impõem ao campo da psicologia quando propomos reverter esses jogos de poder, a partir dos quais os territórios existenciais são comercializados. Conforme Pelbart (2003), é no interior dessa mega máquina de produção de subjetividade que surgem novas modalidades de trabalhar, de criar sentidos e possibilidades de inventar dispositivos de valorização e de auto-valorização. Portanto, as relações de poder presentes no campo dos “direitos humanos”, podem produzir diálogos – mesmo que provisórios - para a construção de espaços sociais um pouco mais abertos, mas que podem igualmente autorizar ações autoritárias que violam esses mesmos direitos.

O debate sobre o que se entende como campo dos “direitos humanos” problematiza o conceito de humano, objeto das ciências humanas, e das práticas individualizantes de sujeitos, bem como, a noção de direito, a qual é produzida pelas práticas capitalísticas como um dado natural. Sabemos para quem são esses direitos e para quem eles devem ser concedidos. De acordo com as autoras Coimbra, Lobo e Nascimento (2009), se tomados por uma perspectiva histórica, tanto o humano como o direito são construções das práticas sociais em determinados momentos, que produzem continuamente esses objetos, subjetividades e saberes sobre eles (p.5). As autoras afirmam que há um potente processo de subjetivação produzindo o território do faltoso, ou seja, aquele que sempre necessitará da caridade e das chamadas políticas públicas, configurando a lógica do “ai de você se não fosse eu”. Isto produz ao mesmo tempo: a manutenção da miséria, a figura da vítima e o apaziguamento das rebeldias (COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO, 2009, p. 5).

O que se pretende com a individualização das responsabilidades pelas misérias humanas é fabricar estratégias de colocar indivíduos e grupos no lugar de vítimas, sendo classificados e, posteriormente, identificados como vítima que deve, ou não, ser ajudada. Deleuze (1992) aponta que os direitos humanos desde sua emergência têm servido para levar

os pobres em geral a ilusão de participação, de preocupação com seu bem estar, de que o humanismo dentro do capitalismo é uma realidade.

Em *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*, Foucault (2004b) nos afirma que “nas relações de poder há possibilidade de resistência, pois se não houvesse estratégias que invertam essas situações não haveria forma alguma de poder” (p.277). O autor assinala que a liberdade é da ordem das resistências às sujeições dos diversos poderes. Portanto, é no campo das correlações das forças de poder *versus* resistências que se assenta nossa questão: em meio a tantos assujeitamentos, há aqueles indivíduos que (re) inventam sua vida, procuram se libertar e há aqueles que se abstêm das práticas da liberdade. De acordo com as contribuições foucaultianas, a própria escolha do indivíduo é a liberdade, a partir da qual ele construirá sua vida como bem decidir, mas criando as condições de coexistência com o outro. Assim, a liberdade é algo que só pode ser vivenciada pelo indivíduo nas relações com todos os demais (FOUCAULT, 2004b).

Propus aos jovens a constituição de um grupo, um dispositivo²⁵, por meio do qual pudéssemos fortalecer as potências de uma força viva que já fazia parte de nossas vidas. Neste dispositivo, foi pensado um trabalho que vislumbrasse a escuta da história daqueles jovens, tão carregadas de violências e violação de direitos. Mesmo sem ter respostas prévias de como fazê-lo, me comprometi ir além dos engessamentos: corpo/mente; normal/patológico, presente/passado, novo/velho, bem/mal, ou seja, na contramão dos binarismos, da dominação e dos assujeitamentos ou submissão subjetiva que prevaleciam naquele estabelecimento. Era urgente criar espaços que pudessem acolher as angústias e os sofrimentos daqueles jovens, e também dos mentores, já que na ONG eles não podiam falar de seu passado. Técnicos e professores do projeto eram orientados a não ouvir sobre as histórias daqueles jovens. Era comum, a circulação de “dinâmicas”, por meio das quais os jovens eram orientados a escrever e/ou desenhar “momentos marcantes” em papéis ou camisas velhas e depois queimá-los ou rasgá-los. E quase sempre jogavam as cinzas desses materiais subjetivos no lixo. Em contrapartida, recebiam camisas novas, folhas em branco como símbolo de um “ritual de passagem” para uma “vida nova” a ser esquecida e reescrita a partir da entrada na ONG. A

²⁵ Para as autoras Kastrup e Benevides (2009) em *Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia*, o método cartográfico, como modo de acompanhar processos de produção de subjetividade, requer a invenção de dispositivos (p. 76-91). E o que caracteriza esses dispositivos é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueada para criação, é seu teor de liberdade de se desfazer dos códigos, que dão a tudo sentido. Por esse motivo, o dispositivo tenciona, movimenta, desloca para outro lugar, provoca outros agenciamentos (In: PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIA, 2009)..

estratégia de poder normalizar aqueles indivíduos, colaborando para a produção de corpos dóceis, obedientes como efeito óbvio da homogeneização das multiplicidades dos diferentes modos de agir, pensar e viver daqueles jovens atendidos naquele estabelecimento. Toda e qualquer diferença vai sendo eliminada como algo negativo nesse cenário.

A direção do meu trabalho ia à contramão do assujeitamento desses jovens, das violências nesses corpos negros, da extirpação subjetiva do passado e, portanto, de suas histórias singulares. Os encontros em grupo com esses jovens mostraram-se como uma potente estratégia de criar um espaço onde pudéssemos construir coletivamente, fazer possíveis análises quanto à metodologia da ONG e pensar as possibilidades de ser e estar naquele projeto.

O grupo como dispositivo, tal como proposto por Benevides de Barros (2009), permite a mistura e o contágio de mundos diferentes, criando um plano de enfrentamento no qual se desestabilizam as formas rígidas de ser, de modo que possa dar passagem a novas dimensões de si e do outro. Ouvir o outro é o mesmo que ouvir outros modos de ser e de se experimentar, de se problematizar (p.76). A fala de um dos jovens no grupo, por exemplo, marcou-me profundamente acerca da potência de vida existente naquele espaço: “*vocês dão vaga, mas não dá oportunidade; vocês não, eu falo assim porque a senhora trabalha aqui ne*” (Will, 22 anos). Havia um estranhamento dos jovens sobre meu lugar, meu fazer na ONG.

Entendia aquele espaço como uma possibilidade recriar novas formas de dar sentido aos dispositivos de poder supracitados, equivocando os discursos e potencializando vias de saída para além dos funcionamentos das instituições tráfico ou ONG. O perigo aqui era de que o campo de produção das “práticas psi” fosse inserido na dimensão de um funcionamento do *panoptismo*²⁶, e, portanto, reforçando o circuito de vigilância, controle e correção. O exercício que faço a partir desta discussão é o de destacar essas relações de poder que produzem um campo propício para uma “prática psi” detentora de um saber poder, patologizando comportamentos que fogem de uma determinada norma. Portanto, trata-se de problematizar o ideal de neutralidade e a produção de corpos obedientes como efeito de práticas de ortopedia moral diversas, que criam como critério o humano atrelado à docilidade e seus correlatos.

²⁶ Foucault (1996), em “A verdade e as formas jurídicas”, define o *panoptismo* como um dos “traços característicos de nossa sociedade, pois é uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos sobre forma de vigilância, controle, punição e recompensa, mas também em forma de correção. Isto é, formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas (p.103).”.

A questão que se coloca para as práticas psi é em que medida elas colaboram na naturalização da servidão e de condutas pacificadas como eminentemente humanas e em que medida é possível inventar saídas, engendrando práticas psi menos pedagogizantes e docilizantes. É preciso pensar práticas psicológicas que não passem por um dispositivo de poder pastoral e em composições com forças que possam potencializar sensibilidades e existências que escapam desse dispositivo de poder. Por esse motivo o dispositivo de grupo fez tanto sentido nessa experimentação, pois era um espaço coletivo onde caminhávamos juntos sem que eu ocupasse um lugar naquele funcionamento proposto pelo estabelecimento: de quem avalia e produz diagnóstico.

1.3 A prática de mentoria e o (neo) pentecostalismo: a quem salva o poder pastoral?

Faz-se necessário analisar a produção do “ser mentor”, da instituição mentoria, problematizando sua relação entre a “religião/fé” e esse tipo de prática do pastorado no estabelecimento. Estas atuações estão interligadas através da lógica “missionária” e de “redenção”, tendo como legado o trabalho dito de inclusão social da juventude nos territórios das favelas.

É significativa a presença de igrejas evangélicas, (neo) pentecostais, nos territórios das favelas cariocas, bem como, no Complexo da Maré. Esses estabelecimentos têm uma participação ativa por meio de intervenções religiosas nestes territórios, tais como: cultos, pregações, aconselhamentos que são realizados frequentemente junto às bocas de fumo e pontos de venda de drogas.

De acordo com Birman e Leite (2002) o “aumento” desse fenômeno do crescimento pentecostal, sobretudo, nos países do chamado Terceiro Mundo, aponta para uma possível relação entre este fenômeno e a desigualdade social²⁷. Na Maré, esse aumento ocorreu, principalmente, a partir da década de 1990 quando os chefes do Comando Vermelho, conhecidos como os “irmãos metralhas”, assumiram a “gestão” do morro e expulsaram os terreiros de candomblé e umbanda das favelas da Nova Holanda, Parque União e Rubens Vaz. Posteriormente, isso também aconteceu nas favelas da facção do Terceiro Comando.

²⁷Entendemos que à primeira vista esta discussão não aborde a complexidade das questões envolvidas no fenômeno do “aumento”, e predomínio, de igrejas (neo) pentecostais no Brasil e nos territórios das favelas, como no caso da Maré.

Victor Valla (1998) salienta que há que se ter cuidado com a interpretação das ações dos segmentos populares e sua relação com a religião, pois o que pode ser visto como uma tentativa de dar respostas às mazelas sociais poderia ser uma forma de viver a vida de outra maneira. Ou ainda, poderia ser entendido como resultado da procura por uma explicação, um sentido, algo que faça a vida ser mais coerente, servindo a religião de “apoio social” para esses indivíduos (p. 156). Para o autor o apoio social compreende diversos recursos (emocionais, instrumentais, informativos) que os indivíduos recebem, em uma reciprocidade, através das relações sociais. Assim, o apoio social é entendido como um processo ativo em que todos participam (VALLA, 1998). Adverte-nos Victor Valla (1998) que a “crise de interpretação é nossa”, pois mesmo com todas as nossas dificuldades materiais, representamos o espaço da garantia e do privilégio, e os pretos, pobres e favelados representam o espaço da sobrevivência.

Entretanto, é possível ver, na Maré e em tantos outros territórios, a atuação de líderes religiosos que utilizam suas igrejas como forma de acumular riquezas e angariar votos. Não é por acaso que temos no Senado uma quantidade significativa de pastores políticos. É necessário analisar que as religiões, geralmente, oferecem grupos de apoio social à população no contexto de periferias. Isto faz com que o fenômeno da religiosidade se torne mais próximo dos objetivos da chamada “conversão social” propostos por ONGs, pois nesses estabelecimentos há a produção da instituição “bom pobre”. Pode-se afirmar que esses jogos de forças se alinham!

O poder pastoral objetiva corrigir os erros e endireitar os caminhos. Por isso é importante que haja por parte dos indivíduos envolvidos nesse processo de “mudança”, um apaziguamento, “a renúncia à bebida, ao fumo, e, outras drogas, as melhorias das situações econômicas familiares, e, principalmente, a compreensão de que as mudanças decorrentes dos indivíduos e/ou das famílias ocorreram a partir de sua adesão” a esses estabelecimentos e a essas subjetividades presentes no capitalismo (MARIZ & MACHADO, 1994). De modo geral, os líderes religiosos e os chamados fiéis têm grande atuação nos territórios de favelas e nos presídios. Possuem acesso aos grupos “criminosos” que atuam na Maré com o objetivo de “ocupar” as ditas lacunas deixadas pelo Estado no que se refere a “responsabilidade” de recuperar/reabilitar os jovens do “caminho” do crime. A maior parte dos pastores também interfere em algumas situações na favela, em defesa daqueles que porventura estão ameaçados pelo tráfico, “negociando” a vida dos que correm risco de morrer. É importante assinalar que

o sistema penitenciário brasileiro tem altos índices de parcerias de “projetos sociais” pertencentes a pastores atuantes junto aos detentos. É comum ocorrer junto às bocas as “tendas de oração”, onde são realizados os plantões dos “missionários” orando pela vida dos traficantes. Neste cenário, muitos pastores já pertenceram ao tráfico.

É neste contexto que percebo a presença do pentecostalismo nas ONGs. A maior parte de seus funcionários é morador da Maré e também “fiel/atuante” das diferentes igrejas evangélicas, dentre as quais citamos: Nova Vida, Universal do Reino de Deus, Nova Betânia, Igreja Batista, Tabernáculo de Fogo, Quadrangular, dentre outras. Por esse motivo, o discurso religioso e a prática dita de mentoria se misturam, colaborando para a produção de docilização dos corpos “assistidos”.

No projeto, as duas mentoras “religiosas” faziam circular a palavra de Deus, por meio do uso de códigos pentecostais que evocam dicotomias, bem e mal, melhor e pior, enquanto circulavam naquele meio: “*só Deus na causa desses mininus*”; “*Deus está te dando uma segunda chance*”; “*me permita orar por você e sua família agora*”; “*te convido a estar comigo na minha igreja*”; “*o inimigo está te usando, não deixa ele te usar*. Estes e outros discursos produziam intervenções para “levar” aqueles jovens ao caminho de Deus, ou seja, à referida igreja. Dentre as “ações religiosas”, dessas mentoras, estava a oferta de orações, a leitura da bíblia para o jovem e/ou o convite para participar dos cultos nas igrejas das mentoras. O fato é que a religião foi considerada pelo diretor da ONG como “um concorrente” do projeto!

O diretor do projeto verificou que a circulação da palavra de Deus não favorecia a capitalização de mais recursos, de mais financiamentos, pois os jovens não exaltavam a existência da ONG em suas vidas, mas sim a “salvação” dada por Deus. Foram tomadas duas medidas: a primeira, o afastamento da mentora mais atuante na causa religiosa e a segunda, dizia a respeito ao início de um processo de mortificação dos jovens ditos “fanáticos religiosos”, eliminando do projeto os ditos “ex- traficantes crentes”. Assim, a circulação de uma “mudança de vida” estava sendo produzida a partir daquilo que a ONG definia como “conversão social”, ou seja, mudar os comportamentos ditos inadequados. Reconhecer que ora Deus e ora o projeto havia salvado aquelas vidas, era a medida certa para o projeto; ou seja, uma fusão desses códigos. Não pretendemos nos ater no fenômeno do

neopentecostalismo²⁸, mas nos processos de subjetividade que são produzidos a partir deste estabelecimento, que se vale do discurso religioso daqueles que faziam parte do Projeto em foco, tanto dos mentores, quanto dos alunos.

Em alguns territórios de favelas cariocas parece haver uma queda de braço entre ONGs e igrejas pentecostais pela hegemonia nas favelas e pela administração dos corpos de “ex-trafficantes”. O cenário do Complexo da Maré nos apresenta que há uma participação significativa desses “governos”, donos de ONG e líderes religiosos, no que diz respeito à condução da vida dos jovens egressos do tráfico e/ou do sistema penitenciário. O ponto crucial desta discussão é a chamada missão que cada um desses estabelecimentos, ONGs e igrejas (neo) pentecostais, apresentam por meio da “tarefa” de salvação dos territórios e das populações ditas perigosas. Assinalo que entender a contextualização do neopentecostalismo nas favelas da Maré, e, portanto, nesses estabelecimentos não depende de estarmos de acordo ou não.

Teixeira (2015) assinala que “sair do crime” não é algo que possa ser entendido meramente como deixar práticas e ações “classificadas como criminosas” por um conjunto de regras estabelecidas e tipificadas. Para o autor, essa noção pressupõe existência de limites que definiriam espaços sociais: moralidades, estilos de vida, bem como maneiras de ser e estar no mundo. A partir disto, a “vida fora do crime” compreender categorias que descrevem moralidades, estilos de vida, entre outros, de forma dicotômica “crime/sociedade”. O autor assinala que a saída do crime constrói, desconstrói e/ou reconstrói as fronteiras entre “vida no crime” e “vida fora do crime”. Deste modo, nesse processo, tal como no sistema penitenciário, se relacionam intimamente a punição e a “ressocialização” (p. 122). Pode-se afirmar que a “ressocialização” vai sendo produzida/fortalecida por meio da entrada desses “ex-bandidos” convertidos nas igrejas ou nas ONGs na medida em que os mesmos “se transformam” em corpos docilizados e radicalizam suas experiências com o crime, rompendo com as relações associadas a este contexto. Em algumas situações, ONGs e/ou igrejas apostam em um período de “retiro”, ou seja, saída daquele indivíduo da própria favela para se distanciar do “caminho do mal”. Ressalto que houve nos primeiros meses do Projeto uma especulação para se conseguir financiamento e retirar os alunos da favela levando-os para um

²⁸ Sobre esse assunto ler: “Saindo do crime”: igrejas pentecostais, ONGs e os significados da “ressocialização”, de César Teixeira (2015) e “Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro, de Cady Machado (2015), In: Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Orgs: Patrícia Birman; Márcia Pereira Leite; Carly Machado; Sandra de Sá Carneiro, FGV, 2015.

sítio. O objetivo era intensificar a prática da docilização daqueles corpos, colocando-os em um plano de atividade integral para manter “as mentes ocupadas” e, portanto, longe do crime.

Neste contexto, da chamada “saída do tráfico”, ONGs e estabelecimentos religiosos, neste caso os neopentecostais, são os que se ocupam da produção de saberes “específicos” acerca dos ditos criminosos. Trata-se de um projeto de “salvar” essa população de “ex-bandidos”, “ex-traficantes”, o que implica em uma arte de governar, assim como no pastorado, e produzir certas verdades, agindo de maneira a modificar seus comportamentos.

Em *Segurança, Território, População* (2008), Foucault analisa os saberes-poderes de diferentes domínios da vida social, dentre eles o religioso e o político, discutindo o poder pastoral enquanto elemento crucial da configuração do Estado Moderno – suas práticas, instituições e discursos. O pastorado para Foucault (2008) constitui um aspecto fundamental da governamentalidade do Estado Moderno ao conformar um modelo de “condução das condutas”, “condução de consciências” e “governo de almas”, indispensável à compreensão da produção de subjetividades governadas e governáveis. Para o autor, todas as dimensões de terror, força ou violência temível, ou seja, os poderes que inquietam os homens se apagam quando se trata do poder do pastor. O que se destaca nessa relação de poder apresentada pelo autor é que enquanto a violência age sobre um corpo, sobre as coisas, forçando, submetendo, destruindo e, produzindo, em outro aspecto, o poder pastoral atua através da passividade, reduzindo, ao máximo possível, a resistência.

Sob o ângulo da salvação se produz a obediência, a submissão e a verdade que se aproxima do exame que Foucault (2008) fez sobre o projeto de *Turquet de Mayerne*, definindo o papel reformador geral da polícia:

“(..) Diz que esse reformador deve zelar pela lealdade, pela modéstia dos cidadãos; logo ele tem uma função moral, mas também deve se ocupar da riqueza e da vida doméstica, isto é, da maneira como as pessoas se conduzem quanto às suas riquezas, quanto à sua maneira de trabalhar e consumir. É portanto um misto de moralidade e de trabalho (p. 431).

O que caracteriza o Estado de polícia, de acordo com as contribuições foucaultianas, é aquilo que lhe interessa, é o que os homens fazem, é a sua atividade, ou seja, é sua ocupação. Deste modo, podemos apontar como nesses estabelecimentos, igrejas e ONGs, as ações estão

relacionadas à educação de maneira que possam formar esse público para que tenha uma profissão ou que possam fazer cursos profissionalizantes, o que fortalecem práticas de “controle” sobre esses corpos. Como nos fala Foucault (2008) o grande projeto da polícia é a atividade do homem como elemento constitutivo da força do Estado (p.433). Nesta lógica, o poder pastoral é individualizante, o pastor dirige todo o rebanho sem que nenhum escape sem seu consentimento. Neste ponto, Foucault localiza o que chamou do *paradoxo do pastor*: o sacrifício de um pelo todo e o sacrifício do todo por um, o qual é o cerne da problemática cristã do pastorado. A ideia é que o poder pastoral é exercido mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território (FOUCAULT, 2008, p.173).

O SACRIFÍCIO

Numa daquelas tardes quando os marujos davam descanso e sobrava tempo para silenciar... ele pegou a “palavra de Deus” para entender os passos que o levaram até ali, os desígnios de Deus. Para ele, o criador de tudo tinha um plano em sua vida! Dizia que seu passado era sinistro, pois em apenas três anos que trabalhou nas “terras ilegais” ganhou muito poder, tornou-se o braço do homem. Por esse motivo sua presença naquele barco tornou-se fundamental, tal qual como uma isca para peixe grande. Ele foi um daqueles que eram levados aos colaboradores, gente poderosa que atravessava o continente para ouvi-lo.

O capitão exibia as habilidades do jovem e demonstrava as “mudanças” que o navio trouxera à sua vida. E na medida em que foi se aproximando da igreja também se destacou lá. A pergunta que lhe fizeram: a quem você quer “seguir”? No barco também recomendaram que ele “guardasse” a palavra de Deus em outro local... Como se a culpa do passado fosse acalentada pela fé! Gritava que “a palavra” era seu novo escudo, sua arma! Mas, foi ficando cinza, esmorecido, enfraquecido, sua presença foi associada à desrazão e ao fanatismo. Calaram-lhe a boca e escarneceram dele. Os seus já não o reconheciam. Assim, retiraram-lhe o prestígio e o respeito. Aliás, se afastavam dele quando proclamava as bênçãos. Ao final, já adoecido pelo balanço do barco, foi jogado ao mar pelo capitão... e seguiu seu curso, guardando sobre o peito a palavra daquele que nunca o abandonou”.

Diário de campo, novembro de 2015.

A produção de subjetividades obedientes que tem a demanda por um governo, uma condução, um “pastor”, torna as vidas desses jovens manipuláveis, pois nesta lógica há um determinado modo de se vestir, de falar, de existir, de viver, de transitar pela cidade, com o objetivo de arrebanhar outros tantos a serem capturados. Trata-se, como podemos ver no contexto do pastorado, de uma condução. Aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas age sobre sua própria ação.

Foucault (2008) aponta que o pastorado passou por transformações importantes, mas se atualiza sob o formato de diversas práticas (dando uma ênfase específica à lógica

salvacionista) na contemporaneidade. É em torno da chamada missão de paz que se estruturam as ações de ONGs e iniciativas de igrejas no Complexo da Maré, seguindo a mesma lógica de operacionalização do Exército e da Polícia Militar nos territórios das favelas. A mídia também está incluída neste circuito com a “missão” de “transmitir os fatos” e “informar” a população. Para Coimbra (2001) “os veículos de comunicação têm tratado as questões ligadas à segurança pública de forma, cada vez mais, sensacionalista ao fazerem apologia da violência, produzindo/reforçando certas subjetividades” (p. 18). Para a autora, determinadas subjetividades presentes no cotidiano das grandes cidades apoiam os extermínios, linchamentos e as mais diferentes formas de violação dos direitos humanos, pois são construções eficazes oriundas de diferentes equipamentos sociais como os supracitados.

O poder pastoral é definido como um poder de cuidado, pois é o pastor quem cuida das ovelhas, zela para que elas não sofram, vai buscar as que se desgarram e cuida das feridas. O pastor é aquele que zela “pelo bem fazer, pois ele não tem outra razão de ser se não fizer o bem” ao rebanho, tendo como objetivo essencial a salvação das ovelhas (p. 170). Neste sentido, o pastorado se manifesta por seu zelo, sua dedicação e sua vigilância. Contudo, as considerações foucaultianas apontam para a diferença entre o “mau e o bom pastor”: o primeiro se preocupa com o pasto e o próprio lucro, quer engordar o rebanho que poderá dispensar; enquanto o bom pastor só pensa no seu rebanho e nada além dele, não busca seu proveito próprio no bem-estar do rebanho (FOUCAULT, 2008, p.171).

Faz-se necessário ressaltar que o debate sobre a lógica salvacionista sob o enquadramento das “missões de paz”, sobretudo, do que podemos denominar de “maus pastores”, ajuda-nos a pensar sobre a operação dos dispositivos ditos de pacificação, e/ou docilização dos corpos favelados por meio da implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras²⁹. A lógica salvacionista é aqui entendida como uma produção de subjetividade do sujeito jurídico, forjada por uma determinada “transformação” de um estado a outro, da compensação de erros; de formas dicotômicas, produzidas pelo apaziguamento das almas, o que nas ONGs intitulam de processo de “conversão social”.

²⁹ Para mais informações ler: Andrade (2013) “A política de pacificação e o povo de favela”. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 2013.

1.4 Separando o trigo do joio: sobre a economia de punição

“O certo é o certo e o errado é cobrado!”

MC Alexandre, 2011.

Faz-se necessário problematizar o processo da dita conversão social a partir das contribuições de Foucault (2005) em *As verdades e as formas jurídicas* no que se refere aos domínios de saber do homem, à individualidade, ao indivíduo normal e anormal, ao dentro e fora da regra, que contribuíram para o nascimento das práticas sociais de controle e de vigilância. As práticas jurídicas, para Foucault, são maneiras pelas quais se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu a maneira como os homens podiam ser julgados em função de seus erros, a forma como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, definindo tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte relações entre o homem e a verdade (p.11).

Na ONG em foco foram criadas algumas normas com o objetivo de prevenir e colaborar para o dito processo de reabilitação social do jovem; ou seja, sua conversão social. Foi produzido um saber e indivíduos detentores desse saber, os mentores, que poderiam julgar e punir os indivíduos que descumprissem as regras elaboradas pela parte jurídica do projeto. Criou-se uma economia de punição que visava obter uma ortopedia social daqueles corpos. Nesse contexto, a instituição mentoria torna-se algo paradoxal, pois essas pessoas da favela que querem contribuir para a construção de outros possíveis para além do tráfico são capturadas, pois também estão inseridos na lógica de produção de periculosidade da instituição “ser bandido”. Dessa forma, também os mentores contribuíam para o fortalecimento dessas punições e muitos a aplicavam.

A economia de punição intitulada pelos coordenadores do projeto como “medidas disciplinares”, inicialmente, era decidida em reuniões que somente participavam os mentores, o diretor e o coordenador da ONG. Entretanto, a palavra final era do diretor. Importante assinalar que a primeira medida de punição criada foi o desligamento e a partir deste se desdobraram a advertência e a suspensão. Todos produzidos como instituições, como relações de poder-saber percebidas como naturais para o funcionamento do referido “Projeto social”. No caso da advertência, o jovem recebia o comunicado naquele momento do ato dito infracional de que estava sobre observação; e se cometesse outro “erro” poderia ser suspenso

ou desligado do projeto, caso os limites do aceitável fossem rompidos. Contudo, essa medida foi se caracterizando em algo mais fluído, passando a ser verbal e unilateral. Nem sempre os jovens eram comunicados que estavam recebendo uma advertência, que geralmente, tinham incidência no desconto da bolsa auxílio. Isto se dava a critério do coordenador e/ou dos mentores. Inicialmente seriam essas etapas:

- 1- Advertência – direcionadas aos jovens faltosos, com “mau comportamento” em sala de aula ou em situações que houvesse desentendimentos entre os técnicos e/ou colegas. O mentor poderia aplicar essa punição.
- 2- Suspensão – aplicada em caso de violência física e/ou verbal, incluindo as domésticas, bem como, o uso de drogas “dentro e fora” do projeto. O mentor e o coordenador aplicavam. Porém, se o jovem tivesse muito “prestígio” no estabelecimento, era o diretor da ONG que aplicava.
- 3- Desligamento – efetuado quando os jovens que fossem encontrados em atividades ditas ilegais, como por exemplo, retorno ao tráfico ou realização de assaltos, dentre outros atos. O mentor, o coordenador e o diretor aplicavam.

A advertência poderia ser dada em qualquer lugar e/ou horário, submetendo o jovem à situação vexatória. E se o jovem não a acatasse ou desrespeitasse o técnico, poderia torná-la uma suspensão. Nos casos de suspensão e desligamento, o jovem era chamado para uma reunião com a presença de, pelo menos cinco pessoas da equipe, e não poderia apresentar seus argumentos. Ao final, todas essas medidas se diluíam entre si, pois o poder do soberano era o que vigia naquelas relações. Certa vez um jovem proferiu: “o projeto age como o tráfico, aqui quem manda é o diretor da ONG!

O CRIME TÁ NO SANGUE!?

Eu percebi o que estavam fazendo: escolhiam a quem “salvar”, pois nem mesmo a “salvação” não era para todos! Um jovem muito magro, pele negra, sua idade contrariava a própria existência no tráfico, na favela, na cidade...estava durando muito, diziam! Sua presença causava incômodo. Eu não sabia o que era... seria sua “negritude” toda!? Não! Ele trazia uma marca que só ele tinha naquele barco: em uma de suas inúmeras passagem pela cadeia houvera dividido a cela com seu pai. Embora tivesse pedido para sair, seu pai pediu que ele ali ficasse sob seus cuidados. Nem aquele jovem sabia sobre a amplitude que aquela marca, ou melhor, marcação, tomava ali naquele estabelecimento. Mas, só ele saberia dizer o que era estar em uma cela fria e ter a experiência de ter sido cuidado pelo pai naquele lugar! Ele era um hiato ali. Ele era segregado de tudo e de todos, inclusive do tráfico do qual foi expulso por ter desenvolvido uma tuberculose. Dizia que lá precisavam de alguém com mais fôlego!

Assim, entrou no projeto, pedindo ajuda para trabalhar. Mal terminava de tratar a tuberculose, o jovem era “portador” de um “problema social” falava com gírias, odiava a polícia, não olhava nos olhos, era desconfiado, “metia medo” e, principalmente, trazia consigo o “sangue contaminado”. Estes eram os discursos que circulavam sobre aquele rapaz porque encontrou com seu pai na cela! Por isso diziam que o crime estava no sangue. Além disso, era visto como o mais desrespeitoso, sendo chamado de “galã atrevido”, pois os gestos de agradecimentos desse rapaz às educadoras eram entendidos como de cunho sexual, uma “cantada”, diziam elas. Isto justificava, portanto, a necessidade de um tratamento mais distanciado, mais, frio, por parte das mesmas...Daquela boca sem dentes só saía “coisa errada”, por isso era acompanhado constantemente pelos mentores. O jovem me procurou pedindo ajuda, pois não entendia aquela “pressão” toda...Mas, não tivemos tempo de pensá-las! Quando chegou a informação de que ele havia sido visto conversando com outro jovem na boca, ele “foi desligado”! O próprio diretor o desligou pessoalmente. E embora aquele jovem “chorasse feito uma criança” não houve tempo de dizer com quem e porque ele estava naquela situação, ou mesmo se estava. Uma vida quase que em ciclos de rejeições no tráfico e agora pela ONG..

Esse foi o primeiro desligamento. O diretor naquele mesmo dia convocou uma reunião para dizer que talvez aquele desligamento tivesse sido uma medida “dura demais”. Estava aparentemente abatido e impactado por seu ato. Todos ficaram comovidos com aquela situação...algo começou a rachar...mesmo que de forma capilar. A partir disso, foram criadas as medidas de advertência e suspensão para “preparar” o jovem para o desligamento e “dar uma chance” àqueles que se mostrassem “arrepentidos”. Foi ingenuidade pensar que naquele barco os corpos se misturariam. A vida dura, que levavam antes, os levaria aos mesmos caminhos de outrora: da morte matada ou morrida!

Era evidente que naquela trama o que se pretendia era pescar os graúdos, descartando os miúdos!

Diário de campo, junho de 2013.

As penalizações e os julgamentos poderiam ser aplicados também a partir de comentários de demais moradores da favela e/ou se os jovens fossem vistos em alguma festa com um comportamento dito “inadequado” pelos mentores e/ou coordenadores que residiam na favela. O jovem não era comunicado, mas seu ato ficava registrado em sua “ficha” de inscrição. Faz-se necessário assinalar que as penalizações e a forma como eram aplicadas variava em se tratando do passado e dos feitos do jovem: se este possuía prestígio ou havia ocupado um lugar de destaque junto ao tráfico, poderiam não ser punidos ou receber apenas advertência.

Se houvesse a suspeita de que o jovem tivesse retornado às atividades no tráfico, os mentores e o coordenador faziam uma visita chamada “incerta” que consistia em fazer o mesmo trajeto que o jovem costumava fazer. Além de ir à casa dos familiares e averiguar as pistas, aparecer sem avisar no local de trabalho e/ou realizar ligações, além de solicitar a colaboração dos demais jovens para “xnovear” – denunciar o outro colega suspeito. Às claras

foi sendo produzida, a partir da “prevenção” dos erros e dos comportamentos ditos não toleráveis, uma série de práticas que violavam os direitos daqueles jovens, fortalecendo a lógica dos matáveis.

Pode-se afirmar que a instituição mentoria funcionava por meio da vigilância permanente daqueles indivíduos, exercendo um poder e, que enquanto exercia esse poder, tinha a possibilidade de vigiar e constituir um saber a respeito deles. E esse saber tem como principal característica não mais determinar se alguma coisa se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não a regra, se progride ou não (FOUCAULT, 1996, p. 86).

Conforme Foucault (1996), o crime não é algo aparentado com o pecado e com a falta, mas sim que danifica a sociedade, é um dano social, uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade. O autor afirma que a lei penal deve apenas permitir a reparação da perturbação causada à sociedade, ou seja, reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social (p.81). O que vemos nesse projeto é que a produção dessas penas tem por objetivo principal deixar alguns viver e outros não, separando os corpos docilizados dos demais a partir de em uma “ortopedia social”.

“Esse controle penal punitivo dos indivíduos ao nível de suas virtualidades não pode ser efetuado ao nível de suas virtualidades, não pode ser efetuado pela própria justiça, mas por uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e de correção – a polícia para vigilância e as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção. (...) Todas essas instituições desempenham a função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades” (FOUCAULT, 1996, p.86).

Apresento fragmentos das instituições “Documento de Advertência”, o de “Suspensão” e a “prática psi” presente naquele estabelecimento e de tantos outros saberes que atualizam a produção de uma “ortopedia social”, a partir da qual o poder se organiza em torno da norma, ou seja, do que se deve ou não fazer (FOUCAULT, 1996).

ADVERTÊNCIA DISCIPLINAR

Devido ao não cumprimento das **normas disciplinares** anteriormente acordadas e assinadas pelas partes, a instituição, vem através desta com a finalidade de **aplicar-lhe a pena de advertência disciplinar**, em razão da seguinte **ocorrência**: _____.

Esclarecemos ainda que **a repetição de procedimentos** como este poderá ser considerada como **ato grave**, passível de dispensa definitiva do projeto. Favor dar seu ciente na cópia deste.

SUSPENSÃO

A instituição declara que o aluno _____ está suspenso temporariamente devido a sua não participação e assiduidade nas atividades propostas pelo projeto. Tal **comportamento rompe com as regras** expostas no contrato de “Direitos e Deveres no Projeto Especial”. Tendo isso em vista, o jovem não receberá a bolsa mensal nem assistirá às aulas de cidadania e às aulas de aceleração escolar. **Ele encontra-se em acompanhamento psicológico** com profissional responsável a partir do qual foi avaliado que no momento **não possui condições para cumprir as atividades do projeto**. O retorno ou desligamento total do jovem do projeto está **vinculado a uma apreciação a ser realizada pelo psicólogo do projeto**.

Para além do conhecimento do jovem sobre essa declaração, esse documento será **encaminhado à família** para que esta tome ciência sobre a participação do jovem no projeto.

No caso, do documento de Suspensão, nota-se que a questão do uso de drogas produziu intervenções que se entrecruza com os mecanismos utilizados pela lógica proibicionista de “guerra as drogas”, no contexto do Complexo da Maré. Pode-se afirmar que a máscara da criminalidade estabelece condições bastante demarcadas entre o jovem negro comerciante de drogas, o “traficante”, e o jovem branco do asfalto, o doente, no que se refere à questão das drogas. Para o primeiro, a prisão e para o segundo, tratamento.

Em *A face oculta da droga*, a criminóloga Rosa Del Olmo (1990) justifica a explicação do fenômeno social das drogas, problematizando a relação entre a carga moral e jurídica atribuída a esse tema. A autora afirma que a produção-distribuição da maconha e da cocaína alcançou dimensões demoníacas na maior parte dos países da América do Sul, Central e do Caribe, pois nesses países há a produção de um véu de censura que encobre informações sobre estas substâncias (p.13). Assim, os principais responsáveis pela produção e/ou venda no varejo são produzidos na sociedade como terroristas, criminosos, direcionados ao tratamento de exceção, extradição, ou ostracismo (OLMO, 1990, p.13). Embora tenham se

passado quase 30 anos da análise realizada por Olmo (1990), entendemos que esses mecanismos tornam-se mais complexos e se fortalecem na atualidade, sendo esta autora uma referência fundamental para esta discussão.

Neste circuito, era imposto à psicóloga a função de “tratar” e eliminar os vícios daqueles jovens que, no caso, iniciaram o uso de maconha (*cannabis sativa*), loló (composição de solventes caseiros) e/ou cocaína em torno dos nove, treze anos. Inicialmente a ONG tinha a abstinência como o objetivo principal do tratamento. Aqueles que se distanciavam desta condição eram desligados sem passar previamente pela “Suspensão”. A partir de “achismos”, os profissionais faziam uma espécie de júri para decidir por votação quem deveria ou não ser suspenso e os demais encaminhamentos da “assistência”. Tratava-se de um movimento autoritário que “empurrava” o jovem para a assistência da psicóloga de forma obrigatória. Além disso, o mecanismo de Suspensão retirava do jovem o direito de participar das atividades em sala de aula, na de esporte, em passeios, suspendia a bolsa-auxílio, restando-lhe somente o recebimento da cesta-básica.

A suspensão durava em torno de três meses, tempo proposto para o jovem se disciplinar. Após esse período havia uma avaliação do término da suspensão feita pela equipe. A coordenação do projeto fortalecia a produção desse instrumento, pois o comportamento do jovem era “investigado”, principalmente, junto à família quando se buscava identificar situações de violência praticadas por ele para associá-las ao uso de drogas. Embora tenha recusado participar daquela condução repressora, afirmando que havia outras formas de “assistir” aquele jovem, insisti e assegurei que a direção da minha prática estava em consonância com a atual política de redução de danos³⁰, por meio da qual a abstinência não é o ponto de partida e/ou função do tratamento.

Ressalto para uma discussão posterior o fragmento retirado do documento de suspensão que endereça o profissional de psicologia a um lugar de produções de “psicologizações”. Não fui consultada sobre o documento, tampouco participei de sua elaboração. Por esse motivo, não o assinei e orientei o jovem que fosse inserido nesse regime também a não assiná-lo.

Faz necessário discutir esta questão no que tange à judicialização da vida, bem como, a vigência de uma lógica higienista que colabora para o psicólogo como um perito que garante o funcionamento de serviços como este, “identificando” indivíduos ditos normais ou

³⁰ A Redução de Danos (RD) vem se consolidando como um importante movimento nacional, impulsionando a construção de uma política de drogas democrática, tornando-se uma frente aos embates da política global de “guerra às drogas” (PASSOS & SOUZA, 2011).

patológicos, delinquentes, perigosos e/ou violentos. Assim, minha presença era sempre acionada quando algo “fugia do controle” da ONG e/ou da equipe. Era preciso estar em um processo contínuo de análise de minhas implicações, questionando meu lugar naquele projeto e a serviço de quê, ou de quem, minha intervenção era “convocada”.

De acordo com Rodrigues e Souza (1991), a análise institucional não profissionaliza; este não é seu defeito, mas seu efeito: ao exigir a análise permanente da implicação do psicólogo na intervenção que efetua, provoca o questionamento da “naturalidade” tanto de seu lugar de perito, quanto até mesmo, de seu suposto “objeto natural”. As autoras assinalam que a profissão do psicólogo é uma “profissão impossível” em seu limite ela o é, mas é também, por definição e por proposta, profissão permanentemente em crise ou lugar da desprofissionalização iminente (p.40).

Aquela ONG reproduzia a “naturalização” de um conjunto de técnicas, de “perícia” e punição, a serem aplicados àqueles jovens. Para pensar minha prática era necessário analisar o lugar histórico de “perito” que nós psicólogos ocupamos no contexto social. Contudo, somos atravessados cotidianamente por várias instituições e reproduzimos, por vezes, tais funcionamentos. O desafio é inventar possíveis saídas para produzir outros rumos para esse modelo prévio de “psicologização”, pois não seriam também o psíquico e o indivíduo instituições? Ou seja, construir possíveis saídas trata-se de subverter o instituído. Durante os três anos de projeto, a suspensão foi aplicada somente a um jovem.

AO SOM DO ATABAQUE...

“Pedro tinha 22 anos, mas já havia sofrido além da conta. Menino negro e acima do peso, nascido na Baixa de Sapateiro, ele era rechaçado pelo grupo de colegas por conta de seu peso.

Trazia desde longa data o sofrimento de ser rejeitado, pois o pai que tanto admirava só o registrou quando ele fez treze anos. Até lá vivia pedindo o nome do pai na certidão de nascimento. Parou ali. Não “tirou” nenhum outro documento, pois já havia conquistado este com que tanto sonhava. Chegou ao atendimento indicado pelos mentores e “x-noveado” (denunciado) pelos colegas de sala de aula. De acordo com eles, ele cheirava loló quando chegava na sala a tal ponto que quem estivesse perto dele também ficava doído. Ele me dizia que a mãe havia morrido usando loló e que aquela era forma de sentir o cheiro da mãe, lembrar da infância. Entendendo as relações de poder inseridas nesta situação e as condições de exclusão produzidas em torno da estética daquele jovem, revelei no primeiro atendimento que lamentava sua suspensão e que não concordava com aquela situação. Ele estava resignado e sentia-se culpado por seu passado, “o que vier é lucro doutora”. Percebi uma possibilidade de escuta e cuidado do sofrimento que aquele jovem trazia, assim negocieei o dia das “nossas conversas”, afirmando que seria durante o

período em que os outros colegas estariam em sala de aula e quando poderia “trocar ideia com os amigos”.

A ONG não aprovou muito, queriam que o atendimento fosse realizado por meio de visitas domiciliares. Mas, reinventamos os nossos encontros “obrigatórios”, em outros modos de produzir possíveis no mundo com tal leveza que outros jovens também foram inseridos naquele circuito mesmo sem estarem “suspensos”. O espaço dos atendimentos acontecia na sala de aula de capoeira, onde ele se apaixonou pelo atabaque! Falava-me que a percussão estava em seu sangue, pois o pai era percussionista de uma escola de samba famosa. Passávamos horas ao som do atabaque, inventando um movimento e harmonia que desse conta daquele sofrer. O funk entrou no atendimento e no ritmo do atabaque. A cada encontro uma canção era composta para mim ou sua mãe. Quanta potência! Após alguns meses, ainda na companhia da droga, encontrou outras formas de recordar a mãe – através dos sonhos, do falar sobre... Que beleza ter vivido esse encontro!”

Diário de campo, dezembro de 2015.

Embora, estivesse descrito que o instrumento de suspensão duraria três meses e após isto o jovem seria reavaliado, Pedro mesmo apresentando um intenso processo de criação, sobretudo, na arte de compor canções que retratavam o cotidiano da favela, foi desligado do projeto. Jogado ao mar. Contudo, após sua saída, quando algum mentor ou técnico encontrava Pedro pela favela - ele fazia “funks” denunciando as práticas abusivas da ONG - evitavam passar perto dele, ou mudavam o caminho, pois conforme os mentores, “ele tinha razão”; “só canta verdades”. As composições se davam ali no cara à cara, naquele instante e naquela hora abarcavam os sentimentos daquele jovem. Pedro produziu mudanças na condução e no curso do barco.

A justificativa para o desligamento desse jovem foi a de que o projeto não tinha condições para lidar com aquele “perfil”. A ONG não queria se indispor com os “problemas” que Pedro e tantos outros jovens favelados “poderiam” apresentar, pois o Complexo da Maré recebia naquele período as Forças Armadas Nacionais com o objetivo de combate ao crime e “guerra às drogas”. Naquele período estava prevista a implantação de uma UPP no Complexo da Maré.

Atualmente, o jovem possui uma página no Youtube, tendo mais de 7.230 visualizações com o funk “proibidão”, a partir do qual faz críticas ao sistema penitenciário e ao funcionamento da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE da PM/RJ).

1.5 A “formadura”: de vacilão à cidadão

Após 18 meses de acompanhamento no projeto, os jovens que concluíam o ciclo básico passavam pelo “ritual” de encerramento do vínculo institucional por meio de uma formatura. Eram avisados naquele mês que não receberiam mais a bolsa, ou a cesta básica. A ONG realizava uma cerimônia de confraternização dos jovens, e cada um poderia levar seus convidados. Geralmente, eram os pais, esposas/maridos e filhos. A cerimônia ocorria no próprio estabelecimento. Os participantes do projeto recebiam um certificado que declarava a conclusão do “ciclo básico” tal como estava descrito no contrato de “Direitos e deveres”. O que se pretendia era validar no território da favela, a partir do “boca a boca” dos moradores presentes na cerimônia, a legitimidade do projeto no Complexo da Maré. Um importante analisador neste eixo é o discurso³¹ do diretor da ONG, por meio do qual ressaltava a importância de um “testemunho” dos jovens para multiplicar o projeto em outras favelas do Brasil e em locais pobres de outros países. Destaco quatro fragmentos de sua fala durante o evento:

- *“Vocês agora estão terminando um processo longo e difícil de mudança de atitude. Portanto, não são os mesmos que há 18 meses;”*
- *“Muitos desistiram no meio do caminho, mas vocês estão aqui e precisam resistir às tentações que são muitas. A equipe vai estar sempre aqui para o que vocês precisarem”;*
- *“Agora vocês têm a responsabilidade de serem exemplos para muitos jovens como vocês na comunidade – ninguém vai olhar vocês como antes, porque agora vocês têm respeito; é um orgulho para família de vocês e podem andar de cabeça erguida;”*
- *“Muita gente quer ajudar o projeto e precisa ouvir as histórias de vocês. Assim, vocês vão ajudar um jovem do outro lado mundo que também quer sair do tráfico e não consegue. Temos que replicar esse projeto, ele não pode morrer.”*

Com estas palavras o diretor assinalava o chamado processo de cidadania e “desenvolvimento pessoal”, fortalecendo um determinado modo de ser favelado e “ser

³¹ Extraído de anotações do diário de campo de dezembro de 2015.

trabalhador/morador”. Pretendo analisar a chamada conversão social do indivíduo a qual, neste processo, está relacionada à “transição” de um determinado modo de ser “*vacilão*” ao status de ser “cidadão”, problematizando que nesta ONG não interessa a junção entre “empreendedorismo-assistencialismo³²”. Ou seja, a ascensão social dos jovens. Assim, o “empreendedorismo social” não se apresenta como ponto de partida e tampouco de chegada nas ações da “assistência social”. Naquele lugar não se objetiva produzir deslocamentos sociais nas vidas dos jovens. Ao contrário, o objetivo é produzir os ditos bons cidadãos e, posteriormente, “vítimas” das mazelas sociais. Nesta perspectiva, os valores morais são unidos a uma noção de um modo de “ser pobre”. Podemos analisar os efeitos dos mecanismos de vigilância existentes na ONG em interface com a questão da criminalização da pobreza e a lógica higienista.

Rizzini (1997) descreve que os “pobres dignos” são aqueles que trabalham, mantêm a família unida e observam os costumes religiosos, consolidados por meio dos valores morais, pois pertencem a um segmento “mais vulnerável” dito suscetível aos vícios e às doenças. Segundo a autora, aqueles que são considerados os pobres viciosos, por sua vez, não pertencem ao mundo do trabalho e, portanto, são portadores de “delinquência” e representam perigo social. Contudo, essa dita periculosidade também está presente nos pobres dignos, devido aos “pressupostos” da própria pobreza – vulnerabilidades, doenças, ambientes viciosos, entre outros.

É importante assinalar que não temos a pretensão de criticar o trabalho de pesquisadores que porventura desenvolvam “projetos sociais” em locais de periferia. O que se pretende colocar em questão é a intensificação de propósitos políticos, pois quando se reconhece as vulnerabilidades desses territórios não se estaria contribuindo para a potencialização das mesmas?

A referida ONG produz/fortalece este tipo de subjetividade quando prevê que a condição do ser “pobre digno” está articulada a posse da carteira de trabalho por parte desses jovens. Neste caso, poderíamos associar a carteira de trabalho à condição de uma carta de alforria para esses jovens, pois segundo eles, ela “viabiliza” a circulação no território da cidade. Muitos deles, após terem entrado para o tráfico têm o costume de não sair das áreas de abrangência da Maré. A carteira de trabalho, geralmente, é utilizada pelos moradores como

³² Sobre esse assunto ler: “*Empreendedorismo social e capitalização da vida: breves considerações sobre governamentalidade*” (MELO, 2014). Projeto para doutorado na UFF.

uma forma de proteção, caso sejam interpelados pela polícia. Muitos desses jovens ficavam eufóricos quando conseguiam algum trabalho com carteira assinada diziam: “agora eu sou trabalhador!”. Para eles, isto significava ter sucesso. Mas sucesso para quem? Sucesso de quem? Para quê?

Objetiva-se analisar melhor esta produção de subjetividades: a possibilidade de “garantia” do valor da própria vida por meio de um trabalho formal e/ou carteira assinada dentro e fora das favelas.

De acordo com Passetti (2006), “as favelas cariocas aparecem como campos de concentração a céu aberto”, pois uma série de penas é aplicada aos moradores de maneira que não ocorra uma distinção entre estar fora ou dentro da prisão para sofrer os efeitos da seletividade punitiva. Para o autor, a noção de campo de concentração está associada à aplicação de penas para meios abertos (p.139). Segundo Zaccone (2015), “de um lado, os mecanismos de poder que operam o disciplinamento daqueles que se resignam ao estatuto jurídico/político”. Do outro, o poder soberano na sua forma jurídico-política a decidir pela indignidade e pelo desvalor da vida dita matável dos “criminosos” resistentes ao estatuto jurídico (p.33). Para o autor a luta pela “cidadania” ressurge como tática mais acabada para a velha estratégia binária entre viciosos/ virtuosos, delinquente/suspeito e cidadão/vulnerável?

Faz-se necessário assinalar que a maioria dos jovens do projeto recusou os empregos³³ que lhes foram indicados quando se tratavam de empregos caracterizados por eles como “subalternos” – tais como, faxina, serviços gerais, auxiliar de construção, entre outros. Assim, “os maus pobres indignos” e os “bons pobres dignos” sempre estiveram de fora do direito à vida e à dignidade, pois são percebidos como marginais, desviantes, miseráveis e/ou matáveis. Nesse sentido, pode-se afirmar que a produção de subjetividade desses jovens como “pobres dignos” atua na mesma perspectiva do apaziguamento dos corpos favelados, compartilhando da mesma lógica opressora da política de segurança dita pública no estado do Rio de Janeiro. É por meio desta prática que se impõe a lei, a ordem e a repressão, exterminando as desordens e os desordeiros e/ou desviantes.

³³ Sobre esse tema ler *Manifesto contra o trabalho* (GRUPO KRISIS, 1999). Disponível em: http://filoczar.com.br/manifesto_contra_o_trabalho.pdf. Acessado em junho de 2016.

CAPÍTULO II

A MARÉ COMPLEXO E MODOS DE RESISTIR

*"Porque o sonho de vários na quebrada é abrir um boteco,
Ser empresário não dá, estudar nem pensar
Tem que tramar ou ripar pros irmãos sustentar
Ser criminoso aqui é bem mais prático
Rápido, sádico, ou simplesmente esquema tático
Será instinto ou consciência
Viver entre o sonho e a merda da sobrevivência."
(Racionais Mcs, A vida é desafio)*

Abro este capítulo afirmando o meu desejo que este trabalho fosse mais leve, pois como diz Foucault (2001b) “não precisamos ser tristes para ser militantes”. Contudo, a impossibilidade de falar das mortes de alguns jovens do projeto impactou o rumo dessa escrita (p.133). Só foi possível falar sobre a *indignidade* dessas vidas, porque fui criando um corpo durante esta experimentação, e, sobretudo, resistindo quase que durante todo o tempo da pesquisa (ZACCONE, 2015). Minha relação entre a vida e a escrita foi se configurando como instrumento de resistência que me possibilitou pensar diferente e romper com um fazer "intuitivo" que impregnava meu corpo no início da minha prática no estabelecimento em questão. Mas, enfraqueci quando entendi que algumas práticas existentes no Programa de pós-graduação da UFF produziam um engessamento dessa escrita por meio de um discurso "capitalístico", por vezes legitimado pela lógica de produção *pathos* academicista.

Nunca esquecerei o que ouvi quando expressei a minha necessidade de buscar uma orientação que me potencializasse e fizesse sentido para mim: “*você me deve um artigo!*” Pretendo elucidar não a negação da minha solicitação, mas a atualização da prática do poder pastoral que tratamos neste trabalho. O que há na proposta do "bem-fazer" na relação *mestre* e aluno assemelha-se a relação de poder tal qual o “mau pastor” que pensa no pasto para seu próprio lucro! Não sei o que me deu mais indignação, se foi ouvir isto ou ouvir o coro dos colegas que então temiam por uma possível ruptura da minha "existência" na vida acadêmica.

Este acontecimento evidencia como, historicamente, é negada a acessibilidade e/ou permanência do corpo negro no espaço acadêmico. Na medida em que esse corpo rompe com

esses muros demarcados, inicia-se um longo percurso por meio do qual enfrentamos os exercícios de poder que nos coagem e nos impulsionam a desistir e achar que não somos suficientemente bons. Esses mecanismos são atualizados nas ONGs, nos departamentos de graduações das universidades, só para citar alguns, fortalecendo processos de subjetividades que associam a ascensão profissional do povo negro nesses espaços à prática salvacionista de “dar oportunidade”.

A despotencialização que surge deste processo costuma produzir em nós, negros e negras, a sensação de um “endividamento” e de uma “culpabilização” que contribuem para que o fortalecimento do povo preto/ favelado seja entendido pela lógica da “gratidão” nos espaços da academia. Por outro lado, me vi tragada pela mesma corrente marítima que suga, retira nossas forças e afoga os jovens nas ONGs da Maré. Nestas ditas ofertas de “oportunidades”, que revestidas por pseudodiscursos de “empoderamento”, o que impera é o “dever”. Eu preferi não dever um artigo. E sim, devir em outra escrita!!!

É importante perceber como os pequenos fascismos são facilmente reproduzidos dentro do meio acadêmico e, cotidianamente, pelas diversificadas facetas dos aparelhos do Estado! A vida escapa por entre esses engessamentos, pois “a única oportunidade dos homens está no devir revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável” (DELEUZE, 1992, p.211).

Naquele momento, alguns colegas me diziam: “o melhor é você permanecer nessa “orientação” calada e ir levando!” Para Foucault (2008) o poder pastoral se manifesta num dever, numa tarefa de sustento, pois ele é individualizante “na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar” (p.172). Como aqueles jovens do projeto, eu com minha negritude também sofri as “atualizações” do poder pastoral no contexto acadêmico. Porém, a resistência é algo anterior à entrada de “todo” preto no espaço acadêmico ou na pós-graduação. Precisei continuar e reconstruir meu lugar. Como diria Manoel de Barros “*Não preciso do fim para chegar. Do lugar onde estou já fui embora*” (1997).

Vale ressaltar que, sendo negros ou não negros, tem se tornado cada vez mais difícil experimentar o espaço acadêmico sem ter que passar pelas relações de submissão e opressão. É necessário escapar delas, resistindo e arriscando-nos frente aos discursos que ativam cinismos pseudodemocráticos, que despotencializam as trocas de experiências, as diferenças e a exuberância da vida que cada aluno traz consigo em sua pesquisa e em um tanto de seu devir.

A única certeza a que me atendo nesse relato são os caminhos, as pessoas, as intenções e as falas que compartilharam “a dor e a delícia” desse meu tempo-espaço acadêmico que está começando... Remeto-me com reverência afetiva às testemunhas da práxis desse acontecimento que sustentaram comigo esta vivência, em meio a um momento delicado no cenário político nacional, entre tantos retrocessos, extermínios do povo negro e favelado nos últimos três anos, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro.

O substrato desse capítulo refere-se, portanto, à vontade de potência e às três novelas - linhas duras, flexíveis e linhas de fuga - apresentadas por Deleuze (1992), no que tange às subjetividades hegemônicas que transformam os pobres e favelados em "força de trabalho para o capital", no contexto do Complexo da Maré (COIMBRA, 2001a, p.112).

2.1 Idas e vindas: “a velha nova polícia” no Complexo da Maré

*“No mangue, tudo é, foi ou será caranguejo,
inclusive, o homem e a lama”.*

(Josué de Castro, 1967)

Em torno de 1940, com a construção da Avenida Brasil, surge o Complexo da Maré, criado por trabalhadores que construíam além da referida via expressa, casas de palafitas para abrigar suas famílias. A Maré traz em seu berço as marcas das lutas desses moradores pela permanência em suas casas, em meio às intervenções de remoção do Estado pela justificativa da "organização" do espaço urbano. Para Zaluar e Alvito (1998) falar de favela - que é entendida como uma marca da cidade do Rio de Janeiro na República - é falar da história do Brasil. Para esses autores a favela ficou registrada oficialmente como área de habitações irregularmente construídas, ou seja, sem esgoto, sem água e sem luz. Os autores afirmam que, dessa precariedade, resulta o perigo de uma estratégia política que "fez do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade" (p.8). Ou seja, em torno deste território circula uma dicotomia de forma naturalizada: ali, ou se é trabalhador, ou se é bandido.

Conforme as contribuições de Milton Santos (1994), trazidas ao longo deste trabalho, o território é entendido como linguagem que abarca toda a existência humana, donde toda sociedade ao se produzir, produz território. Ou seja, o território possui limites definidos,

espaços de relações de poder, de trocas de informações que possuem identidade, bem como, poderes hegemônicos. Em o "O retorno do Território", o autor ressalta que:

“Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 1994).

De acordo com o autor, o espaço é lugar de acumulação de sucessivas situações, fatos e histórias que une e significa o passado e presente materializados a partir da produção de territórios. Para ele, o espaço deve ser considerado como uma instância social, dando-lhe a noção de estatuto teórico que viabiliza o diálogo da geografia com outros campos do conhecimento (SANTOS, 1994). Por esse motivo, as contribuições miltonianas são fundamentais para entender os processos que acentuam as desigualdades socio-espaciais que se configuraram desde o surgimento do Complexo da Maré.

O Censo de empreendimentos Maré, realizado em 2014, aponta que o Complexo da Maré é habitado por 140 mil pessoas no conjunto de 16 favelas, dentre as quais estão: o Conjunto Esperança, a Vila do João, o Conjunto Pinheiros, a Vila do Pinheiro e o Parque Ecológico, a Salsa e Merengue, o Bento Ribeiro Dantas, a Baixa de Sapateiro, a Nova Maré, a Nova Holanda, o Parque Rubens Vaz, a Praia de Ramos e a Marcílio Dias (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2014). A construção de cada uma dessas favelas é fruto da luta de seus moradores pela permanência em suas residências diante das inúmeras tentativas de "remoção" por parte do estado, período das décadas de 1960 e 1970. Ao contrário do que ocorreu no surgimento das favelas da Nova Holanda e Praia de Ramos, em 1960, as quais foram originadas do Centro de Habitação Provisória, as referidas favelas foram criadas sob a justificativa de "abrigar" temporariamente as famílias que haviam sido removidas de outras favelas cariocas.

É importante destacar que a população residente da Maré desde o chamado período de democratização do país (1985), como tantas outras favelas cariocas, foi e ainda hoje, é alvo de violações de direitos, sobretudo, no que diz respeito ao direito de habitar esta cidade.

Conforme as contribuições de Zaluar e Alvito (1998), o século XX foi marcado por políticas de remoção direcionadas às favelas, sendo consideradas como um duplo problema: sanitário e policial e que poderia ser resolvido em só golpe:

"A ideia da favela como um "foco", a menção à limpeza, isto é, a retórica centrada nas concepções de uma "patologia social" e "da poluição" estavam destinadas a uma longa permanência na cena institucional carioca do século XX" (p.9).

Nos anos de 1950, a favela era entendida pelas instituições de controle social e pelo Estado como um lugar de desordem por excelência. Coimbra (2001) afirma que em relação às favelas houve uma campanha denominada "Batalha do Rio de Janeiro" ou "Batalha das favelas" cujo objetivo era a erradicação das favelas e a construção de "habitações higiênicas" (p.114). As representações sociais do Rio de Janeiro giravam em torno de sua "importância" cultural e política, enquanto que as favelas eram produzidas como locais geradores de epidemias, de malandros, vagabundos e ociosos, de negros inimigos do "trabalho duro e honesto", de um ambiente promíscuo e, portanto, de uma população sem moral (ZALUAR & ALVITO, 1998, p.9). E, por outro lado, outro segmento era considerado como "perigoso": os migrantes oriundos das zonas rurais, inicialmente, dos estados do norte ou nordeste (COIMBRA, 2001). A chegada às favelas dos nordestinos e nortistas acentuava os conflitos já existentes na configuração dos centros urbanos por conta da convivência forçada dos mesmos em um "espaço" cada vez menor para a população, predominantemente negra daquela localidade.

Ao longo deste processo de "modernização excludente", certas subjetividades foram produzidas no cotidiano das grandes cidades, fazendo com que a "rede urbana" não tivesse validade para determinados segmentos da população, dependendo da situação socioeconômica ou geográfica que lhe foi imposta (SANTOS, 1994; 1996). Para este autor (1996), "cada lugar está sempre mudando de significação graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas". Santos (1996) afirma que a cidade deve ser entendida como um *espaço* privilegiado de construção da memória coletiva (p.37). É comum, quando ao visitar a casa de moradores mais antigos da Maré, serem apresentados álbuns de fotos daquele período para quem vai às suas casas. Trata-se de uma prática de resistência esses álbuns de fotografias com registros de suas chegadas àquele território. Eles narram

como foram os encontros, as formações de coletivos, associações e, principalmente, falam sobre as possibilidades de afirmar a vida no mangue entre os caranguejos, na época, fonte de sustento. Entretanto, a mesma maré que os recebia, quando enchia arrastava a vida ali presente: as vivências dos caranguejos, dos homens e das palafitas. No seu movimento intempestivo a maré instaurava um devir caranguejo no homem, pois em um instante a casa e seu corpo, tudo estava jogado na lama. Vidas que andavam para trás.



Figura 2 Foto de Suzana Queiroga, Complexo da Maré em 1940. Disponível em daniname.wordpress.com

Em 1979, na vigência do regime militar, no governo de João Figueiredo (1979 -1985), foi anunciada uma intervenção urbana autoritária que removeria famílias das favelas da cidade para diversas localidades sob a justificativa de oferecer "conjuntos habitacionais". O objetivo era colocar essa população em espaços periféricos mais miseráveis que os de origem, pois estes eram distantes dos centros de trabalho e com condições mais precárias que as habitações anteriores. Foi neste contexto, que o governo militar elaborou a dita política de "habitação popular", por meio do Programa PróMorar³⁴(Programa de Erradicação de Sub-habitação), removendo as pessoas que residiam em palafitas na Maré³⁵e transferindo-as para o

³⁴ Ver Censo de empreendimentos Maré/organização: Redes da Maré. – Rio de Janeiro. (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2014).

³⁵ Conforme o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), a Maré teve seu território delimitado pelo Decreto nº 7.980, em 1988. Em 1994, a Lei nº 2.11 a incluiu na XXXª Região Administrativa (RA da Maré). E deste modo, constitui-se num agrupamento de várias favelas ditas sub-bairros com casas, e conjuntos habitacionais (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2014). O referido decreto não produziu nenhum tipo de avanço em relação a legitimação da permanência daquelas pessoas naquelas favelas e, principalmente, na cidade

"conjunto habitacional" que deu origem à favela Vila do João (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2014). Em seguida, em 1989, surgiu Bento Ribeiro Dantas por meio de uma política de remoções e "reassentamentos" de famílias em locais ditos seguros - fruto do Programa Morar Sem Riscos da prefeitura do Rio. Posteriormente, em 1996, o governo Marcello Alencar fomentou a construção da Nova Maré, em áreas aterradas de manguezal, apresentando o objetivo de abrigar pessoas em situação de rua ou que ainda residiam em palafitas na favela Roquete Pinto ou nas periferias. Segundo Coimbra (2001) em meados de 1993, foi produzido na sociedade um quadro de pânico por conta do início de "operações" em favelas cariocas, incluindo rondas para o enfrentamento do dito crime organizado na favela da Roquete Pinto (p.148). Para a autora a operação Rio³⁶ apresentava argumentos semelhantes aos da lógica higienista para o "combate" aos perigosos.

Em suma, o que se forjava através do Pro Morar e, posteriormente, pelo Programa Morar Sem Riscos, era uma política de sítio das favelas em relação às regiões delimitadas como "nobres" da cidade com o objetivo de isolar e circunscrever a violência, jogando a população para os territórios periféricos da cidade. Esse movimento produziu resistências dos moradores das referidas favelas, incluindo os da Maré, pressionando os órgãos públicos. Contudo, com o crescimento da miséria nas cidades brasileiras, o aumento do desemprego, os mecanismos de segurança e proteção começaram a ser desenvolvidos nestes locais, através da militarização dos centros das cidades, reforçando a "necessidade" de policiamento ostensivo nas ruas (COIMBRA, 2001). Isto culminou na naturalização do uso cotidiano e continuado da força, dos tratamentos degradantes e do extermínio da população dita perigosa.

Por fim, no ano 2000, é construída a favela "Salsa e Merengue", com o título de uma novela global de Miguel Falabela exibida em 1996. Na ficção, *Salsa e Merengue* apresenta a história de um galã que necessitava de um transplante de medula para se salvar e viver um grande romance com um *happy end*, enquanto que na "real", Salsa e Merengue é uma favela que se constituiu tendo como contexto principal os transplantes/remoções de famílias trazidas de distintas periferias cariocas. Mas, nestas remoções criaram-se movimentos de resistência.

pois até a atualidade o exercício de ter um Código de Endereçamento Postal (CEP) se apresenta como um desafio para os segmentos dessas localidades. Algumas ONGs na localidade recebem financiamento para mapear cada uma das favelas e identificar logradouros e seus respectivos CEP, mas até o momento pouco se avançou nesta iniciativa junto à prefeitura do Rio.

³⁶ A Operação Rio foi um acordo pactuado entre as Forças Armadas e o governo do Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito às ações de segurança. O propósito desta ação era eliminar segmentos e territórios ditos perigosos como forma de limpeza do corpo urbano através da intervenção direta do Exército (COIMBRA, 2001).

A nomenclatura das favelas e, principalmente, das ruas e becos nas favelas é um analisador importante para ressaltarmos, pois também pode ser entendido como exercício de pacificação, de calar aquelas vidas, aquelas histórias que estão ali presentes. Na favela de Manguinhos, por exemplo, os becos e ruas têm nomes de pássaros, o que confunde ainda mais o trabalho precário, quase escasso, das agências de correios nessas localidades. Foi uma invenção para que essas nomeações de nomes de animais ou ficções não perpassasse o cotidiano naquelas ruelas que já apresentavam em si uma narrativa. Conforme nos afirma Santos (1996) nos "territórios dos pobres" há abertura de novos usos e novas articulações da vida afetiva e produção de outras normas para a vida social:

"(...) os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão (...) Os espaços inorgânicos são abertos e os regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores. Por serem diferente, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso (...) É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidade para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva (...). Essa busca de caminhos é também visão iluminada do futuro, pois o presente, geralmente, é vivido de forma subalternizada ou aprisionada em um cotidiano repleto de preconceitos" (SANTOS, 1996, p. 273).

A construção do Museu da Maré³⁷, que surgiu em 2006, ocorreu a partir da articulação entre os moradores das favelas do Complexo, com o objetivo de construir um lugar de memória, de afirmação do passado e resistência territorial no presente. O Museu apresenta uma exposição permanente que traz a história da cidade do Rio de Janeiro a partir do surgimento das favelas do Complexo. A criação do Museu se apresenta como um exercício potente de *articulação prática*, conforme as considerações miltonianas, pois produz pontos de encontros entre os moradores. Esta articulação aponta para os diferentes sentidos, linguagens, códigos, histórias que cada território/favela apresenta no Complexo.

É possível afirmar que as distinções, tempo/espacial, produzidas no surgimento de cada favela e as normas de circulação criadas por grupos “criminosos” existentes naquele território, por vezes, enfraquecem a articulação política da população no cotidiano da Maré.

³⁷ Conforme informações do site oficial, o Museu da Maré se afirma como forma provocativa em contraposição à ideia dos museus monumentais, adotando o tempo cíclico e temático como referência: a água, a feira, a casa, o medo, a fé como algumas das formas de falar desse tempo no qual o passado, o presente e o futuro se encontram. Disponível em: <http://www.museudamare.org.br/joomla/>.

Apesar desse marco, a população é predominantemente negra e/ou oriunda do nordeste. Portanto, trata-se de um povo marcado por lutas cotidianas e também por invenções que ampliam as possibilidades de vida no território, em busca de melhores condições de moradias e serviços básicos que legitimem sua existência e permanência no espaço urbano, em sua multiplicidade.

Contudo, ONGs e instituições "humanitárias" colaboram para a produção midiática do Complexo da Maré como um território vulnerável e dito fragmentado por conta dos impactos socioeconômicos e demográficos sofridos durante o "regime militar". O intuito é fortalecer as práticas de "misérias e vulnerabilidades" do local para "captar recursos" de financiadores estrangeiros para o desenvolvimento de projetos ditos sociais na localidade. É comum os seguintes discursos nos sites de ONGs sobre o Complexo da Maré:

*"São as favelas os territórios **mais vulneráveis** diante das **limitações** e incompletudes das políticas do governo, dos **interesses do mercado** e da **criminalidade violenta**."*

*"Os moradores da Maré enfrentam, há mais de três décadas **uma situação de extrema vulnerabilidade frente à violência urbana**."*

Estes dois fragmentos foram retirados de sites de ONGs que atuam na referida favela. Não pretendo tratar a questão da pobreza e da miséria de forma simplista, tampouco não reconhecendo que alguns dos recursos oferecidos por essas ONGs, por vezes, produzem desdobramentos potentes nas vidas dessa população. Meu propósito é evidenciar que, ao longo do último século, foram produzidas subjetividades por meio de práticas capitalistas e de ações concretas, como as supracitadas acima, que fortalecem a pobreza aliando-a a criminalidade nesses territórios de favelas. Podemos afirmar que essas ONGs existentes no Complexo da Maré contribuem para o fortalecimento de uma lógica excludente, aferrando-se a determinadas "identidades" endurecidas e naturalizadas.

Nesse sentido, é necessário pôr em análise as formações das favelas do Complexo da Maré, por conta do referido processo de exclusão que culminou na produção de subjetividades sobre a favela como um lugar de misérias, de insegurança, e habitado por segmentos ditos perigosos. A partir dessa produção, "o "emprego fixo" e uma "família organizada" tornaram-se sinônimos de padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e de direito à vida" desses indivíduos (COIMBRA, 2001).

Deleuze e Guattari (1996) apresentam os processos de subjetivação por meio da noção de linhas – duras, flexíveis e de fuga - as quais compõem as relações individuais e de grupo.

Considero importantes de serem discutidas, pois elas engendram as relações que se configuram no território do Complexo da Maré e, obviamente, no espaço urbano como um todo. Para esses autores, as linhas duras nos compõem através da naturalização de dicotomias, tais como: trabalhador *versus* vagabundo, normal *versus* patológico, branco *versus* negro, entre outros, que nos estratificam. As linhas duras são linhas de segmentaridade onde tudo parece contável e previsto. Elas produzem um jogo de território bem determinado e planejado, sendo o início e o fim de um segmento e a passagem de um a outro. Elas são aquelas que produzem controle, normatização e enquadramento; neste caso, elucidamos a presença dessas linhas no contexto social do Complexo da Maré em contraposição com a lógica da "cidade maravilhosa" para os megaeventos, ocorridos nos últimos anos. Tem-se um porvir, não um devir.

"Nossa vida é feita assim: não apenas dos grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto. Os sentimentos como relacionamentos entre pessoas são segmentarizados de um modo que não é feito para perturbar ou dispersar, mas ao contrário para garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo aí a identidade pessoal (DELEUZE & GATTARI, 1996, p.67)."

A Maré, como já mencionado, está situada ao longo da Avenida Brasil, da Linha Vermelha e cortada pela Linha Amarela - as três principais vias cariocas próximas ao Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim e próxima à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como já assinalado, é diferente das favelas da zona sul, das quais destaco o Vidigal, o Pavão Pavãozinho e o Cantagalo, ou mesmo, o Complexo do Alemão, na zona norte, onde a política de segurança pública "tenta promover o controle" do território da favela e a condução capitalística das condutas dos moradores que devem aprender a obedecer à *ordem* policial para supostamente alcançarem o dito *progresso* de vida, a chamada "cidadania" (ANDRADE, 2013). Para a autora, com a entrada da UPP, nas favelas da zona sul, o que se pretende é a produção de uma determinada cidadania veiculada à transformação dos moradores em empreendedores de si, ajustados à biopolítica neoliberal da favela.

Foucault (2008) ressalta que a cidade, como mercado, também é lugar de revolta, lugar de morte, tendo em seu âmago diferentes mecanismos de segurança. O autor aponta para o problema da circulação, a qual é entendida como o deslocamento, como troca, como contato e, que separa as boas circulações das más controlando-as (p.85).

2.2 Quase todos pretos de tão pobres

Nos períodos de 2013 a 2014, como mencionado ao longo desse trabalho, o Complexo da Maré foi marcado pelo processo de militarização, sendo invadido e ocupado pelas Forças Armadas, polícia civil, marinha, dentre outros equipamentos, o que equivalia a um regime de violação de direitos e extermínio da população jovem e negra residente nessas favelas. Alvarenga Filho (2010) salienta que falamos/escrevemos/pesquisamos com os moradores de favela na medida em que compartilhamos com os mesmos, guardadas as proporções de quem não vive o dia a dia da favela, o sentimento de revolta e indignação frente à transformação de suas vidas em *vidas descartáveis*. O autor assinala que ao falarmos sobre a história do extermínio cruel dessa população, que morre pelo fato de ser negra/pobre e/ou favelada, não deixamos de afirmar as histórias que a sociedade sempre está disposta a apagar, pois nessas histórias estão os medos que nos aprisionam, nossas misérias e a maneira pela qual estas histórias nos desumanizam e nos silenciam (p.22).

De acordo com Andrade (2014) uma das soluções encontradas para “resolver” o problema de algumas favelas por parte do governo carioca foi construir Mirantes e Teleféricos, produzir propagandas, novelas com o referido cenário, promovendo o que a autora intitula como um *made in Rio*, ou seja, a favela como um produto ajustado à lógica neoliberal para “gringo ver”. Esta estratégia, comum em favelas da zona sul, tem como objetivo que o povo de favela não seja mais fonte de gastos, como por exemplo, das chamadas políticas públicas de habitação, de saneamento, etc., mas sim de ganho pelas ONGs, pela mídia através do ramo de hotelaria, só para citar um exemplo.

Na medida em que se instaura um governo das condutas, promovendo os “cidadãos empreendedores”, os mesmos passam a estar subordinados ao poder daqueles que regulam as condutas no território, ou seja, a polícia de “pacificação”. Porém, os dispositivos de “segurança e proteção” atuam de maneira diferente no Complexo da Maré, bem como, em outras favelas da zona norte e oeste do Rio de Janeiro. O que o governo objetiva nesses territórios é calar o povo e invisibilizar sua existência no contexto urbano. Não por acaso, a pretexto de “proteção” dos moradores da Maré, foram construídos muros de “barreiras acústicas” segundo os governantes³⁸, ao longo das Linhas Amarela e Vermelha, vias

³⁸ Segundo informações publicadas no site do Jornal do Brasil, caderno Rio, em 13/10/2009, o prefeito Eduardo Paes alegou que o objetivo dos muros é proteger as comunidades do barulho e não aumentar a segurança dos motoristas por causa dos assaltos. E ainda afirmou se tratar de um projeto “democrático”, visto que: “*Não são muros altos. Você tem as pessoas com uma autoestrada passando em frente, com um barulho infernal. E a Linha*

expressas de acesso, como citamos, ao Aeroporto Internacional. Vê-se claramente que o objetivo principal é fazer calar a existência da Maré, o que se passa dentro da favela, não só durante o período do *made in Rio*.



Figura 3 Foto de autor desconhecido. Ocupação militar no Complexo da Maré, em 2014, em uma das ruas principais mais movimentadas da favela. Disponível em: www.paraiba.com.br

Coimbra (2001) afirma que apesar do poderio dos dominantes e dos diferentes equipamentos sociais, como os meios de comunicação - que funcionam para diminuir/inferiorizar e desqualificar os pobres e seus espaços - há lutas microscópicas sendo realizadas, há resistências a essas massivas produções de subjetividades, há objetos e sujeitos sendo criados e inventados (p. 134). Portanto, há vida pulsando entre os considerados "perigosos" que insistem em resistir ao extermínio, ao enquadramento. Afirmamos a perspectiva de que não há ali um indivíduo submisso, mas uma singularidade que se afirma nas resistências ao poder. A autora assinala que, no período da Operação Rio (1994 -1995), os militares defendiam a tese de intervenção no Rio e falavam de "uma guerrilha urbana não ideológica", trocando assim os supostos subversivos de ontem pelos supostos traficantes de hoje (COIMBRA, 2001, p.13).

Amarela é o auge do elitismo. Só tem barreiras nas áreas ricas. Quer dizer que pobre pode ouvir barulho e rico não?"



Figura 4 Foto de autor desconhecido. Foto do protesto “Ato pela vida” dos moradores contra os altos índices de violência por parte da ocupação das Forças Armadas, em 2014. Disponível no site Greenme.com.

A atualização desta “guerrilha” acontece no cotidiano das favelas frente a qualquer tipo de organização de resistência, de revolta por parte da população que rapidamente é associada à desordem, ao vandalismo e ao terrorismo³⁹. Como resposta, são realizadas intervenções truculentas por parte da polícia sob a justificativa de que por trás dessas manifestações estão os “traficantes”. Bem sabemos que se trata de um misto de práticas racistas e fascistas as que constituem as “ações de segurança pública” na cidade do Rio de Janeiro. Somado a isto, podemos destacar o mito da incorruptibilidade das Forças Armadas, que banaliza as chacinas, as torturas, os extermínios diários e os genocídios produzidos nas periferias e na favela a céu aberto respaldado pela militarização desses territórios! Isto aponta para um quadro político preocupante, pois nos dias atuais cada vez mais os problemas da sociedade têm sido resolvidos via intervenção jurídica e midiática.

De acordo com Reis (2015) vivenciamos uma época de grande exploração política do

³⁹ Reis (2015) assinala que na nova reforma do Novo Código Penal Brasileiro há a proposta da inclusão do terrorismo como tipificação criminosa, sendo justificada pelos grandes eventos Copa do Mundo, em 2013, e Olimpíadas, em 2016. A autora ressalta que a disseminação da noção do terrorismo, bem como, sua prevenção está atrelada à uma cultura de vingança que se ampara nos discursos da justiça (p.151).

Em função disso, foi aprovada em março de 2016, ainda no governo Dilma Rousseff, a Lei Antiterrorismo que classifica como ato de terror: incendiar, depredar saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público e privado. Disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/21/aprovada-em-2016-lei-antiterrorismo-permitiu-prisao-de-suspeitos>. Acessado em agosto de 2016.

medo e dos riscos, o que fortalece a necessidade de segurança, produzindo leis, a multiplicação de penas e uma inflação carcerária. Para autora, ao lado do direito de punir se fortalece uma intensa coletiva de segurança. Assim, os dispositivos de segurança passaram de um modelo de tratamento para indivíduos ditos perigosos para outro em que prevalece a regulação do espaço onde vive essa população (p.150). A autora assinala que tanto os aparelhos do Estado quanto as pessoas parecem impotentes face ao contágio dos riscos.



Figura 5Foto de autor desconhecido. Complexo da Maré durante a ocupação das tropas federais (Exército e Marinha), em 2014. Disponível no site Exame.com.

Se algumas favelas estão sendo notadas pelos turistas ou vistas por eles em todos os ângulos através de teleféricos, visitas guiadas, mirantes, dentre outros, a Maré necessita criar possibilidades de resistência, linhas de fuga e construção de política frente às relações de poder, à proliferação das práticas punitivas em um constante “*não obedeço!*”



Figura 6. Foto⁴⁰ do ato realizado por moradores do Complexo da Maré em protesto à morte de dez jovens em ação truculenta realizada pelo BOPE. Disponível em: www.noticias.r7.com.

A ocupação da Maré produziu alguns atravessamentos no projeto, pois com a entrada dos militares e a “retirada” de cena dos traficantes os moradores diziam que o território estava “exposto” às tentativas de “invasões” por parte de facções rivais, como por exemplo, a facção Amigo dos Amigos (ADA). Além disso, pelo menos duas favelas dominadas por milicianos não foram ocupadas – Roquete Pinto e Praia de Ramos - o que facilitava a atuação desse grupo. Este foi o período em que pelo menos a metade dos jovens saíram do projeto com o objetivo de “defenderem” o território, suas famílias e, sobretudo, pela proposta de melhores cargos e comissões três vezes maiores que o valor que recebiam antes no tráfico. Os que resolveram permanecer no projeto - embora resistindo, pois havia muitos convites de retorno às bocas de fumo - apresentavam suas condições de permanência no mesmo, relatando os “esculachos” que sofriam ao serem revistados pelos “periquitos”, como chamavam o Exército, pelo menos cinco vezes ao dia. Nesse sentido, os mais conhecidos pelo cargo que exerciam no tráfico anteriormente, ou pelo tempo que ali permaneceram, acordaram com o tráfico um “esquema” de segurança para seus familiares, filhos e esposas, sendo estes “protegidos” ao retornarem as suas casas após o dia de trabalho ou durante a noite (quando ocorriam os ataques dos ditos inimigos). Em troca, esses jovens poderiam ser acionados pelo dono do morro, caso despontasse o chamado “confronto” entre facções e/ou a polícia.

⁴⁰Para mais informações ver a página: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/ato-encena-mortos-em-acao-do-bope-no-complexo-da-mare-av-brasil-e-liberada-02072013>. Acessada em dezembro de 2015.

Em geral, muitos ouviam dizer que a melhor saída seria se mudar, ir para Baixada, como tantos outros fizeram. Mas, e suas raízes? E tudo o que construíram naquela favela? Em geral, eles já não podiam sequer circular de uma favela para outra nem para visitar familiares ou filhos, que diria deixar suas casas. Uma aposta possível estava na proteção dos “amigos” conhecidos que ainda estavam no tráfico, e na possível corrupção de policiais e/ou militares que negociavam o território com os grupos hegemônicos da região.

Acácio (2013) corrobora que a segurança dos Estados modernos para a defesa da sociedade atua em dois sentidos distintos e que se complementam. Para fora, refere-se a guerras com outros Estados, e para dentro, volta-se para combater o inimigo no território, estabelecendo a “paz” diante da dita guerra civil. No fora, o Estado atua com dispositivo diplomático-militar em contraposição com as negociações de “paz”, enquanto que no dentro, o papel da polícia é garantir a paz (p.33). Para o autor, essa distinção entre o fora e o dentro está cada vez mais dissolvida, na medida em que o Exército é convocado para intervir como um “abre alas”, ou seja, como o precursor da política de segurança de pacificação. Acácio (2013) assinala que vivemos em um governo das polícias, desdobramento da busca por segurança e, por isso, ser um cidadão-polícia, que produz e consome, tornou-se uma condição política necessária para a existência de cada um (p. 35- 36).

Alguns jovens chegavam à sala de aula com seus cadernos rasgados e com marcas de coturnos, camisas amassadas, sujas, trazendo em seus corpos as transformações de suas vidas *em vidas descartáveis* (ALVARENGA FILHO, 2010). Isto nem de perto era o que se passava nos becos das favelas. Portas arrombadas, jovens assassinados nos becos à facadas para não gastar munição, crianças atingidas por balas de borrachas e ruas cinzas de bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta, como anúncio do “toque de recolher”.

Pedro, um dos jovens que foi suspenso e depois desligado do projeto, que cito no diário de campo “*Ao som do atabaque*”, foi preso por militares acusado por “desacato” à autoridade. O jovem, como de costume, circulava pela favela, nos becos cantando *funks* de sua autoria que problematizavam o cenário da favela naquele estado de exceção! Todas as manifestações culturais do povo de favela - de ser favelado e de estar na favela, tais como realização de bailes *funks*⁴¹, eventos com shows, churrascos, jogos de baralhos entre os idosos

⁴¹ No Complexo da Maré acontecem um dos maiores bailes *funks* do Rio de Janeiro, ocupando pelo menos duas ruas principais. Em 2015, como ato de afirmação do *funk* como cultura da favela e da periferia, e diante da saída do Exército e da possível entrada das UPPs, foi realizada uma ocupação cultural, intitulada *AMARÊFUNK*, no Galpão Cultural da Maré . O evento além da apresentação de funkeiros, cantores de funk, trazia a proposta de

nas ruas ou na frente de suas casas eram criminalizadas pelo Exército. O exercício de controle e aprisionamento daquelas vidas era naturalizado e reforçado em nome da “paz” tão aclamada pela sociedade e pelos moradores. Andrade (2013) assinala que na Ocupação do Cantagalo e do Pavão-pavãozinho, por exemplo, os policiais realizavam visitas nas casas, em um processo denominado “limpeza” do território, ou seja, uma prática do estado de exceção com o pretexto de libertar os moradores dos traficantes, permanecendo naqueles territórios até a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora.

Contudo, uma parte da favela esperava a entrada da UPP à espera de segurança, melhores condições de vida, a promessa da entrada de mais serviços públicos de saúde, escolas, o controle do tráfico, etc. Era produzida no cotidiano a docilização daqueles corpos em algumas dessas favelas, como por exemplo, na Vila do Pinheiro e na do João.



Figura 7 Foto: autor desconhecido. Fonte: <http://fotospublicas.com>

No dia do hasteamento da bandeira nacional nas favelas da Vila do Pinheiro e do João, a população daquela região foi incentivada pela corporação do BOPE e pelos repórteres de canais abertos de televisão, sobretudo, a TV GLOBO, a interagirem montando nos cavalos do regimento e de cavalos capturados na “operação”, que pertenciam aos traficantes. Alguns

realização de rodas de conversas sobre a criminalização, sexualidade, segurança pública em diálogo com o funk, Além disso, eram realizadas oficinas de danças urbanas, tais como break e passinho aberta ao público. Informações acessadas em: <http://serurbano.com.br/amarefunk-o-funk-como-cultura-e-resistencia-no-complexo-da-mare>. Acessado em julho de 2016.

destes traficantes foram embora da Maré e outros permaneceram na favela escondidos. Eles ainda atuavam nos locais onde o Exército pouco circulava por conta da dificuldade de acesso. Por esse motivo, alguns dentre os moradores que interagiram com os referidos cavalos, dos policiais ou dos traficantes, ou também que tiraram foto com a corporação militar ou com o BOPE, conta-se que foram torturados, deixados de “castigo”, ou seja, não tinham permissão para sair de casa. Outros desapareceram da região.

Como nos diz Foucault (2008), em sua última aula de 05 de abril de 1978, a polícia regulamentou a maneira como os homens podiam e deviam, primeiro, se reunir e, segundo, se comunicar, no senso lato do termo “comunicar”, isto é coabitar e intercambiar, circular, falar, vender, comprar (p.453). Ou seja, as cidades surgem ao passo em que essas regulações da coabitação e circulação são realizadas pela polícia. E mais ainda, a polícia nesta noção se apresenta como condição de existência da urbanidade. Para Foucault, policiar e urbanizar são sinônimos. A Maré, por sua vez, é forjada pela mídia como um conjunto de favelas carentes, com ausências de iniciativas públicas, sendo um espaço globalmente delimitado por grupos ditos criminosos de diferentes facções, reforçando a mobilização da sociedade civil em prol de intervenções policiais cada vez mais violentas devido a chamada "guerra as drogas". Vemos que as linhas duras neste contexto são linhas de ordem e engessamento (DELEUZE & GUATTARI, 1996).

Não é por acaso que, quando a polícia “ocupa” o território, no dia seguinte entram as barracas da Sky, televisão por assinatura, e a Claro, rede de telefonia, sendo oferecidas para os moradores já que, até então, a favela contava com um consumo informal da “Gatonet”. É importante assinalar que no Complexo da Maré, mesmo em tempos de avanços tecnológicos, há muita dificuldade de que as antenas de operadoras deem sinal, dificultando a comunicação e a articulação política entre os moradores. Em muitos momentos passei por situações de terror por conta da falta de sinal, pois não conseguia me comunicar com os colegas de trabalho para avisá-los que a favela estava em confronto. Entendo essa prática vinculada às *barreiras acústicas*, como forma de calar esse povo e de nos calar e sitiar cada favela que ali surgiu, tornando esses moradores desconectados, embora compartilhem de um mesmo cenário. Estaria ali nascendo o fenômeno de um “Complexo partido”?

2.3 A Maré Vive: produzindo linhas flexíveis e de fuga

Afirmava-se que, em meados de 2014, as Forças Armadas sairiam daquele território, sob a justificativa da ocupação das UPP's - o que não aconteceu. E talvez isso nunca aconteça! Como já foi mencionado, pela lógica neoliberal, o Complexo da Maré nunca possuiu um *status* de uma *favela turística*, que viabilizaria a entrada da política de polícia pacificadora para a exploração lucrativa. Por esse motivo, a Maré configura-se como um território de estratégias ditas ostensivas e, por isso, de atuação das Forças Armadas.

Na última aula, do curso *Segurança, Território e População*, Foucault (2008) diz que a polícia é uma “instituição de mercado”⁴² que exerce, através da regulamentação dos fluxos de mercadorias e pessoas, a urbanização do território. Portanto, como já afirmado, a ação de policiar está relacionada à ação de urbanizar.

O Complexo da Maré é difundido como território de carências e abandono do setor público, embora exista um total de 127 escolas, um Conselho Regional de Assistência (CRAS), um restaurante popular, 17 escolas públicas, sem contar os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Recentemente foram construídos, nove postos de Saúde, possui serviços como agências dos correios e bancárias, só para citar alguns exemplos, da ampliação da favela e da articulação da população na reinvenção do território.

A Maré tem resistido aos processos de “silenciamento”, inventando geração de renda por meio da articulação entre os moradores em um *acontecer solidário*, contrastando com a produção de subjetividades que reforçam que ali seja um lugar de misérias e violência. Como nos fala Deleuze (1992) não há Estado democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação de miséria humana (p.213). É por meio do esforço de habitar a cidade, legitimando sua circulação, que os moradores se afirmam através da produção de capital através do comércio variado, das possibilidades de empreendimentos locais e/ou das novas edificações com crescimento vertical das casas. Portanto, um modo de vida está em plena expansão, e embora haja o fortalecimento da sociedade de consumo, esse dinheiro circula informalmente, pois não gera arrecadação direta de impostos para os cofres públicos em um período de contenção econômica.

⁴² Ao falar sobre a relação entre a circulação de homens e mercadorias, Foucault afirma: “É todo o problema, justamente, desses vagabundos, das pessoas que se deslocam. Digamos, em suma, que a polícia é essencialmente urbana e mercantil, ou ainda, para dizer as coisas mais brutalmente, que é uma instituição de mercado, no sentido bem amplo.” (FOUCAULT, 2008, p. 451).

Alguns jovens do projeto se direcionaram ao trabalho de “ambulantes⁴³”, ou seja, tornaram-se vendedores de comestíveis e bebidas, na região da Linha Amarela e Vermelha como forma de afirmar suas vidas que atravessavam as “fendas” da *barreira acústica*, do muro ali construído, que os cercavam ao longo daquela via expressa. A circulação entre os carros com pretexto de vender suas “mercadorias” apontava para o escape da vida por meio de um drible: “*caminhão tombou, a promoção chegou*” produzindo fendas nas caricaturas dicotômicas sobre a “malandragem”, a “bandidagem”. É comum pensar o trabalho do ambulante tangenciado por uma *expertise* necessária à sobrevivência dos mesmos. Embora, isto também seja por vezes “enquadrado” na lógica do *bom pobre digno*, produzindo subjetividades e associando pobreza à vitimização: “*eu poderia estar roubando, mas...*” Para outros, se trata de lutas mínimas travadas no dia a dia frente ao próprio extermínio realizado pelo Estado e aplaudido pela sociedade dita civil.

O que resta a esses jovens negros e favelados se não ampliar as possibilidades que possuem para sua sobrevivência? O que resta para além do gingado da maré?

Os jovens do projeto em questão diziam que “*trabalhar no asfalto é correria, faça chuva ou faça sol*”, atualizando a todo o tempo “o perigo” e as “delícias” contidas nos encontros em meio aos carros com a polícia/guarda municipal. Entendo esse processo como um dos modos desse segmento habitar a cidade, trazendo as marcas, os discursos e o suor que compõem seus corpos. Alguns na “*correria*”, por exemplo, encontravam os familiares que, geralmente, não podiam ver, pois estes residiam nas favelas de “*facções*” rivais. Trata-se de uma ultrapassagem das relações de poder ali existentes. Pode-se afirmar que há potência nos

⁴³ Pretendo dar continuidade a esta pesquisa no doutorado, discutindo os impactos da política de segurança do Rio de Janeiro na vida destes “ambulantes”, sobretudo, os que circulam nas áreas do Centro, Zona Sul. Trata-se da discussão sobre a produção de práticas arbitrárias de mortes simbólicas por meio do recolhimento das “mercadorias” e/ou prisão desse segmento. Objetivo problematizar a circulação dos “negros/favelados/suburbanos” na cidade como prática de resistência, nos trens, nos ônibus e/ou nas vias expressas, em meio ao fortalecimento das políticas ditas de mobilidade que foram desenvolvidas pela Secretaria de Transportes do Rio. Aponto para a pertinência deste tema que apresentará como questão nodal uma “cartografia” da circulação do negro/favelado, na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos, que merece ser aprofundada. A partir deste contexto, discutiremos como algumas tecnologias de poder, entendidas aqui como escravocratas, são atualizadas e, portanto, ainda se fazem vigentes no cenário sócio-cultural carioca. Por esse motivo, é fundamental discutir sobre o Racismo de Estado, proposto por Foucault (2008) e a força de trabalho e o ócio, a partir do Manifesto contra o Trabalho (1999) analisando suas produções contra as múltiplas formas de resistência na “ocupação” da cidade - por parte do povo preto e de periferia - e, principalmente, por parte dos ambulantes (FOUCAULT, 2008; GRUPO KRISIS, 1999). Questiono-me sobre em que consistem os modos de subjetividade produzidos em torno da “liberdade” e do chamado direito “de ir e vir”, em meio ao atual cenário político? Quais agenciamentos estão por trás dos mecanismos de opressão e regulação dos corpos negros no acesso ao Centro e à zona sul carioca? Seria possível produzir equívocos no senso comum sobre o “dito popular” a partir do qual destaca: *Branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão*? Ressalto que estes corpos, parados/mortos ou em movimento, são sempre alvejados pelos aparelhos de Estado.

encontros da “correria”, pois a partir disto eles podiam refazer outros itinerários, com os afetos, o que lhes possibilitavam criar equívocos na dicotomia ser “bandido/ser trabalhador”. Um dentre os jovens buscou, por seus próprios meios, outros modos de resistência, como por exemplo, o trabalho de fiscal de trânsito. Ele relatou sua experiência no exercício de deixar ou não os carros “irem e/ou virem” na cidade. Embora essas práticas sejam simbólicas, elas produzem movimentos no que se refere à produção de visibilidade⁴⁴ dessas vidas.

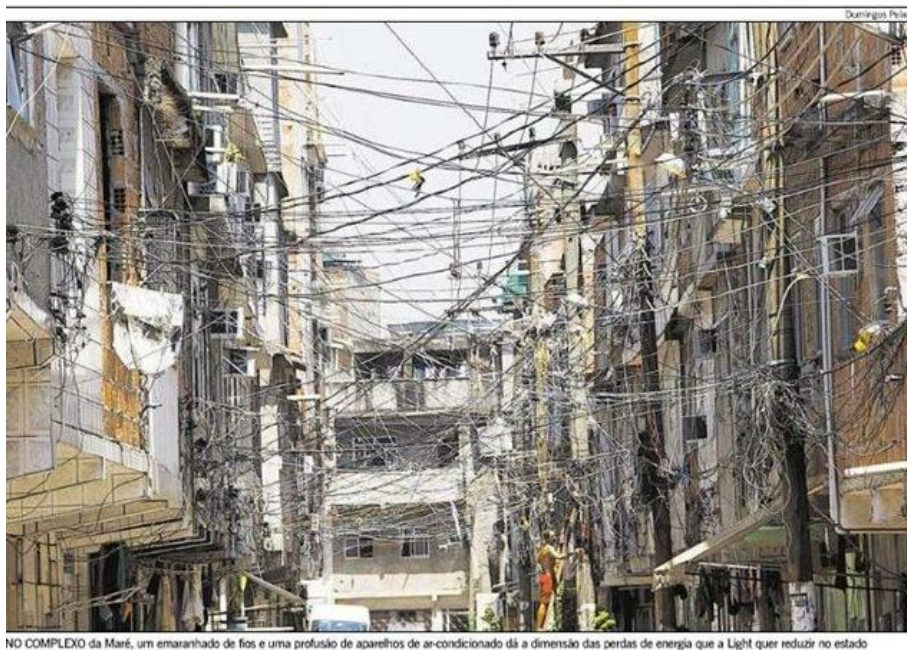
Pode-se afirmar que há um processo de criação, de arte, que insiste em afirmar a vida através de um devir ambulante, mesmo com a produção de arbitrariedades das políticas de “mobilidade” desenvolvidas pela Secretaria de Trânsito do Rio de Janeiro. O que se pretende como estratégia, por exemplo, das passagens de ônibus é expandir a criminalização e dificultar que estes indivíduos que, geralmente, são moradores de favelas e dos subúrbios, acessem a zona sul, onde há o maior contingente de capital circulando. Durante as Olimpíadas de 2016, sediada pelo Rio de Janeiro, fortaleceu-se uma política higienista, de aniquilamento destes ambulantes, sobretudo, nos trens e nas abrangências do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, apreendendo as mercadorias ou realizando prisões dos mesmos, em alguns casos.

Chama a atenção no cenário da Maré, os problemas relacionados ao sistema de distribuição elétrica pela LIGHT. Nas favelas do Complexo, como em tantos outros locais periféricos, há sobreposição dos fios como fruto da informalidade das construções verticais das casas presentes neste território. O emaranhado de fios existentes nos becos da Maré não comporta a distribuição de energia necessária para os moradores, escolas, ONGs e o comércio. No verão, ocorrem constantemente os chamados apagões, falta de luz, que duram dias para retornarem ao funcionamento normal. O corte ou falta de fornecimento de energia, em tempos do avanço das tecnologias das redes sociais, pode ser entendido como uma prática de aprisionamento e silenciamento dos moradores, que ficam restritos às suas casas, à espera da luz para se manterem informados.

É importante ressaltar que na Maré é precário o serviço de cobertura por parte das redes de telefonia. As conexões de “energia” e “virtuais” são, entendidos aqui, como

⁴⁴ Em publicação do Jornal O Dia “As caras do Rio: vende-se amendoim de terno” apresenta como Paulo César, de 33 anos, vendedor de amendoim no elevador de Botafogo – Rio de Janeiro é conhecido naquele *território*. Ele produz história e conexões naquele espaço. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/as-caras-do-rio-vende-se-amendoim-de-terno-1.510827>. Acessado em agosto de 2016.

instrumentos que podem ser também práticas de resistência e criação de um devir artístico existente desde os primórdios da Maré. É a partir dessas articulações de rede, e em rede, que são feitas possíveis rachaduras nas “barreiras acústicas” que objetivam invisibilizar e enfraquecer a população de favela.



NO COMPLEXO da Maré, um emaranhado de fios e uma profusão de aparelhos de ar-condicionado dá a dimensão das perdas de energia que a Light quer reduzir no estado

Figura 8 Foto de Domingos Peixoto. Emaranhando de fios.⁴⁵ Disponível em: <https://jcasadei.wordpress.com>.

Milton Santos (1996) afirma que o homem, ao produzir suas condições de existência, modifica o espaço natural por meio das técnicas (trabalho) e cria uma segunda natureza. Essa abertura possibilita atribuir ao espaço o *status* de “lugar” onde acontece a produção cotidiana da vida, e ao mesmo tempo, quando se criam às condições para sua reprodução (SANTOS,1996). O autor propõe compreender o espaço como “vida que palpita conjuntamente com a materialidade dele”. A partir disto, é empregada a noção de *território usado* entendido como “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, 1996). Assim, a noção “território usado”⁴⁶ ajuda a pensar as relações existentes entre lugar e formação sócio-espacial, sendo tanto resultado do “processo histórico quanto da base material e social das novas ações humanas”. As

⁴⁵ Para mais informações sobre a matéria visitar a página: <https://jcasadei.wordpress.com/2010/03/03/no-morro-da-mar-rj-se-cair-da-janela-no-chega-no-cho/>. Acessado em julho de 2016.

⁴⁶ Para Milton Santos (1996) a noção de território usado diz respeito aos objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Contudo, o autor assinala que esses objetos não nos oferecem senão fluidez virtual, pois a realidade vem das ações humanas que são cada vez mais ações informadas e normatizadas.

contribuições miltonianas (1996; 2000) assinalam que o território usado se constitui como categoria essencial para a elaboração sobre o futuro, já que “o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares” e o lugar seria o espaço do *acontecer solidário*. Assim, o lugar é onde está situada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo, da troca de informação, e, no caso da Maré, da construção política.

Neste contexto, Santos (1996) apresenta a compreensão de “rede” como toda infraestrutura que permite o transporte de matéria, de energia ou de informação, inscrevendo-se sobre um território, onde se caracteriza os pontos de acesso ou pontos terminais, seus nós de bifurcação, comunicação e arcos de transmissão. Conforme suas considerações, como ilustrado na foto acima, o “emaranhado dos fios”, as redes “pontos de acesso” são entendidas também como sociais e políticas, pelas pessoas, pelas mensagens e valores que a frequentam. Sem esses sentidos, para o autor, essa rede seria mera abstração... Assim, a rede apresenta conexidade, ou seja, viabiliza duas estratégias: de circulação e comunicação.

Podemos afirmar que as redes, então, são compostas por fluxos, trazendo consigo movimentos sociais com processos, de ordem e desordem, através de seus nós. Deleuze e Guatarri (1996) falam sobre as linhas flexíveis, que possibilitam variações, desestratificações, e as de fugas que representam desestratificações absolutas, pois elas rompem com os limites estabelecidos. Para os autores, essas linhas não param de interferir umas sobre as outras, introduzindo uma corrente de maleabilidade.

Somos atravessados, sendo indivíduos ou grupo, por essas linhas, meridianas, geodésicas e trópicas que não seguem o mesmo ritmo e não têm a mesma natureza. São linhas que nos compõem. Podemos nos interessar por uma dessas linhas mais que pelas outras(...) Outras linhas passam um “por acaso” de *uma rede* e nunca se saberá por quê. Sem nenhum modelo *nem acaso*, devemos inventar nossas linhas de fuga, se somos capazes disso. E só podemos inventá-las, traçando-as efetivamente na vida (DELEUZE & GUATARRI, 1992, p. 76).

Em maio de 2016, fui a um evento na Maré de comemoração dos 10 anos da Companhia de Teatro Marginal para assistir ao espetáculo “*Eu não uso tênis naique*”, da dramaturga Márcia Zanellato. Era um domingo chuvoso que me convidava a entrar na Maré às 19h da noite, compartilhando a realidade de “insegurança” que muitos moradores e jovens do Projeto têm ao retornar do trabalho para suas casas. Após um ano de tentativas conseguiria assistir aquela peça, que no ano anterior, havia ficado durante três meses no Teatro Gláucio Gil, próximo ao Largo da Carioca, no Centro do Rio. Finalmente, degustaria aquela obra em

meio aos atravessamentos da pesquisa. Não para minha surpresa o balcão de Artes da Maré, onde o espetáculo aconteceria, estava com uma fila de moradores que, como eu, estavam ansiosos à espera daquele acontecimento! Foi uma semana inteira de comemorações por meio de apresentações de peças que retratam o cotidiano da Maré e que transformaram a própria favela em palco. Em resumo, o espetáculo conta a história do encontro entre um pai e filha envolvidos no tráfico, apresentando diferentes momentos da favela desde a década de 1980 aos dias atuais.

O grupo de atores da Companhia Marginal é composto por moradores da Maré que apresentaram práticas de afirmação da vida na cidade, entre os becos, vielas e as portas de suas casas - que já não mais resistem ao peso dos coturnos. Esses atores falaram de suas histórias, rompendo a tão chamada “lei do silêncio” que ocorre na favela: “ninguém viu, ouviu ou falou”. Para alguns deles, uma vez que se transgride essa lei “chega o momento que é preciso partir”. O “partir” da Maré, não é uma ruptura com o território: é um processo de fortalecimento daquele lugar em um constante *retorno ao território*... Assim como eu fiz! Em meio a essas histórias se encontrava a de uma ex-colega do Departamento de Psicologia da PUC-RIO. Conhecemo-nos quando estávamos na graduação. Como moradora da Maré e agora formada, falava sobre sua permanência na Maré como forma de resistência. Ela dizia que mesmo nos “bastidores” também se entrava em cena. Em cada apresentação algo novo se dava, pois se tratava da experimentação, de um acontecimento; de devires artísticos naqueles corpos.



Figura 9. Foto de autor desconhecido. Espetáculos “*Não uso tênis naique.*”
Disponível em: <http://serhurbano.com.br/tag/eles-nao-usam-tenis-naique/>.

Deleuze e Guattari (1996) afirmam que “acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa suscitar acontecimentos, mesmos pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos” (p.218). De fato, a arte tem servido como *linha de fuga*, como explosões entre os jovens e as crianças que ampliam seus modos de ser, sentir, agir e estar em um território produzido como violento. Poderíamos afirmar que o povo da favela, mais especificamente na Maré, tem produzido através da arte o que Deleuze (1992) chamou de *máquinas de guerra*. Para o autor, as máquinas de guerra não seriam definidas de modo algum como guerra, mas como certa maneira de ocupar, de preencher um espaço-tempo, ou de inventar novos espaços-tempos: os devires revolucionários, como também muitos movimentos artísticos são máquinas de guerra (p.212).

Julgo importante evidenciar a capacidade de resistência e problematização nos corpos favelados frente ao governo das condutas e da submissão. Quais seriam os limites e as capturas desses instrumentos de resistências pelas manifestações da máquina do Estado, em tempos de apaziguamento das formas de ser e estar no mundo?

Um coletivo de moradores criou uma página do *Facebook*, rede social, intitulada “Maré Vive”. Não tenho como precisar o período em que a página surgiu, embora tenha entrado em contato com os chamados moderadores da página, buscando esse tipo de informação e também na tentativa de entender em que circunstâncias a página tinha sido criada. Felizmente não obtive resposta. Entendi que isto pode se tratar de uma estratégia da “clandestinidade” necessária à existência desse dispositivo, bem como, daqueles que o compõem. Faço coro com essa luta cotidiana das favelas, fortalecendo o posicionamento político ali presente; por isto, não me ateno a datas, a nomes, a “autores” de manifestações, ou, a qualquer outra forma de saber que possa produzir “inquéritos” sobre essa prática. É através desse anonimato que o referido canal de mídia “comunitária”, que foi criada por moradores de diversas favelas do Complexo da Maré, pode se manter vivo. Atualmente o canal é seguido por mais de 74.871 seguidores, sendo possível acompanhar as notícias compartilhadas pelos moradores sobre o que acontece nas favelas, fortalecendo as práticas de resistência e lutas diante das “intervenções” policiais e/ou das demais orquestradas pelo atual governo Eduardo Paes.

Ressalto que através deste canal de mídia podem-se produzir novas formas de sujeitos de conhecimento, ou melhor, novas técnicas e discursos sobre a Maré, equivocando a lógica

verticalizada de saber/poder oriundo do Estado. Abaixo fragmentos da “apresentação” da página Maré Vive⁴⁷, no *Facebook*.

Nossa política é a de **manter o anonimato** das pessoas que colaboram com a página. **Não divulgamos** o nome ou qualquer outro dado que possa identificar quem colaborou, a não ser que seja da vontade da própria pessoa se identificar. Somos um **espaço plural** e democrático, sempre aberto ao diálogo e com a disposição de crescer e evoluir sempre. (...) Estamos desenvolvendo uma **atividade jornalística** da mesma forma que qualquer outro jornal, revista ou TV faria, mas com a **nossa visão**, sob o ponto de vista da comunidade do Complexo da Maré. É raro surgir um **veículo de mídia disposto a mostrar o lado da favela** e seus moradores, normalmente somos marginalizados e mostrados de forma negativa, mas aqui não! Não temos nenhum posicionamento anti-exército, anti-polícia ou qualquer outro **na hora de noticiar** um fato. Nosso posicionamento é sempre em favor dos moradores, esse sim é **nosso lado** e não temos problema nenhum em assumir isso. Tamo junto, comunidade!
#marévive

Podemos entender que a articulação do “Maré Vive” serve como uma fagulha de esperança para os moradores, no sentido de ampliar e sentir as favelas do Complexo de novas maneiras, implicando um processo de criação estética e de um posicionamento político do favelado. As postagens e publicações que ali circulam marcam as reproduções e as dissimulações do Estado e do governo das condutas. Acredito que por esse motivo, em meados de 2015, a página do *Facebook* foi clonada por meio de um perfil supostamente criado por policiais com o mesmo título “Maré Vive”. Mesmo com poucos seguidores, a referida página produziu um imponente cenário de terror para as vidas dos moradores do Complexo e daqueles que, como eu, trabalhavam ali. Ressalto que os seguidores, moradores da Maré, que acompanhavam a página Oficial recebiam convites de amizade para seguirem essa página e fornecerem informações sobre a favela. Isto produziu muitas confusões e enfraquecimento daquele espaço político.

Não por acaso, no mesmo período, a página do *Facebook* Maré Vive começou a dar

⁴⁷ Além da página do *Facebook*, a Maré Vive também possui um *Blog* e *Twitter* importantes instrumentos audiovisuais que promovem discussões sobre o cotidiano das favelas, sobretudo, da Maré e a sociedade carioca. Disponível em: <https://twitter.com/MareVive> e https://www.facebook.com/Marevive/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info. Acessado em agosto de 2016.

bugs, ou seja, apresentou erro no funcionamento normal, dificultando a circulação das notícias e a luta contra o que estava se dando no campo cibernético. Entendemos essas práticas como agenciamentos e mecanismos de fazer calar a voz do povo da favela. Foram postadas fotos de jovens na “boca de fumo” na referida *página Fake* - ou seja, falsa - com imagens feitas através de satélites e de câmeras escondidas nas favelas, solicitando que os mesmos fossem denunciados pelos seguidores da página. Em algumas publicações havia agradecimentos pela “colaboração” dos moradores da Maré pelos “materiais” ali postados, insinuando uma participação dos mesmos nessa prática. Além disso, algumas postagens enalteciam o “trabalho” da polícia dita de proximidade na cidade do Rio de Janeiro.

Aquele foi um momento bastante delicado, pois nas ONGs recebemos recomendações nos proibindo o uso de telefones celulares na rua ao sair dos estabelecimentos fechados sob a justificativa de “segurança”. Faz-se necessário ressaltar, que os “integrantes” do tráfico do local estavam acuados, pois por se tratar de uma “articulação difusa”, não se sabia quem produzia aquelas postagens ou fotos. Cabe salientar que, em tempos do crescimento do acesso à internet, bem como das *redes sociais*, a polícia e os traficantes se utilizam do espaço virtual para atuar no controle e regulação das vidas presentes naqueles territórios. Portanto, há a prática de vigilância também no espaço virtual, por parte desses segmentos. Por esse motivo, circulavam na Página Oficial publicações com cunho ameaçador.

Em algumas favelas é comum que torturas e assassinatos sejam exibidos no espaço virtual como forma de aterrorizar os moradores, quer seja pelo *Facebook* ou pelo *WhatsApp* que é um aplicativo de celular para troca de mensagens. De acordo com Foucault (2005), há uma forma de punição ao nível do escândalo, da vergonha, da humilhação de quem cometeu uma infração e que consiste em fazer com que o dano não seja cometido de novo. Embora com péssimas condições das redes de telefonia, como mencionado, não podíamos utilizar o telefone com o pretexto de que qualquer pessoa poderia estar fazendo aquelas publicações e/ou organizando aquela página. Com medo de sofrerem represálias do tráfico, os moradores que sustentam a página Maré Vive rapidamente entenderam que se tratava da prática do “fazer calar”, de um possível desmonte, por parte desses policiais. Assim, naquele momento, realizou-se um movimento de lutas e resistência frente aquelas práticas que produziam desconfiança, rompimento com os códigos preexistentes no contexto das favelas.

Na favela quem é “dedo duro”, ou seja, denunciante, vai para a cova após ser torturado. O clima de tensão seguiu pelo menos por duas semanas. Alguns funcionários, que,

como eu, morávamos fora da Maré, já haviam sido interceptados pelo tráfico, tendo que mostrar o conteúdo de seus aparelhos de celular e comprovarem que não haviam feito fotografias no interior da favela, o que é proibido em qualquer circunstância se não for autorizado pelos mesmos. Como forma de resistência a essa prática, eu utilizava meu celular em qualquer espaço da favela mesmo com medo. Há uma “conduta” que rege o ato de fotografar, há um corpo que se inclina para tal mediado por toda uma preparação. Meu corpo ali era outro, era o corpo da mulher negra que também sofria as consequências daquele extermínio simbólico que presenciávamos. Entendemos que o recurso audiovisual tem nos servido como espaço de articulação e luta, de arma potente, de desconstrução da dissimulação dos aparelhos do Estado. Em tempos tão difíceis não podemos nos calar ao intolerável e, por esse motivo, nossa militância também precisa ganhar forma e contorno no espaço virtual.

“Demorou-se” a entender que aquelas fotos e vídeos possuíam alta resolução e ângulos aéreos muito específicos, ou seja, incapazes de serem feitas por moradores. Entretanto, os moradores resistiram a essas práticas de silenciamento, entendidas aqui como forma de retaliação, tanto por parte do tráfico como do grupo responsável por criar a página *fake*:

Maré Vive⁴⁸

16 de dezembro de 2015 · [Rio de Janeiro](#) ·

Entre *bugs e fakes* a gente conseguiu começar a fazer uma limpa nas nossas ferramentas de comunicação. Ufa! É um processo. O dia foi beeeeeem longo. Que trabalhão galera. Nesse calor, com essa internet lenta, fazer comunicação popular não é pros fracos!! Ainda mais quando tem vários olhos de “tandera” ai secando legal o nosso trabalho. Só o sangue do cordeiro, oração, mandinga, reza...

É no sol, é na chuva, no calor, debaixo de tiro, na festa, na rua, na laje, de manhã, de tarde, de noite, na madrugada.. a gente tá em todas. Cês tão ligados, né? Isso incomoda muita gente. (...) No ar há 1 ano e 8 meses mais ou menos, o Maré Vive é popular e a gente sabe da importância do trabalho que desenvolvemos pra comunicação popular favelada.

Contem conosco, porque nós, contamos com vocês. Aproveitando, voltamos a afirmar que o Maré Vive só se comunica pela página no Facebook e pelo e-mail canalmarevive@gmail.com Boa noite!

A permanência do Maré Vive afirma a resistência à produção de apaziguamento dos corpos nas favelas e às tecnologias de poder que produzem formas de submissão e sujeição

⁴⁸ Fragmento foi extraído da página Oficial do *Facebook* do Maré Vive. Disponível em: <https://www.facebook.com/Marevive/?fref=ts>. Acessado em agosto de 2016.

das subjetividades. Pode-se afirmar que a página do Maré Vive, serve, portanto, como a experimentação de uma vivência crítica sobre as relações de poder presentes na favela. A Maré Vive, bem como a página Favela Fiscal⁴⁹, se propõe a construir espaços para o fortalecimento da existência da favela e de sua arte, desconstruindo o achatamento que dá contorno à lógica da “comunidade” aclamada pelos governantes. Na referida página, há a provocativa “fala morador”, rompendo a docilização de corpos favelados antes acostumados a serem calados, propondo a voz cáustica, trágica e engasgada frente ao intolerável. Um analisador importante é que este acontecimento deu origem a uma matéria exibida pelo Jornal *Balanço Geral*⁵⁰, da Rede Record de televisão, denunciando os próprios traficantes como autores do referido perfil *fake* que os fragilizava. É importante assinalar que o referido veículo de comunicação é direcionado ao povo da favela e da baixada, fortalecendo as ações contínuas do BOPE, do Exército e das UPPs sob a justificativa da chamada pacificação para a sociedade “civil”.

As práticas de extermínios naturalizadas e direcionadas às favelas do Complexo da Maré por parte do Exército, da Polícia Militar e do BOPE, naquele período de 2015, começaram a sofrer os impactos das articulações dos moradores em suas lutas cotidianas.

2.4 Do “zelo” postal ao devir revolucionário

Dizem que finjo ou minto

“Dizem que finjo ou minto
Tudo que escrevo. Não.
Eu simplesmente sinto
Com a imaginação.
Não uso o coração.

Tudo o que sonho ou passo,
O que me falha ou finda,
É como que um terraço
Sobre outra coisa ainda.
Essa coisa é que é linda.

Por isso escrevo em meio
Do que não está ao pé,
Livre do meu enleio,

⁴⁹ Favela Fiscal é outro espaço de discussão sobre o cotidiano das favelas do Complexo da Maré, com um pouco mais que 3.000 seguidores. A Maré Vive e a Favela Fiscal são páginas voltadas para este fim e, portanto, entendidos como espaços políticos que se apoiam e articulam.

⁵⁰ Disponível em: <http://tv.r7.com/record-play/rio-de-janeiro/balanco-geral-rj/videos/pagina-falsa-em-rede-social-denuncia-acao-de-trafficantes-no-complexo-da-mare-15102015>.

Acessado em agosto de 2016.

Sério do que não é,
Sentir, sintá quem lê! “

(Fernando Pessoa, Cancioneiro, 1934)

Havia nas favelas do Complexo a atualização do modo de esquadrihar aqueles corpos, agora pelos militares que faziam dali seu *habitat*. Muitos daqueles militares eram jovens que estavam iniciando a carreira militar e, por vezes, mal conseguiam suportar o peso das armas e granadas que traziam amarradas em suas vestimentas. Eles eram em sua maioria negros, ao contrário do que vemos, geralmente, na corporação do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Isto aponta para um dos mecanismos do Estado que é utilizar o conhecimento desses jovens, que em sua maioria, também são moradores de favelas ou dos subúrbios. Por esse motivo, torna-se mais útil a naturalização da matança “mútua” entre esses jovens negros que, de um lado, “escolheram” o chamado caminho do mal e de outro, que estão a serviço, do bem, do Estado.

Certa vez, em um seminário, ouvi um policial negro reproduzir esse tipo de discurso: “também fui criado em favela e sou filho de mãe solteira, mas eu escolhi o lado certo...eles, os “bandidos”, são como eu, preferiram a bandidagem”. Uma vez que este discurso circula nesses estabelecimentos, entre policiais e/ou militares, produz subjetividades que fortalecem a lógica do extermínio entre os “iguais” através do “cumprimento” de ordens, Assim, quem mata é o “sistema”.

Os moradores da Maré começaram a se organizar, questionando e escrevendo um Manifesto⁵¹ de repúdio contra a invasão militar no Complexo da Maré. O referido Manifesto circulou em *Blogs*, em mídias alternativas, na Página do Maré Vive, dentre outros ganhando força e visibilidade. O acontecimento disparador, principal, foi o “mandado coletivo”, autorizado por juízes, para que os militares e policias pudessem entrar/violar qualquer casa das favelas do Complexo da Maré. Abaixo o fragmento do Manifesto:

Há 50 anos do golpe militar é mais do que preocupante a promoção midiática do uso do exército para oprimir. É inaceitável o uso da força bruta para construir uma cidade em que prevalece o enriquecimento de poucos. É inaceitável que governantes estejam preocupados muito mais com uma Copa do Mundo a ponto de priorizar e de gastar valores absurdos da

⁵¹ O Manifesto de repúdio foi publica, na íntegra, também na página do Maré Vive em abril de 2014: <https://www.facebook.com/Marevive/posts/664609520241170>

verba pública, no evento que durará um único mês (...). Em vez de melhorar o que nas favelas já construímos, continuam vindo para destruir, para remover, para torturar e para matar. Sentimos no dia-a-dia, o quanto este projeto de cidade que nos impõem está podre. Horas e horas em engarrafamentos, em meios de transporte caros e miseráveis, na destruição de milhares de casas, na perseguição violenta de moradores em situação de rua, muitas vezes expulsos de favelas com UPPs, nas torturas e nos assassinatos cometidos por agentes do Estado – a lista é longa sem falar como sentimos que o projeto de cidade⁵² (...). “Não queremos este projeto de cidade e ainda menos aceitamos que ele seja garantido através da invasão das tropas nos nossos bairros”. Não deixamos de lutar por uma Maré e um Rio sem opressão e violência. Chega de apontarem suas armas para nós! Não à “ocupação” militar da Maré e de qualquer território popular! Não às torturas e às mortes nas favelas!

Saliento que a prática de um “mandado coletivo” viola a Constituição Federal e, portanto, os direitos daqueles moradores, configurando um estado de exceção atualizado por práticas de repressão que há décadas são utilizadas pelo Estado.

Embora outras práticas de resistências dos grupos sociais, dos coletivos de moradores, dentre outros, tenham circulado na mídia através de notas de repúdio e manifestos, antes e durante a chegada das forças do Exército, gostaria de destacar uma carta⁵³ de repúdio à militarização da Maré publicada na página do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. A carta escrita por uma moradora denunciava uma prática do Exército que naturalizava a circulação de um “gibizinho”⁵⁴, intitulado *Recrutinha* com a chamada “Exército Brasileiro – braço forte, mão amiga”, distribuído em escolas e ONGs das favelas da Maré. Tal prática aponta para o fortalecimento do “poder pastoral”, que com o pretexto da aproximação da polícia/Exército com aquelas crianças ditas carentes, objetiva conduzi-las, aprisioná-las, moldando um determinado modo de elas agirem, pensarem e existirem no mundo de acordo com a lógica neoliberal de produção. Portanto, tornando-as úteis a partir da lógica neoliberal presentes nas ONGs e no governo. A produção, em torno da distribuição

⁵² O referido projeto é o “Somos um Rio”, executado pelo governo Eduardo Paes (2008 -2016), cuja principal justificativa foi concentrar sua gestão na implantação de corredores viários na cidade, visando receber a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), “ampliando” a capacidade de circulação da população carioca. Pode-se afirmar que projeto “Somos um Rio” não passou de um conjunto de mecanismos de repressão tangenciado por uma política higienista e de fortalecimento dos processos de exclusão, tendo como foco as áreas do Centro e da zona sul, bem como, as de maior concentração dos segmentos de periferias na cidade. O que se pretendeu neste governo foi limpar a cidade, exterminando as *vidas descartáveis* (ALVARENGA FILHO, 2010).

⁵³ Anexo V.

⁵⁴ Anexo VI: Capa do “gibi” *Recrutinha*.

desses gibis, é a chamada prática de “prevenção normalização” das vidas, no sentido de impedir o surgimento de possíveis marginais, “cuidando” e produzindo corpos infames; ou seja, os que “não falam”, que não se “manifestam”. Por isso, elas estão predestinadas à correção, ao longo da vida, do *braço forte e da mão amiga*, dando conta daquilo que a chamada família carente e “desestruturada” não daria.

Isto é visto na justificativa para o surgimento de ONGs que produzem “atividades” direcionadas à infância “das favelas”, tornando-a não mais um “problema” para o governo, mas, ao contrário, algo lucrativo e ajustado ao capitalismo. Pois, por meio da gestão do meio e do tempo, a liberdade dessas crianças e adolescentes da favela vai se tornando cada vez mais cerceada pelo pouco tempo livre que lhes resta para além do “cumprimento” das atividades que os projetos sociais lhes oferecem, cuidando para que sobre pouco tempo para o “ócio”; ou seja, para a vadiagem pelos “caminhos errados”. Assim, da mesma maneira que ser “trabalhador digno” é uma produção de linhas duras para “manter-se vivo” na favela, ser “criança” de projeto, bem como estar na escola, também pode ser entendida como uma das formas de sobrevivência para essas crianças no território em questão.

Vale ressaltar que o conteúdo do *Recrutinha* exaltava o Dia do Soldado, enaltecendo o quanto o Exército Brasileiro contribuiu para a “luta e democracia” e pela “paz” no mundo. Este processo de promoção de “atos heroicos” objetivava naturalizar a invasão militar no contexto das favelas da Maré, inclusive, ao ensinar as crianças a “montarem” seu blindado guarani através de desenhos “lúdicos” do gibi. Com o pretexto da “aproximação”, era comum o pedido dos comandantes para que sua corporação, ou seja, “seus soldados” pudessem participar das “atividades” de esporte, por exemplo, oferecidas por algumas ONGs da localidade. Isto, felizmente, era recusado sob a justificativa de que as aulas de esporte eram direcionadas para as crianças e, portanto, o “conteúdo” não seria “apropriado” para soldados. O que no fundo se pretendia à duras penas era que aquele espaço fosse preservado, pois as crianças eram submetidas a experimentar aquilo que Passeti (2006) define como a transformação das favelas em campo de concentração a céu aberto. Entretanto, outras ONGs se disponibilizaram a fazer o papel de “ponte intermediária”, promovendo “diálogos”, fóruns, rodas de conversa, entre morador e policiais ou militares. Isto, além de docilizar aqueles corpos favelados, só produzia a ilusão de que a dita ocupação ocorreria de forma “pacificada”.

Acácio (2013), em *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*, no que se refere a tornar-se estranho aos controles, assinala que:

“As políticas de contenção passam por metamorfoses, segundo a composição das forças em luta na história. Analisar essas metamorfoses é também combatê-las. Nesse momento, noto que entrei num combate que há muito está sendo travado contra mim. Se as metamorfoses das tecnologias de poder se efetivam de maneiras diferentes, as práticas de surrar, bater, supliciar, conter, encarcerar, prender, sufocar, amansar, segurar, assegurar, vender trocar, matar crianças e jovens que não se adaptem ao esperado que não são o que querem que sejam, permanecem as armas para a manutenção da ordem (p. 207)”.

Segundo o autor, todos os lados cercam sem cessar os pequenos, para que assim nada seja mudado, ou seja, para que as coisas mudem conforme o esperado. Minha experiência ao presenciar esses agenciamentos não é a mesma apresentada por esse autor; porém saliento que embora haja metamorfoses das políticas de contenção, ainda eram muito naturalizadas as práticas dos “esculachos” de jovens que estivessem fumando maconha ou que, de alguma forma, fossem interpelados sempre de forma hostil pelos militares por “fazerem” algum comentário ou “olharem” de forma dita desrespeitosa. É necessário lembrar que estamos falando o tempo todo de militares negros com a mesma faixa etária dos jovens moradores que eram revistados diariamente. Pode-se afirmar que essas metamorfoses de contenção também são vivenciadas por esses indivíduos, porém de outras formas. Pois, através da servidão do governo, eles são dobrados para uma sobrevida, que é entendida aqui como recodificada pelas tecnologias de poder.

Certa vez presenciei um grupo de crianças correndo entre os becos após chamarem os militares de *viadinhos verdes*. Elas eram velozes e se escondiam entre os becos e subiam para as lajes das casas, mesmo quando atingidas por balas de borracha. Presenciei a cena de militares lançando gás lacrimogêneo contra aquelas crianças e os moradores saindo de casa para dar retaguarda a elas. Elas gingavam de forma potente. Em outra ocasião, fui parada por um dos moradores por conta de uma chuva de cacos de vidros que caía do céu, em meio aos emaranhados dos fios, objetivando retirar os militares que entravam na casa dos moradores para revistar. Era preciso que todos saíssem dos becos, pois dezenas de garrafas eram lançadas e quebradas no ar “anonimamente” e, quando chegavam ao chão, formavam um tapete cortante. Eram anônimas, pois ninguém sabia de onde elas vinham e, tampouco, se podia olhar para vê-las. O “jogo das garrafas quebradas” dobrava os corpos dos militares no encontro com as “peraltices” de “menores” ditos “bandidinhos”. Mas, para aquelas crianças, a brincadeira era séria, era a luta pelo território com as armas que possuíam, pois alguns militares já haviam ficado cegos em uma dessas situações. Era o modo como aqueles

pequenos corpos negros experimentavam o “não obedeço”, produzindo uma batalha pela vida ao entrarem em choque com as relações de poderes ali presentes.

Entretanto, outras crianças e adolescentes eram tocados pelo Estado na ida à escola, pois lá a presença do Exército era permanente e naturalizada. Ora, a corporação levava médicos e dentistas para prestar “assistência” à população, faziam ações ditas de cidadania, retirando documentação e “regularizando” a situação de jovens que ainda não haviam se alistado no Exército. É importante frisar que o alistamento militar é obrigatório para os jovens, do sexo masculino, com 18 anos completos. É importante problematizar que a irregularidade junto ao serviço militar é algo que impossibilita o jovem retirar os documentos: de Título de Eleitor e Certificado de Pessoa Física (CPF) e, portanto, o impede de encontrar trabalhos ditos formais, pois esses documentos possuem informações fundamentais para se assinar a Carteira de Trabalho. No projeto, esta situação entrava no circuito das “pendências” documentais e que se fosse complexa para ser resolvida tornava-se um requisito para o “corte da bolsa” ou, mesmo, para o desligamento dos jovens. Naquela prática, supracitada, os militares “pescavam” dezenas de jovens, com o “perfil” para servir à “pátria”, que eram encaminhados para realizar o referido alistamento. Identifico a partir do campo da minha prática, que há uma ilusão, quiçá a esperança por parte de alguns daqueles jovens negros e favelados, de conseguirem melhores condições para seus familiares ao seguir a “carreira militar”, fazendo parte do Exército Brasileiro.

Creio que esta análise mereceria um aprofundamento sobre as tecnologias disciplinares da Sociedade de Controle voltadas para a fabricação dos ditos normais, naturalizando a “internação” de centenas de jovens nos alojamentos militares. Alguns jovens do projeto tinham as referidas “pendências”, pois estavam impedidos de ir ao local onde o alistamento era realizado por conta das “facções” rivais que ali atuavam. Outros jovens que tiveram a experiência de servir o Exército, tendo aprendido lá, segundo eles, estratégias de “tomar” e invadir territórios, eram mais assediados e abordados pelo tráfico. Eles diziam ter um “valor” maior que era justificado pela “disciplina” aprendida e, principalmente, pelo conhecimento sobre a “arte de guerrilhar”, ensinadas naquele estabelecimento.

A PULSEIRA DE ANDRÉ

No período precursor a chamada ocupação dos militares, um dos jovens que chamarei de André, de 23 anos, entrou no projeto já sob monitoramento da Vara de Execuções Penais (VEP)⁵⁵. Ele tinha consigo o que chamamos de pulseira, ou seja, uma alga de monitoramento que registrava cada um de seus passos. Por conta do terror difundido no Complexo e com o novo contrato criado pelo diretor da ONG que dizia que todo jovem assistido pelo projeto que estivesse com “pendências” junto à justiça deveria regularizá-las com a ajuda da advogada do estabelecimento e, por outro lado, aqueles que estivessem com advogados “ficha suja”, os que frequentemente defendiam processos dos “traficantes”, deveriam se desvencilhar dos mesmos. É comum que o tráfico financie ajuda jurídica para alguns “soldados”, dependendo do cargo exercido, além de “assistência” financeira à esposa, filhos ou familiares durante o tempo de detenção do mesmo. De acordo com os discursos dos jovens, eles “ajudam” a “manter” a casa em ordem, mas tratava de possibilitar que, mesmo dentro dos presídios, estes jovens tenham a ilusão de serem “ajudados”, quando na verdade são úteis aos interesses das facções que também atuam fortemente dentro das cadeias.

A partir do referido “decreto/lei”, do diretor da ONG, sob a justificativa de ajudar aqueles jovens a estarem em dia com a “justiça”, muitos foram desligados do projeto por não “acreditarem” naquela oferta, por exemplo, pelo trabalho realizado pela advogada. Outros, não conseguiam se desvincular do advogado que era pago pelo tráfico, pois ele ganhava um valor significativo através de um determinado número de processos que defendia. Por isso, os advogados diziam não poder perder os processos, ou melhor, o dinheiro, a não ser que a desvinculação fosse autorizada pelo “chefe” do tráfico. Isto era arbitrário, pois os jovens não podiam ter contato com seus antigos “empregadores”. Como a solicitação para a saída dos advogados pagos pelo tráfico ocorreria? Quando os jovens articulavam entre si formas de driblar essa “lei”, relatando que não assinaram isso no contrato, os mentores eram orientados a responder que ter um advogado pago pelo tráfico também era uma forma de estar “envolvido” com o tráfico. A resposta dos jovens para essas

⁵⁵ A VEP é responsável por gerir processos cujo indivíduo está sob a passagem de regime fechado para semi-aberto ou aberto, ou vice-versa. Esta Vara deveria ser “responsável” por administrar o cálculo das penas dos processos. Entretanto, como a maioria dos aparelhos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio, conta-se com uma precariedade na feitura desta competência.

pendências era imediata: com quem deveríamos contar? Com a justiça que coloca defensores que mal explicam o que está acontecendo? Quem nos defende? Estes questionamentos desnudavam o que aquela nova/velha prática pretendia: “livrar-se” daqueles que, por esse motivo, se distanciavam da lógica da “conversão social”, colaborando para o processo de preparação do território para a chegada das UPPs. Naquela ocasião, o anúncio da entrada das UPPs era o mesmo que a morte para alguns dos jovens. O que lhes restava era a saída do território, a fuga, a conversão religiosa ou docilização de seus corpos em ONGs, por meio, da aceitação de um discurso moral. Vale ressaltar que a advogada se ocupava das questões jurídicas do estabelecimento, impostas como prioridade, tendo que dispensar um curto período para atender questões criminalísticas evidenciadas pelas situações dos jovens do projeto. Isto lhe causava muita indignação, pois o coordenador acordava situações com os jovens que a advogada não poderia realizar, ou não era comunicada, produzindo uma situação de constante fragilidade desta profissional no projeto com relação os jovens que naturalizavam a “precariedade” e escassez dos serviços jurídicos nos territórios da favela. É notável que a relação desses jovens, quando presos, é de total alienação sobre o andamento de seus processos. Não para minha surpresa, me deparei com o cenário de poucas ONGs que oferecem esse tipo de “assistência” naquele território.

Foi neste contexto que o jovem André, sem assistência nem mesmo do tráfico, acusado de ter cometido um assalto no Centro do Rio, resolveu se “apresentar” à “justiça”. Ele estava tomado pelo terror e o medo de ter sua vida na ponta da faca ou de um projétil. Segundo ele, aquela pulseira não pesava mais que os olhares que recebia na favela por um crime que não havia cometido. Dizia que já havia cometido outros assaltos, mas aquele não! Mas, a vítima dizia que o ladrão era um preto. Ele estava por aquelas bandas, como alguns policiais lhe disseram, “estava no local errado e na hora errada”, então “rodou” – foi preso! Com a decisão da “entrega”, no projeto havia um clima de muita dor e angústia por parte de outros alunos e dos profissionais. Fizemos encontros com os grupos de jovens que questionavam a vontade de André de se entregar – “de dar pérolas aos porcos” como diziam. Foi duro e ainda é difícil falar disso. Mas, aquele jovem em meio ao devir animal/carangueijo, andando para trás, falava dos sonhos que tinha em fazer teatro, “fazer arte” com o corpo, mesmo ao se aproximar das obscuridades massacrantes,

contidas no sistema penitenciário.

Eu passei dias e mais dias pensando como poderia “estar com” ele naqueles dias que seriam tão sombrios. Em meio ao discurso moral e religioso, alguns mentores se propuseram a estar com aquele jovem em breve. E não para minha surpresa, isto aconteceu. Foram articuladas algumas ações junto ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, evidenciando a situação do jovem. Em outras palavras, a instituição “jovem de projeto” tem seu poder na relação com o âmbito jurídico, não apenas no interior da favela, formalizando que aquele aluno tinha prestígio naquela ONG. André era um jovem lindo, sendo querido por todos do estabelecimento, era bastante expressivo, por isso sempre era convidado a participar das entrevistas com os financiadores. Isto posteriormente tornou-se um ritual quase que catártico para muitos jovens que eram “convocados” para sessões de entrevistas/interrogatórios no sentido de replicar o projeto para “mudar a vida” de outros. Eram feitas promessas dentro da perspectiva do sonho que cada um desses jovens trazia consigo.

Os profissionais moradores diziam que André sempre foi um menino forte, pois cedo perdeu a mãe sendo criado com o irmão mais novo pela avó, que por sinal não aguentaria as humilhações pela qual passam as mulheres para visitar seus pares na cadeia. Este discurso produzia a naturalização do sofrimento da vida daquele jovem, ou seja, quanto mais sofrida a história do jovem, melhor para se alcançar financiamento. O sofrimento tornava-se mercadoria.⁵⁶ Enquanto os mentores faziam promessas de visitar aquele jovem, percebendo que o mesmo gostava de escrever e ler livros, eu propus que continuaríamos nossas conversas por meio de cartas. Ele prontamente concordou e então conversamos sobre os desafios e implicações disto, por conta do tempo da chegada dessas cartas e das adversidades que um dispositivo “escreva um carta para mim...” poderia produzir.

A escrita de André foi potente, mesmo com toda a anulação da vida que era produzida naquele local. Aquela escrita afirmava a vida daquele jovem que relutava

⁵⁶ Ressaltamos a lógica da produção de sofrimentos, ou seja, de “vítimas”, naquele estabelecimento; quanto mais dolorosa fosse a história do jovem maior seria o valor de sua vida enquanto mercadoria para os financiadores. Muitos destes jovens entenderam este processo e começaram a se oferecer para participar dessas entrevistas, contando histórias cada vez mais tristes, tornando a ONG “rendida”, pois a partir disto negociam seu próprio “preço” quer por coisas que queriam, quer fosse a troca de passeios, ou mesmo, a agilidade em alguns serviços para retirada de documento, entre outros. O mais interessante que eram “benefícios” que eles pediam que fossem compartilhados também com o grupo.

em tornar-se um “morto-vivo”. Ele trazia naquelas palavras “um pouco de ar”, como minha orientadora Cecília Coimbra costuma falar. Não pretendo evidenciar o que havia naquela escrita, mas vi ali coragem do salto, a fuga de “vir para fora” e a urgência da vida para além daquelas grades. Este processo de escrita durou o período de 12 meses, tempo que o jovem ficou preso. As minhas cartas, de acordo com o jovem, demoravam a chegar, às vezes, sujas e furadas por conta da violação feita pelos agentes penitenciários que vistoriavam o conteúdo das mesmas. No projeto, os profissionais queriam saber o conteúdo das minhas cartas, tentando não apenas quebrar o sigilo, mas buscar neste dispositivo “escreva para mim” os recursos que André encontrava para a sua sobrevivência naquele local... Então passei a perceber os fragmentos daquela escrita, como algo revolucionário, que o jovem direcionava à equipe, presenciando o barco ruindo, saindo da rota inicial governada pelo capitão... Por vezes, recebia duas cartas seguidas do jovem sem que o mesmo recebesse qualquer uma das minhas. Sua última carta chegou após sua saída do presídio, apontando os mecanismos de aniquilamento das subjetividades daquele jovem.

No período da prisão, a advogada e dois mentores defendiam na ONG que seriam responsáveis por levar a “custódia” ao jovem, uma espécie de um conjunto/kit de materiais de higiene para o detento. Contudo, os materiais voltavam, pois não eram aprovados para a entrada no presídio. Isto fez com que acreditássemos que não estávamos “preparando” a custódia de forma correta. A cada vez que os mentores e a advogada retornavam dessas entregas sem as efetuar, um clima de muito desânimo se instaurava, pois o jovem estava sem o material básico para seu conforto. Não éramos nós que não fazíamos corretamente o preparo da custódia, eram todos aqueles rituais de preparo, e, entregas falidas, que faziam parte dos agenciamentos do poder soberano que acompanha a biopolítica. Posteriormente, entendemos que esta era uma das práticas de humilhação e suplício direcionadas aos presos recém-chegados à penitenciária, como forma de dar “boas-vindas”.

Diário de campo, novembro de 2015.

Naquele período a ONG fez uma parceria com uma psicóloga, oferecendo um espaço terapêutico particular para todos os profissionais do projeto que estivessem interessados em fazer terapia. A profissional, “terapeuta”, nada sabia sobre o projeto e, portanto, não tinha

ligação com o estabelecimento para além daquele “convênio”. Alguns dos mentores estavam cada vez mais “deprimidos”, ou melhor, entristecidos, relatando insônia que duravam dias, irritabilidade e desânimo na realização do trabalho do projeto. Entendo que o “adoecimento” daqueles corpos apontavam para os “vacilos”, os equívocos que os mesmos apresentavam quando colocavam em curso ordens do diretor/coordenador. Diante disto, posso afirmar que algumas daquelas práticas da mentoria tornavam-se intoleráveis. Seria possível um corpo “suportar” o intolerável sem adoecer?

Uma das mentoras se propôs a visitar aquele jovem (André), pois a parenta mais próxima dele já tinha uma idade avançada. Fez isso também por conta de ter sido contrária à referida “entrega” do jovem, apoiado pela ONG. Posteriormente, essa mentora foi descartada pelo projeto por conta do seu discurso religioso, anteriormente, mencionado no diário de campo “O Sacrifício”. Contudo, os encontros, através das visitas, da referida mentora a André, evidenciaram a possibilidade de uma amizade, da possibilidade de construção de um cuidado entre mentor e aluno, para além de uma lógica capitalística.

Embora, a ONG tenha se servido desta “disponibilidade” da mentora, lembrei-me do poema de Fernando Pessoa (1966), *com tal falta de gente coexistível, como há hoje, que pode um homem de sensibilidade fazer senão inventar os amigos, ou quando menos, os seus companheiros de espírito?*. Aquela mentora fazia uma autocrítica, questionando-se se faria aquelas visitas outra vez, até mesmo para seus próprios filhos, relatando a humilhação que passava ao se submeter às revistas íntimas⁵⁷. Às vezes, ela procurava-me apenas para “desabafar”, aliviar as vivências experimentadas a partir daqueles processos que atentam contra a dignidade humana dos corpos de qualquer mulher.

A UPP não entrou na Maré e André foi “absolvido” após “aguardar” 12 meses, sua possível pena. Ao final, foi “inocentado”, pois a vítima do assalto não tinha certeza se ele era mesmo o autor do crime, pois poderia ter sido outro “preto qualquer”. André fez parte da população expressiva dos presos provisórios, isto é, aqueles que ainda não foram julgados e que permanecem no sistema penitenciário, aguardando o julgamento.

⁵⁷ Em abril deste ano de 2016, foi aprovada a Lei 13.271/2016 que veda a prática de revista íntima em empresas públicas e privadas, inclusive presídios. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13271.htm. Acessado em agosto de 2016.

A revista íntima é definida como um conjunto de práticas de revista ditas como necessárias a prevenção do uso por parte de mulheres - seja companheira ou familiar do preso - do próprio corpo como transporte de drogas, celulares, dentre outros, objetos proibidos pelos presídios. Assim, elas devem ficar nuas, se agacharem ou saltarem para a identificação de qualquer objeto escondido dentro do corpo — o uso de cães farejadores também é comum.

A socióloga Julita Lembruguer coordenou uma pesquisa⁵⁸, no Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), sobre a população carcerária no Brasil que entre os anos de 2002 e 2012 teve um crescimento de 239 mil para meio milhão de presos. Além de apontar para a superlotação das unidades penitenciárias, Lembruguer ressalta que no Estado do Rio de Janeiro pelo menos 40% dos encarcerados, ou seja, quase 11 mil pessoas que estão atrás das grades são presos provisórios.

Ao final do período, André retornou ao projeto cheio de sonhos, pretendendo “recomeçar a vida,” tendo como ponto de partida conseguir um trabalho para sustentar a namorada e seu bebê. Porém, atualmente, há uma exigência bastante comum nas empresas que consiste na não contratação de indivíduos que tenham antecedentes criminais. Considero tal processo como uma estratégia de controle a céu aberto daqueles que são indesejáveis para a sociedade, produzindo um fora/dentro da lógica do confinamento. André agora carregava outra “pulseira” retroalimentada pela moral, pelos bons costumes concernentes à lógica neoliberal, tendo que se afirmar dentro de uma política de contenção de liberdade produzida pela Sociedade de Controle (DELEUZE, 1992).

Após estes acontecimentos, e dos demais citados ao longo deste estudo, identifiquei que o projeto foi tomando rumos contrários do que se previa inicialmente. A própria equipe começava a discutir o quanto a “punição”, que até então era a aposta principal do projeto, era algo que se apresentava antes mesmo da própria “autonomia” e “escolha” daqueles alunos. Deste modo, mesmo com os atravessamentos dos discursos morais e/ou religiosos, os mentores estavam produzindo uma “autocrítica” em torno dos mecanismos de regulação das vidas daqueles jovens. Eles problematizavam sobre a “assistência” que era controversa quando direcionada àqueles jovens, ora por meio das burocracias apresentadas para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho “formal”, ora pelas escolas que dificultavam o acesso deles no sistema de ensino público. Os mentores perguntavam-se: Que fenômenos eram aqueles? Aquela “assistência” seria suficiente? Que motivos justificavam a demissão de alguns jovens, mesmo quando eram promovidos, após falarem sobre seu passado?

A instituição mentoria estava questionando a naturalização da justificativa para a realização de algumas práticas com pretexto de ser um “projeto piloto”, ou seja, “passível” de

⁵⁸ O relatório da referida pesquisa, “Tráfico de drogas no Rio de Janeiro: prisão provisória e direito de defesa”, está disponível em:

<http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/10/Boletim-Trafico-de-drogas-epresos-provis%C3%B3rios.pdf>. O CESeC está localizado na Universidade Cândido Mendes (UCAM).

Acessado em agosto de 2016.

cometer erros, imprevistos. Por vezes, alguns mentores diziam que se o diretor estava ausente, deveriam romper com aquelas ordens se as achassem abusivas! Alguns dos mentores avisavam aos jovens para eles “ficarem no sapatinho”, ou seja, serem cautelosos, pois estavam sob a “mira” para não receber a bolsa naquele mês. E os jovens, percebendo essas transformações, preferiam falar determinados assuntos apenas comigo e com alguns mentores nos quais depositavam “confiança”.

Dito isto, identifico que rachaduras foram produzidas naquele barco direcionando-o para outros rumos, para outros encontros possíveis, questionando os assujeitamentos dos aparelhos de Estado, presentes naquele estabelecimento. Os movimentos, que entendo aqui como de resistência por parte dos mentores, eram fortalecidos pela luta de outros moradores no contexto da militarização da Maré. Deleuze e Guattari (1992) apontam que o *devoir revolucionário*, como vimos, que consiste na necessidade de lutar nas malhas da microfísica do poder, atua de maneira rebelde diante das referidas práticas de poder junto às lutas libertárias.

2.5 Batendo de frente

Lembro-me do que fala Ana Cabral Rodrigues (2012), no livro “*Por que a cidade?*”, “o que se debela é o esquecimento, o esgotamento que é infligido, as histórias que, antes mesmo que consigam dizer-se, são obrigadas a calar-se; antes que consigam enunciar um possível, um desvio, um outro, são esmagadas pelo peso do mesmo (...). Pois, no infinito, enuncia incontáveis possíveis – estes lampejos de histórias outras”... A lembrança não vem por acaso. Ela vem para me confortar ao escrever sobre a castração dos sonhos de alguns “indignos de viver” no projeto (ZACCONE, 2015).

SANGRIA DESATADA!?

Alguns daqueles jovens saíram do território para morar em locais do subúrbio em busca de “paz”, pelo menos até a Maré acalmar. Daniel, de 22 anos, que já tinha muitas brigas com sua mãe, decidiu sair de casa e ir morar no terreno de seus avós, em um bairro localizado na divisa com a Baixada Fluminense carioca. Segundo os alunos do projeto, ele era o que mais se empenhava, pois para participar das atividades do projeto

pegava pelo menos três conduções para chegar “pontualmente.” Sua “trajetória” no tráfico durou pouco em relação aos outros, menos de um ano. Foi retirado do “movimento” por ser um “moleque bom”, não fazia “maldades” - as cobranças/torturas. Algumas vezes, Daniel me convidava a “trocar uma ideia”, conversar, falar sobre as dificuldades de conseguir um trabalho, pois a VEP não “liberava” seu nome do sistema, mesmo tendo cumprido sua pena. Falava sobre sentir os impactos da prisão para além da carceragem: “*sinto como se eu ainda estivesse preso*”, dizia. Ele havia sido preso em uma das operações policiais quando acabava de completar 18 anos. Os jovens sempre riam desse acontecimento, dizendo que no tráfico ele ficou menos de um ano e na cadeia quase dois e meio. Daniel também ria e sorria mesmo quando não era possível sorrir...Querida namorada, filhos, uma família. Fazia parte do seu “projeto de vida” conseguir um trabalho para que esse sonho se realizasse.

Ele sempre ouvia a rádio “FM O Dia”⁵⁹ para ganhar ingressos e levar suas possíveis pretendentes aos diferentes shows de pagode. Sempre contava como era o show, mas na maioria das vezes ia sozinho. Em um daqueles finais de semana, Daniel foi jogar sinuca perto de onde morava e um cara que era “cria” de lá, que não o conhecia, arrumou uma briga com ele por conta do jogo. Embora tenha apanhado muito com os tacos que agora serviam como instrumento de tortura, tinha entendido o aviso de que ele deveria sair daquela localidade. Mas, não teve tempo de ir à casa do tio e pedir dinheiro para a passagem de ônibus, pois quando retornava acompanhado pelo tio para tomar a condução, se deparou com seu torturador que, sem muitas palavras, pinçou-lhe sua sobrevida pela ponta de três projéteis. A mãe o enterrou com a camisa do projeto.

Diário de campo, dezembro de 2015.

⁵⁹ Emissora de Rádio que tem como slogan “Alegria que irradia”, tocando músicas ditas populares. A rádio tem uma interação com o público que através de ligações pode pedir músicas e ganhar ingressos para shows de artistas famosos, em diferentes locais do Rio de Janeiro. A Rádio colabora para que diferentes populações de periferia tenham acesso a estes tipos de evento.

Acredito que Daniel tenha sido alvo de um justiceiro⁶⁰ que atuava naquele território que, com o pretexto de trazer “ordem e paz”, realiza torturas e assassina os chamados indivíduos perigosos.

Zaluar (2005) salienta que entre a tirania dos policiais e traficantes surgem “os justiceiros”, ou seja, grupos de extermínios ditos de segurança que, geralmente, são financiados por empresas, comerciantes, lojistas ou mesmo por moradores daquelas localidades. O conjunto de práticas realizadas pelos ditos justiceiros é permeado por um “código moral”, por meio do qual a dicotomia “cidadão *versus* marginal”, “incluído *versus* excluído”, tornam os jovens negros e favelados, além da população moradora de rua, cada vez mais inaceitáveis ao convívio social. Deste modo, em qualquer lugar, o uso de força corporal em linchamentos e/ou torturas pode ser utilizado por esses grupos, ou pelo levante da própria população, justificando essas ações em nome da “ordem”. Este tipo de prática é direcionado aos possíveis “marginais”, reprimindo-os de forma tão, ou mais, “eficiente” que a própria polícia.

Podemos afirmar que a produção midiática fortalece e banaliza estas barbáries quando naturaliza a dita subjetividade punitiva, por parte dos “cidadãos de bem” que, geralmente, pertencem à classe média. Eles se dizem cansados de serem “vítimas” de “marginais”, supostos assaltantes, fazendo “justiça” com as próprias mãos.

Houve grande repercussão⁶¹ pública o caso de um adolescente, de 15 anos, que foi despido, espancado e preso com um cadeado a um poste no bairro do Flamengo, zona sul carioca, em 2015. Um grupo de 14 jovens o espancou por suspeitar que aquele jovem negro pudesse vir a praticar algum assalto. Na ação violenta, o jovem perdeu uma parte de sua orelha através das pauladas que recebeu na região facial. Isto está relacionado ao que Agamben (2010) chamou de “vida nua”, ou seja, uma espécie de estratégia do poder soberano

⁶⁰ Sobre esse tema ver o artigo “Dilemas da Segurança Pública no Brasil”, de Alba Zaluar (2005), publicado no livro “Desarmamento, Segurança Pública e Cultura da Paz”, Fundação Konrad Adenauer. Disponível em: <http://nupevi.iesp.uerj.br/desarmamento.pdf>. Acessado em agosto de 2016.

Em 2015, no Rio de Janeiro, teve um movimento bastante significativo de justiceiros, grupo de extermínios, que pela justificativa de “segurança” da chamada sociedade civil, torturando e executando segmentos perigosos nas diferentes espaços urbanos do Rio de Janeiro, sobretudo, na Baixada. Faz-se necessário ressaltar a escassez de material bibliográfico referente a este assunto.

⁶¹ O caso ganhou grande notoriedade em rede nacional, também, por conta dos comentários realizados pela jornalista Rachel Sheherazade, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), que legitimou a prática dos referidos “justiceiros” Assim, como Sheherazade a população aplaudiu atos de linchamentos e chacina. O deputado federal Francischini (Solidariedade –PR) nomeou as pessoas que fazem “justiça com as próprias mãos”. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/digital/138/justiceiros-antidemocracia-travestida-de-justica/>. Acessado em agosto de 2016.

que permite aniquilar a vida desses jovens sem que isso seja configurado como crime. Trata-se de um fenômeno da Sociedade de Controle que atualiza a barbárie, os mecanismos genocidas, naturalizando a economia da punição e do extermínio, voltado para a população negra da favela.

Neste contexto, o fortalecimento da produção de chacinas e dos extermínios, por parte das diferentes facetas dos aparelhos do Estado, também executa simbolicamente as mães desses jovens, tornando-as “mortas-vivas” sedentas por “justiça”. Algumas mães não sabem o que fazer, quando possuem o “dom” de prever a curta vida que seus filhos tendem a levar, como a de Daniel. Ela justificava que o havia enterrado com a camisa do projeto, pois ele estava muito feliz e confiante por ter aquela “oportunidade” no projeto. Além disso, ela acreditava que a permanência do jovem na ONG significava a garantia de sua vida no mesmo: *eu não esperava que ele morreria estando no projeto*. No projeto, a notícia veio de forma aterrorizante, pois o coordenador que tinha o *Facebook* daquele jovem, e de tantos outros alunos, notou que em sua página do perfil havia mensagens de despedidas. Assim, ele se certificou sobre a veracidade da informação e, em seguida, compartilhou-a no grupo do *WhatsApp* da equipe.

Naquele período eu estava de licença médica por conta de um processo cirúrgico, portanto, não pude estar presente na elaboração das estratégias do projeto para lidar com os “impactos” daquele extermínio. Mas, ainda assim, senti o peso. Alguns mentores disseram que sairiam do projeto, pois não suportariam outras situações como aquela. Além disso, eles estavam indignados pela forma como aquela informação havia chegado. Os jovens também relataram a vontade de sair. Como estratégia, elaborada pela gestão da ONG, o “grupo terapêutico”, coordenado por mim, seria evocado para “lidar/conter” aquela dor e assegurar a continuidade do trabalho que deveria ser desenvolvido agora pela memória de Daniel. Deste modo, a ONG se propôs a contribuir para que o caso do assassino de Daniel não fosse mais um a ser arquivado pela polícia.

Naquela semana um grupo de “fortalecimento” - dito terapêutico, com a ajuda de outra profissional nomeada como “facilitadora” - foi realizado para que os profissionais do projeto pudessem falar “como receberam aquela notícia” e, assim, aprender a “lidar” com aquele sofrimento. O que se estava produzindo ali era um apaziguamento daqueles corpos, que recebiam os impactos de tantos outros extermínios realizados nas favelas da Maré, e já não suportavam aquelas condutas. Assim, era preciso calar a dor, oferecendo aos alunos e

profissionais passeios, jantares, dinâmicas, folgas, para que o projeto não ruísse. Eu, percebendo tal articulação, problematizei ao telefone: como um dispositivo potente como aquele poderia tomar rumos tão controversos? Pois ali se tratava de fazer circular a palavra! Falava quem quisesse. Era um espaço de cuidado, com construções coletivas, horizontalizadas, entendendo as singularidades e as multiplicidades de cada um. Tive como resposta que eu não estava lá para realizar o grupo e que em uma situação de “emergência” como aquela, era preciso evocar o grupo. E, em meio ao autoritarismo, fui “consolada”: *quando retornar, você faz outro!* Eles reconheciam a potência do grupo o bastante para capturá-lo como o único “lugar”, onde os jovens “utilizavam” para lidar com suas dificuldades, para “desabafar”. Assim, na tentativa de capturar o referido “dispositivo”, não suportaram a multiplicidade e heterogeneidade ali presente que possibilita afeto, movimento e criação.

O grupo foi coordenado pelos mentores e demais profissionais, objetivando lidar com a perda daquele jovem de forma costumeira, como no tráfico, confeccionando pinturas em cartazes e discutindo como na favela são feitos as gravuras em muros dos rostos destes jovens que, em seguida, são apagados a cada outro que é assassinado. Durante semanas, jovens faltaram às atividades do projeto, recebendo visitas domiciliares e suas respectivas bolsas, sem desconto. Quando retornei ao projeto, após a licença, os alunos puderam dizer da raiva que sentiram por eu não ter estado durante aquele momento de sofrimento. Mas, também falaram sobre a possibilidade de criar outro corpo para vivenciar o luto para além dos “códigos” utilizados pelo tráfico, nessas situações, como pintar muros, fazer tatuagens, fazer camisetas, entre outros recursos comuns nas favelas do Complexo da Maré. Contudo, na ONG, propuseram a personalização de canecas com a foto de Daniel. Mais uma vez, apaziguando e docilizando aqueles corpos a fim de apagar o sofrimento por meio do silenciamento. Isto, de certo modo, fortalecia a naturalização desses extermínios pela via da “fatalidade”. Posicionei-me propondo um dispositivo de grupo que afirmasse a potência da vida para além daqueles agenciamentos mortíferos propostos. O que era possível criar em meio a tanta dor? E criamos.

A mãe de Daniel passou a “perambular” pelo projeto diariamente com o álbum de fotos do seu filho nas mãos. Ela buscava conversar com os professores ou profissionais do projeto para “saber” o que ele “andava” fazendo nos últimos dias, tentando se aproximar do filho que não via há mais de 15 dias, por conta de uma discussão entre os dois. A princípio, a orientação do coordenador era ignorar aquela mulher que, para ele, tinha “culpa no cartório”, pois se fosse uma mãe presente, Daniel estaria vivo. Alguns profissionais acatavam isso e

outros não. Os jovens também foram orientados a ter uma postura “distante” com aquela mãe, mas sequer entendiam o porquê. Aquela mulher, negra e favelada, gritava e caminhava pelos becos da favela, chorando a morte daquele que estava no “caminho certo”. Não conseguiam calá-la.

Assim, a assistente social e eu fomos convocadas a “oferecer” uma escuta para esta mãe conseguir lidar com a situação e “aceitar” a perda do filho. Conversei com ela algumas vezes, convidando-a a potencializar seu “grito”, sua marcha, não dobrando seu corpo negro e favelado aos apaziguamentos propostos ali...Um dos mentores oferecia um “apoio moral”, como chamava, por meio de mensagens e visitas domiciliares a fim de “acalmá-la”, garantindo-lhe que a “justiça” se cumpriria naquele caso, pois Daniel era um “jovem do projeto”. Ela não se calou, “batia de frente”, resistia, como tantas outras mães faveladas. Ora, essas mulheres como “mortas-vivas” provocam “rachaduras” com o próprio corpo, ora, como guerrilheiras, se põem a bradar em marcha pela cidade, denunciando as atrocidades produzidas por um regime de extermínio de jovens negros. Ressalto que diariamente essas mulheres, que perdem seus maridos e/ou filhos, não desistem dos mesmos e, tampouco, se deixam morrer simbolicamente em meio às múltiplas formas de “imposição” do silêncio.

Lembrei-me de Deize Silva Carvalho, moradora da favela do Cantagalo, sobre sua batalha árdua por justiça após a tortura e assassinato de seu filho Andreu Luis Carvalho, de 17 anos, nas dependências da Instituição Padre Severino, do Departamento de Ações Sócio-educativas (DEGASE), que o havia “jurado” de morte. Ela diz: *sou uma mãe que não desiste de seu filho, nem mesmo depois de morto. Perdi meu filho, mas não a vontade de lutar!*

O jovem, que estava “interno”, foi assassinado nas dependências do DEGASE. De acordo com a publicação do grupo Tortura Nunca Mais⁶², a prisão do jovem foi ilegal e arbitrária, pois, sob custódia do Estado, foi submetido a interrogatório no DEGASE, com humilhações, agressões e todo tipo de atrocidades para que o mesmo se declarasse culpado. Ao reagir às torturas, o jovem foi espancado durante horas até chegar ao óbito, apresentando traumatismo craniano, cortes contundentes, múltiplas fraturas no maxilar, dentre outras barbáries. A mãe de Andreu recebeu o comunicado da Instituição em questão, na época em

⁶² O Grupo Tortura Nunca Mais é um grupo de apoio aos direitos humanos que surgiu como dispositivo de luta dos familiares dos mortos, desaparecidos e torturados políticos, durante o período do regime militar no Brasil, em 1964. O referido grupo luta contra todas as formas de agressão e tortura praticadas em relação à pessoa humana pelo poder público e seus aparelhos. Ver reportagem sobre o Caso de Andreu Luis Carvalho em: http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_77/violencia_Rio_de_Janeiro.html. Acessado em agosto de 2016.

2008, de que o mesmo havia morrido após cair de um muro. Deize lutou pela exumação do corpo de seu filho, com o apoio dos relatos de outros jovens “internos” que presenciaram a sessão de tortura, tendo que aguardar durante longos 1.246 dias por uma resposta da justiça. Em 2011, o Ministério Público denunciou⁶³ o DEGASE por crime de homicídio, decretando a prisão preventiva dos seis agentes que participaram do assassinato de Andreu.

A luta de Deize continua juntamente com as de tantas outras mães, mulheres, negras e faveladas que apontam para potência da vida por seus filhos, familiares, maridos, denunciando a naturalização dos mecanismos que nos colocam na mira do Estado. Em 2014, Deize lançou o livro “Vencendo as adversidades – autobiografia de Deize Carvalho”, contando sua história em busca por justiça pela morte de seu filho. O referido livro encontra-se esgotado, mas ganhou grande repercussão nos territórios de favelas onde a autora realizou o lançamento do mesmo. Para Deize, as lutas de mães como ela tiveram como espelho as Mães de Acari⁶⁴, destacando que embora no Brasil não tenhamos pena de morte na Constituição, ela está decretada e em curso.

Em novembro de 2015, o Centro Cultural Municipal Parque das Ruínas, em Santa Tereza, apresentou quatro espetáculos produzidos por jovens, contando histórias do cotidiano da Maré e debatendo os temas trazidos nas peças. Por isso, o chamaram de Teatro Fórum. Uma das peças de importante expressão foi “*Verniz: mataram meu filho*”, do diretor Gabriel Horsth, fruto de uma pesquisa realizada com mulheres negras e mães, residentes do Complexo da Maré, que relatavam sobre o contexto de genocídio do jovem negro e favelado e o sofrimento dos seus familiares. A peça trata-se de um monólogo e recebeu este nome, pois uma dentre essas mães, após perder três filhos, havia pintado um cômodo da casa de verniz, a mesma cor dos caixões tão presentes em sua vida. Recentemente, Gabriel recebeu financiamento para realizar a referida peça, refazendo os itinerários destes jovens com essas mães nas favelas do Complexo da Maré pela responsabilização daquelas violências.

Dito isto, ressalto que não pretendo encerrar esta discussão, ao contrário, afirmo que as

⁶³ A informação foi noticiada pelo site do Jornal O Globo, e demais jornais. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mp-denuncia-seis-agentes-do-degase-por-agredir-jovem-ate-morte-no-padre-severino-2763560>. Acessado em julho de 2016.

⁶⁴ Mães de Acari é como ficou conhecido um grupo de mulheres, desde 1990, por lutarem por “justiça” pelo “sequestro” de seus filhos, 11 jovens, que até hoje não foram encontrados. Em 1993, uma dessas mães por se aproximar de informações sobre o paradeiro de seu filho foi assassinada e outras sofreram perseguições e ameaças. O caso foi encerrado em 2010 por “falta” de provas, até o aparecimento de uma testemunha que após 20 anos da Chacina dá um depoimento que fortalece a luta destas mulheres. Sobre esse tema ler “Do luto à luta”: a experiência das Mães de Acari, de Fábio Araújo (2007). Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/brazil/voces/araujo.pdf>. Acessado em julho de 2016.

questões que foram tangenciadas ao longo deste capítulo merecem aprofundamento, pois problematizam os sentimentos de impotência que, muitas vezes, nos assolam diante dessas vivências. Mas, que também, a partir da escrita produzimos saídas possíveis que, como mencionado ao longo deste trabalho, vão sendo inventadas pela população da favela, apelando por um por vir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

*“Como ir pro trabalho sem levar um tiro
Voltar pra casa sem levar um tiro
Se as três da matina tem alguém que frita
E é capaz de tudo pra manter sua brisa.
Os saraus tiveram que invadir os botecos (...)
Há preconceito com o nordestino
Há preconceito com o homem negro
Há preconceito com o analfabeto
Mas não há preconceito se um dos três for rico, pai (...)
Pois, na quebrada escorre sangue, pai.”*
(Criolo, Cálice)

Na epígrafe acima, Criolo, rapper paulista, canta a vida de milhares de jovens negros favelados e de periferia, do tráfico ou não, que são alvos de diferentes estabelecimentos que trazem a proposta de “salvar”, explorando-os.

Acácio (2013) afirma que “a vida, como batalha, é irreduzível ao jogo dos governos, mediações e direitos. Não cabe no monstro, nem no normal, ela pode ser selvagem, mas arredia aos domadores, não suporta mais de nove meses no útero: ou sufoca e morre, ou salta. Daí emerge a possibilidade do desconhecido, até mesmo para controles mais sofisticados. A potência de liberdade está nesse salto, nesse arripio” (p.206). Para o autor, ainda que se siga prendendo, surrando, torturando, matando, sempre haverá um negro fugitivo, um jovem que recuse, uma criança que anda pelos trilhos despreocupada, mesmo sem se saber o que será dela ou quem ela é, ainda que intua o seu fim.

Escrever sobre um tema com esta complexidade só foi possível porque consegui fazer

circular em meu corpo negro a potência da liberdade, da rebeldia. Caso contrário, não teria sustentado. Até a qualificação, questionei-me como poderia fazer uma análise de implicação, discutindo o funcionamento daquela ONG que, por vezes, apresenta algumas “iniciativas” tão pouco fundamentais para o fortalecimento das lutas sociais no território da Maré. Como analisar “projetos sociais” voltados para jovens egressos do tráfico, já que estes inexistem de um modo geral? Como utilizar a mentoria, realizada por pessoas tão queridas, como analisador importante na economia de punição?

De antemão afirmo que, embora estivesse inquieta para respondê-los, estes marcadores não me serviram de parâmetro para realizar esta discussão. Ao contrário, eles me possibilitaram analisar como, ao longo de toda a nossa história, somos ingênuos aceitando determinados tipos de “assistências” ofertadas pelo governo ou por instituições privadas. Por meio destas “assistências”, são cometidas atrocidades sob as justificativas de “falta”, de “carência”, de negação, do “melhor isso que nada”, dentre outras, que merecem ser interrompidas, equivocadas, mesmo que seja por lutas marcadas em nosso próprio corpo.

Eu preferi, através da minha resistência, afirmar a positividade da diferença, analisando como “o humano e o direito” são construções das práticas sociais que apontam para quais são os direitos e a quem eles devem ser garantidos. Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) salientam que sempre estiveram fora desses direitos à vida e à dignidade os segmentos percebidos como “marginais”: os deficientes de todos os tipos, os “desviantes”, os miseráveis, dentre tantos outros. As autoras assinalam que para estes indivíduos, efetivamente, os direitos sempre foram e permanecem sendo negados, pois eles foram/são produzidos como anormais e pertencentes a uma humanidade minorizada.

Neste contexto, as ONGs bebem da mesma fonte da “premissa” dos “Direitos Humanos” quando se curvam às exigências do capital, homogeneizando as multiplicidades dos diferentes modos de sentir e estar no mundo. Ou seja, a partir de uma essência universal dos Direitos Humanos, vai se apaziguando, disciplinando e excluindo toda e qualquer diferença. Assim, no contexto do Complexo da Maré, determinadas ONGs transformaram-se em “fábricas” deste tipo de produção, definindo para quais indivíduos os “direitos humanos” devem dirigir-se. Elas classificam certos tipos de direitos, dentro de certos modelos bem marcados, que não podem ser ultrapassados. Por esse motivo, é produzido através da reforma das práticas de punição, debatida nesta pesquisa, do ordenamento dos indivíduos ditos perigosos e, portanto, dos “anormais” que devem se curvar diante da lógica da correção, da

norma. Aqueles que não se dobram são separados, hierarquizados e abandonados à própria sorte, por parte destas ONGs que dizem defendê-los.

A própria organização destes estabelecimentos expressa o atual quadro socioeconômico que se “pretende” desconstruir, ou seja, os “cargos” de gestão são ocupados por brancos; os direcionados para os negros são os de atuação na chamada “linha de frente”, junto aos jovens favelados. Uma vez que, estrategicamente, os negros e/ou negras são “promovidos” a ocupar esses “cargos”, eles agarram-se a esta “carreira” quase que hipnotizados pela possibilidade de “administrar”, “disciplinar” e conduzir corpos que são definidos como “subalternos” ou “anormais”. Alguns ensinam formas de responder a um e-mail dirigido a um gestor, outros realizam “avaliações” individuais da produtividade de cada funcionário da equipe. Nada pode escapar ao controle.

Na medida em que surgem questionamentos, bastante comuns por parte daqueles que estão “submetidos” aos “comportamentos autoritários” destes gestores, negros e/ou brancos, a justificativa é sempre “estávamos cumprindo ordens”. São pretos contra pretos, enfraquecendo qualquer tipo de articulação e resistência entre os mesmos, que independentes de seus cargos ou salários, estão no mesmo barco, tendo suas vidas “exploradas” pela justificativa da “salvação”! Fui convidada a ter um desses cargos, e, embora a oferta salarial fosse bastante sedutora, entendi que aquele *modus operandi* naturaliza e reproduz o *ethos* empresarial presentes nestas ONGs. É possível lutar por direitos humanos nestas circunstâncias? Entretanto, existem “direitos humanos” sem assujeitamentos?

Penso ser possível permanecer nestes estabelecimentos o tempo que o corpo suportar a não tornar-se passivo a esses assujeitamentos que são produzidos através do poder pastoral. Segundo Foucault (2008) o pastorado constitui-se na conformação de um “modelo de condução das condutas”, do governo das almas. Por esse motivo, sob o âmbito da salvação se produz violência, verdades absolutas, ditos anormais, torturas e extermínios. Ressalto que não acredito em uma transcendência no campo dos Direitos Humanos que tenha sua prática “preservada” das relações de poder aqui discutidas. Prefiro pensar os direitos como construções que devem ser derivadas como diferentes modos de existir no mundo, de estar, de perceber (COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO, 2009). Por isso, o *território de uso* faz-se necessário para pensar como os códigos e sentidos, ali produzidos, podem nos auxiliar a inventar novas práticas, novas lutas, entendendo o humano como permanente criação de si e de modos de viver (SANTOS, 1996).

A metodologia da pesquisa-intervenção por meio dos diários de campo viabilizou que eu pudesse me reinventar, ao passo que desestabilizava algumas das relações de poder ali produzidas. Para isso, foi fundamental a vivência com os jovens no dispositivo de grupo, por meio do qual foram produzidas linhas de fuga que nos permitiram inventar outros possíveis, problematizando os instrumentos de punição produzidos e a vida através dos itinerários do “EU – MARÉ – CIDADE”. Não pretendo esgotar esta discussão, mas em um constante movimento, me constituir criadora de possibilidades, fervilhando inquietações e questionamentos.

Hoje, mesmo com os movimentos e as marcas deixadas pelo mar impetuoso que arrastava as palafitas no Complexo da Maré, os moradores no “devir-caranguejo” já não andam tanto para trás e não estão tão voltados a permanecer na cavidade oca e profunda quando “aterrorizados”. Diferentemente, em muitos momentos e estrategicamente, eles utilizam as carapaças duras e resistentes para se defenderem dos golpes lançados sobre a Maré. E isto vem de todos os lados... A luta diária desse devir-caranguejo, de crianças, jovens e mães negras, se serve da beleza e da multiplicidade das cores de suas carapaças, protegendo seus corpos com arte, tornando-os invisíveis quando necessário...

Assim, direciono-me para um novo recomeço...Como Foucault (2012) nos fala *é por eu ver as dificuldades, e elas são enormes – que é preciso muito otimismo para dizer: recomeçemos!* (p.112)

ANEXO I

ADVERTÊNCIA DISCIPLINAR

Nome _____ do _____ Aluno:

Nome _____ do _____ Mentor:

Devido ao não cumprimento das normas disciplinares anteriormente acordadas e assinadas pelas partes, a instituição, vem através desta com a finalidade de aplicar-lhe a pena de advertência disciplinar, em razão da seguinte ocorrência:

Esclarecemos ainda que a repetição de procedimentos como este poderá ser considerada como ato grave, passível de dispensa definitiva do projeto. Favor dar seu ciente na cópia deste.

Ciente em ____/____/____

Aluno

Diretor

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE SUSPENSÃO DO PROJETO

A instituição declara para os devidos fins que o aluno _____, portador do documento n° _____, está suspenso temporariamente do Projeto a partir da presente data __/__/__ devido a sua não participação e assiduidade nas atividades propostas pelo projeto. Tal comportamento rompe com as regras expostas no contrato de “Direitos e Deveres no Projeto Especial”. Tendo isso em vista, o jovem não receberá a bolsa mensal nem assistirá às aulas de cidadania e às aulas de aceleração escolar. Ele encontra-se em acompanhamento psicológico com profissional responsável a partir do qual foi avaliado que no momento não possui condições para cumprir as atividades do projeto. Por outro lado, continuará a receber a cesta básica, dará prosseguimento ao atendimento social e a sua família continuará a ser acompanhada. O retorno ou desligamento total do jovem do projeto está vinculado a uma apreciação a ser realizada pelo psicólogo do projeto.

Para além do conhecimento do jovem sobre essa declaração, esse documento será encaminhado à família para que esta tome ciência sobre a participação do jovem no projeto.

Rio de Janeiro, ___ de _____ de _____.

Nome do aluno

Diretor da ONG

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DESLIGAMENTO DO PROJETO

A ONG declara para os devidos fins que o aluno _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ está desligado do Projeto a partir da presente data, tendo em vista não ter cumprido com o termo de compromisso assinado em __/__/__. Conseqüentemente, o aluno não participará mais das atividades, assim como terá cancelada a bolsa auxílio mensal.

Rio de Janeiro, ___ de _____ de _____.

Nome do aluno

Diretor da ONG

ANEXO IV

DIREITOS E DEVERES NO PROJETO

Este documento tem o objetivo de esclarecer condições para o bom trabalho e desempenho da Equipe e alunos do Projeto, bem como definir as normas que disciplinam as relações de direitos e deveres de cada um. O projeto Especial oferece:

- a) Educação formal;
- b) Orientação vocacional;
- c) Aulas de cidadania
- d) Mentoria individual;
- e) Acompanhamento Social;
- f) Orientação jurídica;
- g) Atendimento psicológico individual e em grupo;
- h) Passeios culturais;
- i) Encaminhamento para o mercado de trabalho com avaliação individual de desempenho para encaminhamento ao mercado de trabalho, com base em relatórios apresentados pela Equipe quanto à qualificação e preparação de cada aluno;
- j) Bolsa auxílio no valor de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) nos três primeiros meses e no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) no período complementar de quinze meses, totalizando dezoito meses de ajuda de custo, ou seja, um ano e meio.
- k) Avaliação para casos de faltas e desligamento do projeto individualmente;
- l) Informar antecipadamente da ausência de professor ou da não realização de aula e outras atividades;

O aluno terá sua participação no projeto com o compromisso de:

- a) Comparecer às aulas com frequência e pontualidade;
- b) Em caso de faltas, deverá justificar ao seu mentor. Caso contrário, será descontado da bolsa auxílio o valor de R\$25,00 (vinte e cinco reais), que corresponde ao resultado da divisão do valor da bolsa auxílio por 30.
- c) As faltas consecutivas e sem justificativa acarretarão no não recebimento da

bolsa naquele mês;

- d) Sempre que for encaminhado para entrevista de emprego, deverá comparecer e se comportar respeitosamente, lembrando sempre da pontualidade;
- e) Em seu ambiente de trabalho, deverá manter o bom comportamento, conforme as orientações recebidas nas aulas de orientação vocacional;
- f) Com relação ao seu emprego, antes de pedir demissão deverá primeiramente conversar com a Coordenação do Projeto;
- g) Não deverá entrar em sala de aula, passeio ou reunião do Projeto drogado;
- h) O estudo e o trabalho são atividades obrigatórias do Projeto, se não trabalhar e estudar ao mesmo tempo, será desligado do Projeto;
- i) Não vincular-se com qualquer atividade ilegal, bem como circular em boca de fumo e no tráfico de drogas. No caso de comprovada a vinculação, ficará a critério da Coordenação da instituição a medida cabível ao caso;
- j) Deverá falar de suas insatisfações nas reuniões mensais ou com o seu mentor;
- k) Se comportar de maneira amigável e respeitosa com os colegas de sala de aula, com os profissionais da Equipe e com os professores, não sendo tolerada agressão física;
- l) Quando já estiver inserido no mercado de trabalho, se manter no mesmo compromisso quanto às atividades do Projeto (educação, acompanhamento psicológico, jurídico e social);
- m) Os documentos de advertência, suspensão e pedido de desligamento serão assinados pela Coordenação do Projeto e pelo aluno.

Compromisso:

Eu, _____, portador da carteira de identidade _____, inscrito no CPF sob o nº _____, me comprometo a cumprir com as obrigações acima descritas, fazendo a minha parte em tudo o que me for devido.

Assinatura do aluno

Diretor da ONG

ANEXO V

MORADORA DA MARÉ DENUNCIA MILITARIZAÇÃO INFANTIL

Categoria(s): DIREITOS HUMANOS, Notícias Postado em: 12/04/2015 às 09:54

CRP RJ é contra a militarização das favelas

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro recebeu este e-mail abaixo de uma moradora do Conjunto de Favelas da Maré, com o qual concorda e torna público como forma de apoio a uma ação de resistência à militarização da vida social de uma comunidade.

A situação abaixo descrita relembra, infelizmente, a intervenção militar de 21 anos no Brasil, durante o período ditatorial de 1964 a 1985, e se dá sobre parcelas da sociedade sempre as mais atingidas por estas ações de imposição, violência e negação de direitos.

Veja abaixo Na íntegra do e-mail.

“Cara diretoria do CRP-RJ,

O Exército está distribuindo na Maré um gibizinho chamado “O Recrutinha”. Os soldados aproveitam a saída das crianças das escolas para a entrega do gibi. Ocorre que o gibi, além de o nome ser um absurdo em si, tem uma parte lúdica que diz: “Instruções para montar o seu blindado guarani”. É escandaloso ver que se utilizam do universo lúdico das crianças para naturalizar a invasão das Forças Armadas na Maré, como se a militarização da vida das crianças não fosse algo violento por si só. Diariamente, crianças e adultos, são submetidos a visualizarem a passagem em comboios de tanques de guerra, jipes, além de forte armamento.

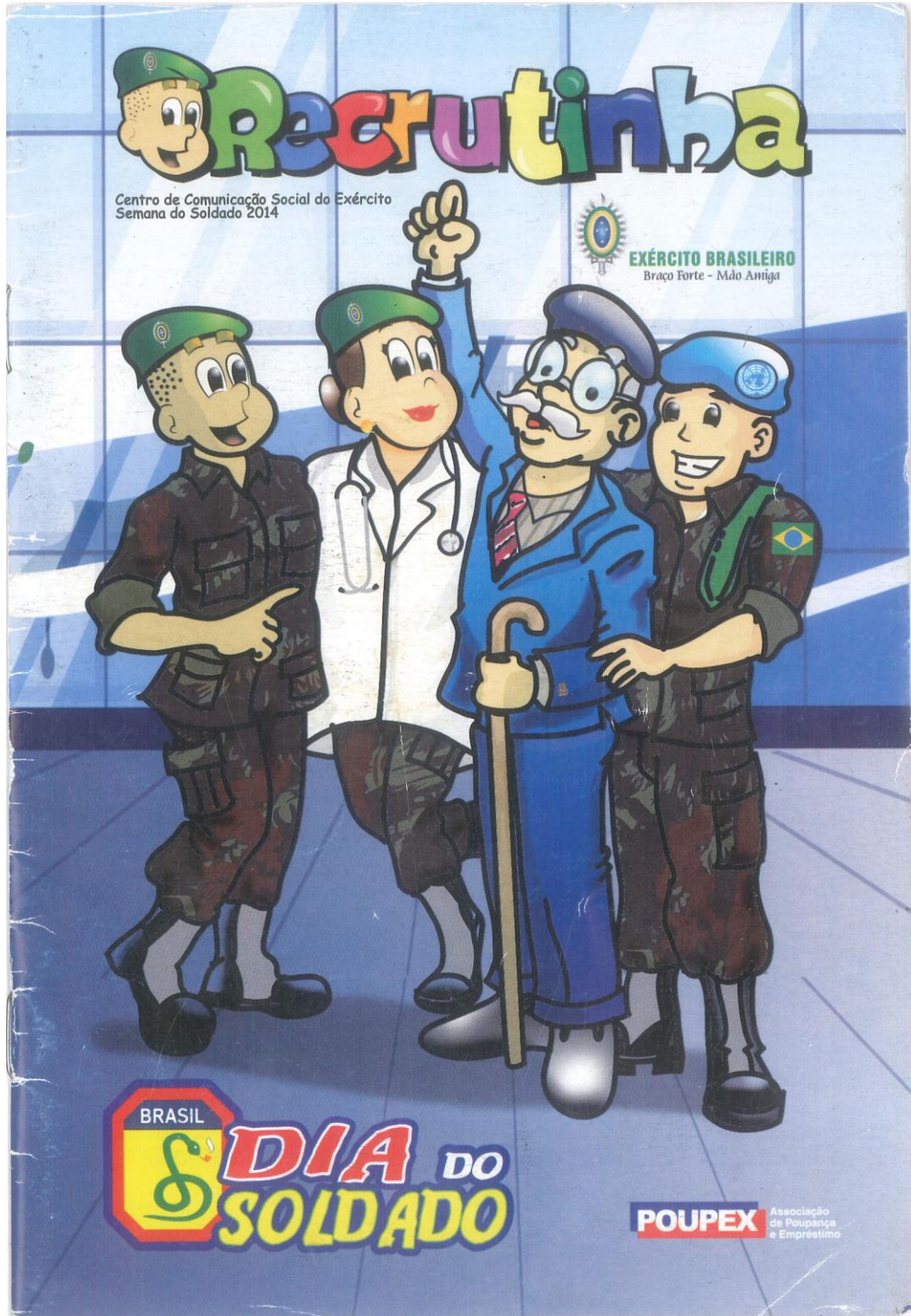
A Maré encontra-se em Regime de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), lei instalada no momento mais linha dura do golpe militar, desde abril de 2014. Isso significa na prática que qualquer coisa que ocorra entre civis e militares, mesmo que seja um desacato, é julgado pela justiça militar. Eis o Estado de Exceção de fato, e a pedagogia infantil está sendo diretamente atingida.

Nesse sentido, gostaria de saber a diretoria do CRP-RJ publicaria uma nota de repúdio sobre o assunto, visto que um pronunciamento de uma entidade que trabalha com Psicologia seria, do ponto de vista do profissional em Psicologia, um abordagem muito interessante.

Desde já, agradeço a atenção disponibilizada.

ANEXO VI

“GIBI”



BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer, o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ANDRADE, Vanessa de Menezes. A política de pacificação e o povo da favela. Dissertação (MESTRADO PSICOLOGIA), UFF, Niterói, 2013.

ALVARENGA FILHO, José Rodrigues, A “chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis na cidade do Rio de Janeiro: “Não dá pé não tem pé nem cabeça. Não tem ninguém que mereça. Não tem coração que esqueça”. Dissertação (MESTRADO PSICOLOGIA), UFF, Niterói, 2010.

Disponível em: <http://www.slub.uff.br/images/Aquivos/dissertacoes/2010/JoseRodrigues.pdf>. Acesso em agosto de 2016.

AMORIM, Carlos. Comando Vermelho: A história secreta do crime organizado. Editora Record, 1993.

Disponível

em: <file:///C:/Users/pc/Desktop/Comando%20Vermelho%20A%20Historia%20Sec%20-%20Carlos%20Amorim.pdf>. Acesso em fevereiro de 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. “Relatório Você matou meu filho!”. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em agosto de 2015.

ATSH, Filipe Contti. Práticas psi e suas sutis capturas: a construção de pedidos de proteção. Dissertação (MESTRADO PSICOLOGIA), UFF, Niterói, 2014. Disponível em: http://www.slub.uff.br/images/Aquivos/dissertacoes/2014/2014_d_Filipe.pdf. Acesso em junho de 2015.

AUGUSTO, Acácio. Política e Polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

BARROS, Manoel. Poesia completa. São Paulo: Leya, 2010.

BENEVIDES BARROS, Regina de. Grupo: a afirmação de um simulacro. 2º Ed. Porto Alegre: Sulina/ Editora da UFRGS, 2009.

BATISTA, Nilo. Introdução: Sessão de abertura. IN: ABRAMOVAY, P.,V. & BATISTA, V.,M. (Org) Depois do grande encarceramento, seminário. Rio de Janeiro: REVAN, 2010.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia. O que Aconteceu com o Chamado Maior País Católico do Mundo. IN: LESLIE, B. (ORG.). Brasil, Fardo do Passado, Promessa do Futuro. Dez Ensaios sobre Política e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 323-348,

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em dezembro de 2015.

CABRAL, Ana Rodrigues. Para ficar atento ao que ficou inacabado: das desutilidades dos restos das cidades. In: BAPTISTA, L. A.; FERREIRA, M. S.. (Org.) Por que a cidade?. 1ed. Niterói: Eduff, 2012, p. 65-81.

CASTRO, Josué de. Homens e Carangueijos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ – CEASM. Caderno do CENSO MARÉ 2000 – Quem somos, quantos somos, o que fazemos?, 2000.

COIMBRA, Cecília. Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Intertexto, Niterói, 2001.

_____. Doutrina de Segurança Nacional e produção de subjetividade. IN: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R. B., (Orgs.) Clínica e Política. Subjetividade e violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, Instituto Franco Basaglia/Editora Te Corá, 2002. p. 25- 38.

_____. Justiça e Segurança Pública no Brasil Hoje: Algumas Notas Introdutórias. Trabalho apresentado no Ciclo de Debates “Psicologia e Preconceito Racial” organizado pelo CRP-SP, em 10 de julho de 2003.

_____. Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza. IN: FREIRE, S., M., Direitos Humanos, Violência e Pobreza na América latina Contemporânea. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

_____. LOBO, Lília; NASCIMENTO, Maria. Lívia. Por uma invenção ética para os direitos Humanos. Revista Psicologia Clínica. Rio de Janeiro: Vol. 20, N. 2, 2008. p. 89–102. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a07v20n2.pdf> Acesso em dezembro de 2014.

_____. NASCIMENTO, Maria. Lívia. Ser jovem, ser pobre, é ser perigoso? Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto23.pdf Acesso em janeiro de 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Código de ética. Disponível em: http://www.crp.org.br/portal/orientacao/codigo/fr_codigo_etica_new.aspx. Acesso em janeiro de 2015.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. IN: DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219 – 226.

DIÁRIO OFICIAL. Decreto 42.787, dispõe sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), 07 de janeiro de 2011. Disponível em:

http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DecretoSeseg42.787Upp.pdf

Acesso em dezembro de 2014.

FARIAS, Denise Fonseca. Avessos de Cidadania: um exercício analítico. Dissertação (MESTRADO PSICOLOGIA CLÍNICA), PUC- São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 3: cuidado de si. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Ed. 1996.

_____. Microfísica do poder. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a, p. 125-52.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. Em: Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b, p. 264-87 (Ditos e Escritos V)

_____. Em defesa da sociedade: curso do Collège de France(1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Os anormais. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001a.

_____. Le sujet et le pouvoir. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001b, p.1041-1062.

_____. Direito de morte e poder sobre a vida. IN: FOUCAULT, Michael. História da sexualidade I: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2003. p. 125 – 152.

_____. Segurança, território e população. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

GUATTARI, Félix. Micropolítica. Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GRUPO KRISIS. Manifesto contra o trabalho, 1999. Disponível em: http://filoczar.com.br/manifesto_contra_o_trabalho.pdf. Acessado em junho de 2016.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. Fractal, Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, 2013, p.263-280.

_____.BENEVIDES, Regina. Movimentos, funções do dispositivo na prática de cartografar. IN: PASSOS, E., ET AL.(Orgs) Pistas do método da cartografia – pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

JORNAL AND, ano XII, nº113, 2º quinzena de julho de 2013 – PM do Rio impõe terror no Complexo da Maré. IN: GRANJA, P., (Org.) UPP: o novo dono da favela: cadê o Amarildo? 1 ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2015, p. 85 – 89.

MACERATA, Iacã, DIAS, Rafael, PASSOS, Eduardo. Paradigma da guerra às drogas, políticas de ordem e experiências de cuidado na cidade dos mega-eventos. IN: LOPES, L.E, BATISTA, V., M., (Orgs). Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o “crack”. Rio de Janeiro: REVAN, 2014.

MACHADO, Carly. Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. IN: BIRMAN, P., ET AL.(Orgs.)

Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 451 - 471

MARX, Karl. O capital, Volume I – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra: 1974.

MC Júnior e Leonardo. Rio de Janeiro chumbo quente. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/mc-junior-e-leonardo/rio-de-janeiro-chumbo-quente.html>. Acesso em dezembro de 2015.

MELO, Paula. Empreendedorismo social e capitalização da vida: breves considerações sobre governamentalidade, 2014. Projeto para Doutorado/UFF.

PASSETI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. Verve. São Paulo: Nu-Sol, v.9, 2006.

PASSOS, Eduardo, BENEVIDES BARROS, Regina de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 16, n. 1, 2000. p. 71-79. Disponível em: <http://www.scielo.br/ptp/v16n1/4390.pdf>. Acessado em agosto de 2015.

_____. ALVAREZ, Johnny. Cartografar é habitar um território existencial. IN: PASSOS, E.; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.

_____. SOUZA, Tadeu. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. Psicologia & Sociedade, 23 (1), 2011. 154-162

PELBART, Peter Pál. Exclusão e biopotência no coração do Império. Multitudes, n. 9, 10 de maio 2002. Disponível em: <http://www.multitudes.net/Biopolitica-e-Biopotencia-no/>. Acesso em novembro de 2015.

_____. Vida capital – ensaios de biopolítica. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2003.

PESSOA, Fernando. Páginas íntimas e de Auto-interpretação, Lisboa: Ática, 1966.

OLIVEIRA, Sandra Raquel Santos de. Atualização do pastorado nas práticas psicológicas contemporâneas. Tese (DOUTORADO PSICOLOGIA), UFF, Niterói, 2015.

OLMO, Rosa del. A face oculta da droga. Rio de Janeiro: Editora REVAN, 1990.

REIS, Érika Figueiredo. O que se quer quando se pede Justiça? Sobre o Espírito de Vingança e a atualidade do Homem do Ressentimento. Dissertação (MESTRADO PSICOLOGIA), UFF, Niterói, 2013.

RIZZINI, Irene. O século Perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Amiais, 1997.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde, SOUZA, Vera Lúcia Batista, A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. IN: SAIDON, O.; KAMKHAGI, V., R., (Orgs.) Análise institucional no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991, p. 27 -46.

SANTOS, Milton. O espaço cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.

_____. O retorno do território. IN: SANTOS, Milton et al (orgs). Território: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1992.

TEIXEIRA, César. “Saindo do crime”: igrejas pentecostais, ONGs e os significados da “ressocialização”. IN: BIRMAN, P., ET AL.(Orgs.) Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 121-138

WACQUANT, Löic. Os condenados da cidade. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

VAZ, José Paulo. Manifesto contra o trabalho, 2003. Disponível em: http://filoczar.com.br/manifesto_contra_o_trabalho.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

ZACONNE, Orlando. Indignos de Vida: A forma jurídica da política de extermínio na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: REVAN, 2015.

REPORTAGENS E RELATÓRIOS

Chacina ocorrida em junho de 2013, após operação truculenta da polícia que acarretou o saldo de 10 mortos, casas invadidas e clima de medo e terror na favela. Disponível em: <http://apublica.org/2013/07/mare-de-terror-rio-de-janeiro-favela-da-mar/>. Acessado em junho de 2014.

Operação no Complexo da Maré. <http://oglobo.globo.com/rio/policia-federal-faz-operacao-no-complexo-da-mare-17758038>. Acessado em agosto de 2015.

RELATÓRIO COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA ALERJ. Disponível em: <http://ddh.org.br/wp-content/uploads/2014/01/relatorio2013cddh.pdf>. Acesso em novembro de 2015.

RELATÓRIO DA ANISTIA INTERNACIONAL. “Você matou meu filho!”- sobre o extermínio da juventude negra no país por parte do Estado. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em agosto de 2015.

Entrevista do Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, publicada em 2007, pelo jornal Estadão Geral. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,beltrame-tiro-na-zona-sul-e-uma-coisa-na-favela-e-outra,69520>. Visto em dezembro de 2015.

FOTOS

Figura	Fonte
Nº1 - Tomas Silva. “A chacina da Maré”.	http://nucleopiratinga.org.br/um-ano-da-chacina-da-mare/

Nº2 – Suzana Queiroga . Complexo da Maré em 1940.	https://daniname.wordpress.com/2011/02/24/suzana-queiroga-e-o-complexo-da-mare/
Nº3 - Autor desconhecido. “Forças Armadas entram no complexo da Maré”.	http://www.paraiba.com.br/2014/04/01/93392-forcas-armadas-podem-entrar-na-mare-a-partir-de-sabado
Nº4 Autor desconhecido. “ Ato pela Vida na Maré”	https://www.greenme.com.br/informar-se/cidades/1504-rj-complexo-da-mare-protesta-contra-violencia-do-estado
Nº5 Autor desconhecido. “ “Polícia cara a cara com moradores” .	http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/confronto-entre-traficantes-deixa-um-ferido-na-mare
Nº 6 Autor desconhecido. “Protesto à morte de dez jovens, na Maré”.	http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/ato-encena-mortos-em-acao-do-bope-no-complexo-da-mare-av-brasil-e-liberada-02072013
Nº 7 Autor desconhecido. “Moradores acompanham o hasteamento após a ocupação”.	http://fotospublicas.com/bandeira-brasil-e-hasteada-complexo-da-mare-rio-de-janeiro-apos-ocupacao/
Nº8 Domingos Peixoto “Emaranhado de fios”.	https://jcasadei.wordpress.com/2010/03/03/no-morro-da-mar-rj-se-cair-da-janela-no-chega-no-cho/ .
Nº 9 Bruna Messina. Espetáculo: “Eu não uso tênis Naique”.	http://serhurbano.com.br/tag/eles-nao-usam-tenis-naique/
Todos acessados em agosto de 2016.	